

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL
MESTRADO

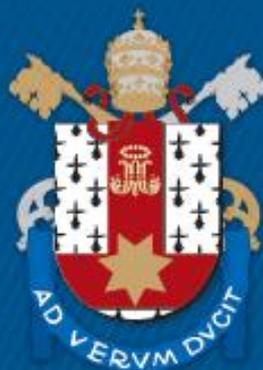
DOUGLAS HINTERHOLZ CAUDURO

**A OPINIÃO DO ESTADO DE S. PAULO NOS IMPEACHMENTS DOS
PRESIDENTES FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA ROUSSEFF**

Orientador (a): Prof. Dr. Beatriz Corrêa Dornelles

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - STRICTO SENSU



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DOUGLAS HINTERHOLZ CAUDURO

**A OPINIÃO DO ESTADO DE S. PAULO NOS *IMPEACHMENTS* DOS
PRESIDENTES FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA ROUSSEFF**

Porto Alegre

2018

DOUGLAS HINTERHOLZ CAUDURO

A opinião do *Estado de S. Paulo* nos *impeachments* dos presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Beatriz Corrêa Dornelles

Porto Alegre
2018

DOUGLAS HINTERHOLZ CAUDURO

A opinião do *Estado de S. Paulo* nos *impeachments* dos presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Beatriz Côrrea Dornelles - PUCRS

Prof. Dr. Magda Cunha - PUCRS

Prof. Dr. Rudimar Baldissera - UFRGS

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo incentivo através da bolsa parcial de estudos da qual desfrutei durante 36 meses do programa de Mestrado e sem a qual não teria sido possível a realização desta pós-graduação. Dentro da realidade brasileira, em que poucos conseguem estudar, e menos ainda concluem o ensino superior, e outros ainda mais escassos conseguem ingressar e terminar um curso de mestrado, pude contar com a sorte de ter um curso pago por quase toda sua totalidade.

Digo que, sem a orientação, ensinamentos, correções e incentivo da Dra. Beatriz Dornelles, minha orientadora, nada disso seria possível. Ela apostou em mim, me deu confiança, mesmo sabendo das dificuldades que íamos encontrar. Além disso, meus pais foram fundamentais nas horas inseguras. Quando a dúvida me cercou, eles me deram o suporte necessário.

Agradeço também ao Prof. Dr. Juremir Machado da Silva, por me abrir as portas da Iniciação Científica, despertar o meu interesse pela pesquisa, me dar sustentação na monografia, sem contar com todos os ensinamentos do mundo acadêmico e jornalístico.

Finalmente, obrigado a quem me acompanha há tempos, que foi testemunha do meu sofrimento, da angústia, das crises de ansiedade, da minha luta, e claro, das minhas alegrias com o mestrado. Sem ela, tudo ficaria tremendamente mais difícil. Gratidão, Cecília.

RESUMO

O presente trabalho descreve e analisa o posicionamento do jornal *Estado de S. Paulo* em seus editoriais nos períodos de processo de *impeachment* dos presidentes Fernando Collor de Mello, em 1992, e Dilma Rousseff, em 2016. Ao todo, são 10 editoriais no ano de 1992; dois em setembro, um em outubro, quatro em novembro e três em dezembro. Já em 2016, 11 editoriais foram analisados; três em abril, quatro em maio, um em junho, um em julho e dois em agosto. Este estudo utiliza a análise de conteúdo para desvendar os dois momentos conturbados da vida política brasileira, pela visão de um dos maiores jornais do país. Ao final, pode-se concluir uma diferenciação no tratamento do impresso nos dois casos. Quanto ao presidente Fernando Collor de Mello, a publicação lamenta o fim do governo do ex-presidente, enquanto que para presidente Dilma Rousseff, o veículo aposta que o Brasil se sairá melhor sem ela.

Palavras-chave: *Impeachment. Estado de S. Paulo. Jornalismo. Política.*

ABSTRACT

The present study describes and analyses the Estado de S. Paulo's positioning on Fernando Collor de Mello, in 1992, and Dilma Rousseff, in 2016, impeachment process through its editorial. Altogether, there were studied 10 editorials in 1992; 2 in September, one in October, four in November and three in December. Already in 2016, 11 editorial were analyzed; three in April, four in May, one in June, one in July and two on August. This study uses *content analysis* to unravel two troubled moments of Brazilian political life through one of the largest newspapers in the country point of view. At the end, it is possible to conclude that are differences in the way both cases were treated. On President Fernando Collor de Mello's impeachment, the publication regrets the end of the former president government while on President Dilma Rousseff's impeachment they bet the country will be better without it.

Keywords: Impeachment. *Estado de S. Paulo*. Journalism. Policy.

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Relação dos editoriais do Jornal *Estado de S. Paulo* de 1992 e 2016.....98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	IMPrensa e POLÍTICA NO BRASIL	14
2.1	A ELEIÇÃO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO E SEU AFASTAMENTO	27
2.2	A ELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF E SEU AFASTAMENTO	36
3	OPINIÃO NO JORNALISMO	47
3.1	EDITORIAL, OPINIÃO PÚBLICA E IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA	49
4	ANÁLISE DOS EDITORIAIS NOS JORNAIS ESTADO DE S. PAULO, REFERENTE AOS PERÍODOS DE <i>IMPEACHMENT</i> DE FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF	66
4.1	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	71
4.2	OS EDITORIAIS DO <i>ESTADO DE S. PAULO</i> EM 1992	76
4.3	OS EDITORIAIS DE <i>ESTADO DE S. PAULO</i> EM 2016.....	85
	CONCLUSÃO	97
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102

1 INTRODUÇÃO

Em 1989, renascia a eleição direta para Presidente da República no Brasil. Contando com a divulgação da imprensa, o momento eleitoral foi notícia todos os dias nas emissoras de televisão aberta, jornais, rádios e revistas. Ao todo, 22 candidatos se lançaram na disputa. Dos três candidatos mais votados (Collor, Lula e Brizola) ao final da eleição, um deles, aparecia como uma grande surpresa. Nem a experiência de Leonel Brizola ou a ascensão do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva foram capazes de vencer a novidade vinda de Alagoas, Fernando Collor de Mello.

No ano de 2014, a expectativa de todos estava voltada para a disputa presidencial. O país viveu um momento de divisão. Por um lado, os eleitores do PT; de outro, os eleitores do PSDB. Era a sexta eleição presidencial em sequência decidida pelos dois partidos. Ao final, pouco mais de 3 milhões de votos separaram a vencedora Dilma Rousseff (PT) do derrotado Aécio Neves (PSDB).

Em três eleições presidenciais seguidas, 1989, 1994 e 1998, o PT ficou em segundo lugar. As propostas econômicas de Fernando Henrique Cardoso e a novidade Fernando Collor não deram chance para o Partido dos Trabalhadores (PT). A partir de 2002 até 2014, mudando de estratégia, o PT ganhou todas as eleições presidenciais.

Se as duas eleições, 1989 e 2014, foram alvos da atenção popular e midiática, em virtude também do redescobrimiento da democracia e da dicotomia partidária, o processo de *impeachment* nos dois casos também o foi. No episódio Collor, a união da população deu força para o avanço e afastamento do presidente; já na segunda, a divisão entre favoráveis e contrários ao *impeachment* deixou o país marcado por essa dualidade. Tanto que a história é contada de duas formas: os favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff narram como *impeachment*, enquanto os contrários falam em golpe.

Os dois presidentes foram afastados em períodos conturbados, politicamente, no Brasil. Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito por voto direto após a abertura democrática. Dilma Rousseff ganhou sua segunda eleição, em um momento

de divisão ideológico/partidária da sociedade brasileira, evidenciando o clima de tensão em diversas esferas sociais.

Para compreender o posicionamento dos grandes veículos de imprensa, neste estudo específico do jornal *Estado de S. Paulo*, buscaremos, nos editoriais desse impresso, as argumentações e os posicionamentos do veículo em ambos os processos de *impeachment*.

Entender e desvendar as posições e motivações dos veículos, registradas nos editoriais, é importante para a avaliação da utilização da opinião no jornalismo. O posicionamento ideológico dos jornais aparece fortemente em casos delicados como o afastamento presidencial?

Os jornais foram figuras importantes em casos de afastamentos presidenciais no Brasil: Getúlio Vargas, em 1954, e João Goulart, em 1964. Reduzir o papel dos grandes veículos é lutar contra a história política e jornalística. Em razão disso, é necessário o aprofundamento sobre esses dois momentos políticos, apresentados no jornal, que tiveram o mesmo final, o afastamento presidencial.

Não se trata apenas de mais um resgate histórico, mas sim de uma pesquisa com o objetivo de investigar a construção da história do jornalismo no país. Além do mais, o Brasil conta com uma democracia recente, com apenas quatro diferentes presidentes eleitos de forma direta, sendo que todos foram ameaçados pelo *impeachment*. O país está tentando evoluir neste quesito e, para isso, precisa entender e respeitar as regras do jogo democrático. É um momento de consolidação da democracia no território nacional.

Concentrando-se sobre o mesmo tema, *impeachment*, em períodos diferentes, um em 1992, outro, em 2016, a pesquisa respondeu como os jornais se posicionaram em ambos os casos, através dos editoriais. O pesquisador buscou conhecer as propostas e a opinião sobre o momento político, além da argumentação utilizada nos dois episódios.

Entender como que o discurso divulgado pelos editoriais, defendendo ou atacando o (a) presidente foi elaborado, permitiu compreender de que maneira o *Estado de S. Paulo* se posicionou e de que maneira opinou durante os processos de *impeachment*.

Além disso, a pesquisa procurou avaliar se a argumentação expressa em 1992 e 2016, contra ou a favor dos *impeachments*, possuía a intenção de defender ideologicamente alguma política social ou econômica.

Ao todo, nove meses foram investigados, quatro referentes ao presidente Collor de Mello, de setembro a dezembro de 1992, e cinco meses correspondentes à presidente Dilma Rousseff, de abril a agosto de 2016. Esses períodos foram selecionados, por se tratarem de momentos simbólicos, representativos, e que apresentaram os resultados dos votos na Câmara e no Senado, abordando o pré, durante e pós votação.

A construção do referencial teórico, para este trabalho, passou por autores da filosofia, história, sociologia e jornalismo. O estudo abordou, baseado nos autores, momentos históricos políticos, como no ano de 1992, até períodos mais recentes, como 2016, por exemplo.

Contextualizando o passado, percebe-se que Gomes (2014) elucida a eleição de Fernando Collor de Mello e também mostra a sua criação como candidato agendado por parte da imprensa. Para trazer luz aos negócios obscuros e sociedades ilegais que o presidente Fernando Collor de Mello tenha efetuado, o que levou ao *impeachment*, em 1992, Krieger, Novaes e Faria (1992) mostram um levantamento sobre os esquemas da época, que permitem ao autor entender o contexto em que o presidente Collor estava envolvido. Na busca pelo esclarecimento da ligação entre Fernando Collor e a mídia, Conti (1999) traz à tona elementos que permitem a fácil compreensão da proximidade do então candidato Collor com os proprietários dos grandes veículos de imprensa.

Em outro momento, o estudo vale-se da elucidação do histórico recente do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Dilma Rousseff, por parte de Souza (2016). Nos manifestos de 2015 e 2016, contra o PT, Dilma e Luiz Inácio Lula da Silva, o autor encontra em Ab'saber (2015) e Bucci (2016) a interpretação para esses acontecimentos.

Para compreender uma das funções do jornalista, no caso a opinião, e também o objetivo dos editoriais nos impressos, Bucci (2000), Melo (1985), Rüdiger (2003) e Beltrão (1980) destacam o nascimento dessa atividade e a importância da mesma.

Este estudo busca, através da Análise de Conteúdo, identificar o posicionamento exposto pelos editoriais do *Estado de S. Paulo*. Para isso, critérios

pré-estabelecidos foram aplicados, qualificando e dando exatidão àquilo que o jornal usa claramente como argumentação favorável ou contrária e também para identificar elementos que indicam determinados posicionamentos que estão encobertos. A escolha dos editoriais foi motivada pelo que eles representam, a opinião dos proprietários dos jornais. Ou seja, o que pensa, realmente, o impresso.

Ao todo, 93 editoriais foram pesquisados no ano de 1992, sendo 10 editoriais captados para análise; dois em setembro, um em outubro, quatro em novembro e três em dezembro. Já em 2016, 137 editoriais foram pesquisados, sendo 11 editoriais captados para análise; três em abril, quatro em maio, um em junho, um em julho e dois em agosto. Os 21 editoriais selecionados resumem, compreendem, apresentam o que o *Estadão* declarou em todas suas manifestações opinativas. Os 10 editoriais de 1992, assim como os 11 de 2016, são uma parte do todo, exprimem uma parcela de tudo que foi exposto pelo jornal.

O editorial é uma forma de expressar opinião valendo-se da credibilidade do jornal. O proprietário do veículo emite essa opinião (por terceiros ou por ele próprio). Sendo assim, o editorial é responsável por corresponder a ideia da empresa de comunicação.

2 IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL

O jornalismo no Brasil, tendo seu início caracterizado pelo lançamento tardio dos jornais, apresenta uma história de disputa política e censura como marcas que atravessam os séculos. Comparando o nascimento do impresso no Brasil, com outros países da América do Sul, nota-se o atraso brasileiro. Em 1594, no Peru, os jornais circulavam; na Colômbia, o primeiro surgiu em 1791.

O primeiro jornal brasileiro surgiu em 1808. A data de fundação, assim como a divulgação deste jornal, são as primeiras polêmicas envolvendo o jornalismo e a política nacional. O *Correio Braziliense* foi criado em 1º de junho; enquanto que no dia 10 de setembro, nasceu a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O atraso da imprensa brasileira pode ser esclarecido por alguns fatores, como a ausência de tipografia, de universidades e pelo analfabetismo do público.

A censura vivida pelos jornalistas e empresários da comunicação, desde os primórdios dos jornais no Brasil, se contrasta com a troca de favores. O poder presente tem e teve uma relação conflituosa com os jornais. A história dos veículos de comunicação do país mistura-se com a repressão de quem governou ou com as alianças estabelecidas em benefício próprio:

Desde os seus primórdios, à imprensa brasileira sempre se ofereceram duas opções: ou fazer o jogo dos poderosos e viver à sombra dos governos autoritários, ou se expor quando independente, a todos os perigos diretos ou indiretos ameaçadores de sua sobrevivência. Foi assim no período colonial. Foi assim no Império. E por mais contraditório que pareça, ao longo da Primeira República, quando deveríamos começar a desfrutar dos privilégios das franquias democráticas, todos os períodos governamentais, sem exceção, foram marcados por fases de “estado de sítio”, que somados representaram 1.579 dias de arbítrio com a suspensão dos direitos individuais, cujos reflexos imediatos se consubstanciaram na mais ferocíssima censura aos meios de comunicação (MORAES, 2005, p. 88).

Se o ano de fundação unia os dois primeiros jornais brasileiros, a família real, poder governante da época, tornava esses impressos distintos. A *Gazeta do Rio de Janeiro* era um veículo autorizado, oficialista:

[...] a 10 de setembro de 1808, saiu o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4º, poucas vezes mais, semanal de início, tri-semanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, mercador de livros. Dirigia esse arremedo de jornal frei Tibúrcio José da Rocha. [...] Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a

preocupação dos que faziam, como a dos que haviam criado (SODRÉ, 2011, p. 42).

Por outro lado, o *Correio Braziliense*, produzido em Londres por Hipólito José da Costa, criticava a coroa portuguesa e seus desmandos na colônia. O jornal foi independente, pois tinha condição de ser elaborado fora do Brasil e por isso conseguiu circular mesmo contestando a política da época:

Papel específico teve, sem dúvida, o *Correio Braziliense*, mas é discutível a sua inserção na imprensa brasileira, menos pelo fato de ser feito no exterior, o que aconteceu, muitas vezes, do que pelo fato de não ter surgido e se mantido por força de condições internas, mas de condições externas. Hipólito da Costa justificou-se de fazer no estrangeiro o seu jornal: “resolvi lança esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas, no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos (SODRÉ, 2011, p. 42-43).

O Brasil tem no nascimento da imprensa, o surgimento da censura oficial. A disputa entre Hipólito da Costa, com seu *Correio Brasiliense*, enfrentando a Coroa portuguesa, apoiada no oficialismo da *Gazeta do Rio de Janeiro*, demonstrou como seria a trajetória do jornalismo e a resistência dos governos brasileiros com o próprio.

A revolução de 1930¹ foi responsável pela grande expansão dos veículos de comunicação de massa no país. A partir desta década, o governo passou a agir contra o atraso social e no investimento econômico do país, gerando novidades na imprensa nacional. O desenvolvimento dos meios gráficos e o fortalecimento do rádio², transformaram a vida urbana e rural dos brasileiros. Por outro lado, mesmo com o aumento da produção, avanço na economia e nas conquistas sociais, o Brasil se voltou à ditadura³, que fez presos políticos, assassinou pessoas e censurou veículos de imprensa. Os primeiros 15 anos de Getúlio Vargas como presidente gerou danos à liberdade de imprensa:

[...] o presidente Getúlio Vargas baixou o decreto 24.776, instituindo a Nova Lei de Imprensa, pela qual (artigo 6º, parágrafo 6º) a polícia poderia apreender veículos de comunicação independentemente de mandato policial. Em 4 de abril de 1935 foi promulgado a Lei 38, que regulamentava os dispositivos constitucionais sobre propaganda de

¹ O movimento liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, pôs fim à Primeira República Brasileira, conhecida popularmente como "República Velha" ou "República do Café com Leite".

² Esta época ficou marcada no Brasil como a “Era de ouro do rádio”.

³ Através de um golpe de Estado, Vargas instalou uma ditadura no Brasil. Fundada em 10 de novembro de 1937, vigorou até 29 de outubro de 1945. Tinha como características: centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo

guerra. No dia 11 de setembro de 1936, por meio da Lei 244, foi criado o Tribunal de Segurança Nacional. A Constituição de 1937, promulgada em 10 de novembro, estabeleceu, no artigo 122, a censura prévia aos veículos de comunicação para assegurar “a paz, a ordem e a segurança” (MATTOS, 2005, p. 104).

O primeiro governo de Getúlio Vargas foi responsável pela transformação dos veículos de imprensa, concentrando maior poderio econômico; enquanto que afetou a circulação de jornais, chegando a criar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁴, fundado para censurar e controlar as informações e opiniões emitidas:

Estabelece-se, então, a fase moderna da imprensa que recebe a influência de movimentos diversos que estalam em diferentes pontos do território, consubstanciando o espírito renovador e a explosão de sentimentos populares. Foi o empastamento de numerosos jornais, das medidas punitivas, repressivas e visceralmente ilegais tomadas pelo Governo contra a propriedade e a integridade física dos cidadãos, das campanhas de reação às investidas policiais, que culminavam sempre com a destruição, que nasceu uma imprensa mais decidida, mais forte ideologicamente. A estas qualidades, as empresas procuraram atribuir recursos materiais, lucrando na expressão técnica e filiando-se à modernidade técnica (BAHIA, 1964, p. 65-66).

Com o estabelecimento do Estado Novo⁵, em 1937, o Brasil ficou sob uma ditadura que durou até 1945, período em que os veículos midiáticos foram censurados e tiveram prejuízos com as intervenções do governo Vargas. “A presença dos censores era tão frequente que alguns veículos chegaram até a instalar salas especiais para ‘seus fiscais’” (MATTOS, 2005, p. 105). Através de uma Carta constitucional, o governo tornou a imprensa um serviço público, com isso, sujeita a intervenções estatais. Além da censura, os veículos eram obrigados a divulgarem as propagandas governistas, reafirmando a força e o poder do Estado Novo. O controle do governo Vargas com a imprensa era grande. A preocupação apareceu claramente com a elaboração do Decreto/Lei 1.949, de 30 de dezembro de 1939, em que vetou o registro de 420 jornais e 346 revistas.

A censura ostensiva aparecia por um lado, de outro, o aprimoramento do parque gráfico e a capitalização dos veículos de imprensa, contrasta o jornalismo do final da década de 1930. Porém, mesmo com o conteúdo abalado pelos cortes do

⁴ Criado em 1939, o DIP tinha a tarefa de difundir o ideário do Estado Novo.

⁵ Mesmo com eleição marcada para 1938, o governo Vargas denunciou o “Plano Cohen”, que segundo os governistas era uma tentativa de instituir o comunismo no Brasil. O Plano Cohen foi, tempos depois, desmascarado como uma armação. O Estado Novo seguiu até 29 de outubro de 1945, centralizando o poder na figura de Getúlio Vargas.

Departamento do governo, os grandes veículos não se opuseram aos mandos de Getúlio Vargas:

Entretanto, à exceção de poucos órgãos, que sustentaram uma posição independente ou hostil, a maioria da imprensa adaptou-se facilmente ao sistema ditatorial. A não ser esses poucos órgãos e alguns boletins que circulavam clandestinamente, pregando a redemocratização do País e o respeito aos postulados constitucionais, o expressivo grupo de jornais e revistas, agências noticiosas e estações de rádio, sem maiores exigências que não as de boa remuneração, aceitou a tutela do DIP. Ante o silêncio e a conivência de muitos, crescia a organização industrial da imprensa. Funcionando com o dinheiro do Governo, à custa dos favores públicos, semanários passaram a diários, revistas mensais a semanais, emissoras de reduzida frequência a poderosas, matutinos a matutinos e vespertinos. Adiando a tarefa patriótica de reconquistar a legalidade democrática, essas organizações cuidaram mais de si mesmas que da sorte do Brasil (BAHIA, 1964, p. 79).

Com o final da Segunda Guerra, o Brasil conseguiu derrubar a ditadura e voltou a conviver com a democracia. A população via na queda dos regimes fascistas, da Itália e da Alemanha, uma oportunidade para derrotar o autoritarismo no País. Em razão da mudança política, a censura foi extinta e a imprensa pôde voltar a trabalhar normalmente:

No decorrer dessa evolução, a imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações. A maioria dos jornais tomou o partido dos países que combatiam o nazi-fascismo: a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia o próprio Brasil (SODRÉ, 2011, p. 561).

Novamente, a imprensa teve papel central em um acontecimento político. Mais uma vez o ator principal do acontecido foi Getúlio Vargas. Em 1950, Vargas foi eleito democraticamente como novo presidente do Brasil. Sua campanha não contou com o apoio da imprensa, pelo contrário, temendo um retorno ao Estado Novo ou por revanche ao primeiro governo de Vargas, os principais impressos se mostraram contrários ao então candidato. A Constituição de 1937, que cerceava a liberdade, ficou marcada negativamente, e os veículos de imprensa, assim como os intelectuais, não viam o retorno de Vargas como algo positivo ao País. Então, Getúlio Vargas valeu-se dos caminhões com alto-falantes e dos volantes impressos para dar publicidade à sua candidatura. Vitorioso, Vargas não encontrou resistência nos dois primeiros anos de mandato, algo que só aconteceu a partir de 1953:

Assim, com uma máquina eleitoral eficiente e uma campanha baseada na industrialização e defesa dos trabalhadores, Vargas venceu a eleição, e tomou posse em 1951, embora tivesse a oposição da maioria

da imprensa, com a exceção, sempre problemática, dos Diários Associados, pois Chateaubriand era inconstante e cobrava caro pelo apoio (ROMACINI; LAGO, 2007, p. 105).

Através do *Tribuna da Imprensa* e do *Diário de Notícias*, Carlos Lacerda⁶ e Assis Chateaubriand⁷ investiram contra o Presidente. Carlos Lacerda ainda utilizou a *Rádio Globo* e a *Rede Tupi de Televisão* para atacar Getúlio Vargas. O clima de disputa entre jornalistas renomados com o governo de Getúlio Vargas, somado ao atentado⁸ da Rua Tonelero, serviram para aumentar a insatisfação e justificar as críticas. “Os grupos conservadores e parte dos militares estavam preocupados com a direção do governo Vargas. O nacionalismo e os acenos do presidente aos trabalhadores colocavam em alerta os que temiam uma ‘República sindicalista’” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 107).

A imprensa se mobilizou e passou a pedir pela saída de Vargas. Os editoriais mostraram o desejo dos jornais, que clamavam pelo fim da permanência de Getúlio Vargas no poder. Os jornais *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã*, fizeram oposição declarada ao governo, chegando a acusar o presidente como mandante do crime da Rua Tonelero. Já os impressos *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*, também pediram pelo fim do governo Vargas, utilizando como argumento os esquemas de corrupção e a instabilidade política. Poucos dias antes do suicídio de Getúlio Vargas, os jornais argumentaram pela renúncia presidencial:

O suicídio de Vargas, em 1954, e o libelo contido em sua carta de despedida, representaram alarma profundo ante a situação do país, cujos destinos o imperialismo tentava conduzir. O golpe de Estado frustrou-se; foram realizadas eleições, foi este empossado, por força do Movimento de 11 de novembro de 1955; por ter assegurado a manutenção das instituições, o general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra, move cerca de sessenta processos por crime de injúria e calúnia contra jornais controlados pelas agências estrangeiras de publicidade, todos sem resultado (SODRÉ, 2011, p. 595).

⁶ Jornalista e político brasileiro. Foi vereador, deputado federal e governador do estado do Rio de Janeiro, então Guanabara. Era opositor de Getúlio Vargas e João Goulart, chegando a apoiar o golpe militar de 1964.

⁷ Jornalista, empresário e político. Proprietário dos Diários Associados. Idealizador da televisão no Brasil. Apoiou o golpe militar de 1964.

⁸ Também conhecido como o atentado da rua Tonelero, o caso ficou marcado pela tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda, ligado a UDN, que fazia campanha contra Getúlio. Lacerda foi atingido por um tiro na perna. Rubens Vaz, segurança do jornalista, foi ferido mortalmente. Gregório Fortunato, Chefe da Guarda de Getúlio Vargas, foi o autor do crime. Na época, os opositores do governo deram como certo que o mando da ação tinha partido do presidente Getúlio Vargas e a crise logo se instalou no Palácio do Catete.

No mesmo ano que a ofensiva contra Vargas aumentou, em 1953, em 3 de outubro deste ano, foi criada a lei que dá origem a empresa de Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras). Era a nacionalização e a monopolização estatal à pesquisa e utilização do petróleo sendo institucionalizada no Brasil. Dessa forma acirrou-se a discussão entre nacionalistas e defensores do capital estrangeiro. Em razão disso, é curioso notar o volume de entrada dos recursos internacionais aos jornais brasileiros justamente neste período. Conforme Sodré (2011), as agências estrangeiras de publicidade injetaram 1200 milhões aos jornais; 870 milhões às emissoras de rádio e 480 milhões às revistas, isso em Cruzeiros, moeda da época:

É evidente que não havia, como não há, originalidade nenhuma nessa distribuição de dinheiro; na existência de empresas que manipulam a opinião; há existência de outras empresas, as de publicidade, que se especializam na propaganda e servem às primeiras. A particularidade, no caso consistia em que as empresas industriais e comerciais que dispndiam a quase totalidade de importância de 3500 milhões de cruzeiros, e as empresas de publicidade que serviam de intermediárias, eram, na quase totalidade, estrangeiras; finalmente, as empresas que assim manipulavam, e continuam a manipular, a opinião, jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, acabavam por ser financiadas, mantidas, sustentadas, orientadas por aquelas, e por refletir e defender os seus interesses, que não eram, e não são, os nacionais (SODRÉ, 2011, p. 594).

Com o aumento de 100% do salário mínimo, os ataques aumentaram. Carlos Lacerda acrescentou mais pressão contra o governo. Os principais jornais do país deram voz à oposição. Antes de completar seu mandato, aos 72 anos de idade, no dia 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas, no Palácio do Catete, cometeu suicídio. O tiro no coração, disparado dentro do próprio quarto, foi fatal; tornando seus opositores em vilão, fazendo a raiva da população se voltar contra quem o atacou. Sua carta de despedida, resumidamente, apontou os motivos que levaram ao seu fim. “Numa mensagem deixada aos brasileiros, Vargas afirmava que os grupos internacionais e inimigos internos tinham sido os responsáveis pelo impasse, enquanto ele só procura lutar contra a ‘espoliação do povo’ e por isso fora atacado” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 108).

O fim do governo Getúlio Vargas não pôde ser comemorado por seus adversários, inimigos e rivais. A fúria da população foi imensa. Vargas havia

anunciado⁹, um dia antes, que só sairia morto do Palácio do Catete. Cumpriu o que tinha proferido:

O efeito da última mensagem do presidente foi imediato, repercutindo num clima de ódio à oposição: ainda no dia 24, caminhões de *O Globo* foram queimados, o *Diário de Notícias* e a *Tribuna da Imprensa* são depredados por uma multidão; Lacerda passara de vítima a vilão. O suicídio de Vargas, por assim dizer, adia o golpe da direita, alijando a UDN e outros setores conservadores mais radicais do poder. As eleições, realizadas em 1955, são vencidas por Juscelino Kubitschek e João Goulart, da aliança PSD e PTB (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 110).

Por motivação ideológica ou econômica, os jornais escolherem um caminho em 1953. Durante mais de um ano, optaram por atacar o governo de Getúlio Vargas. Os grandes veículos de imprensa, assim como os jornalistas, que também eram empresários e políticos, tiveram respaldo da população. Depois do período oposicionista ao governo por parte da imprensa, declarando o presidente mandante de um crime, além de estar envolvido em grandes esquemas de corrupção, evidentemente que a imagem de Vargas ficou abalada.

Motivados pelas duas questões, interesses políticos e econômicos, os principais jornais do Brasil foram taxativos: queriam o afastamento de Vargas. O presidente conseguiu, mesmo que tenha custado sua própria vida, reverter a situação, colocar quem atacava na defensiva, fazer do herói um vilão. Com seu ato final, Getúlio Vargas inverteu o sentimento da população e mostrou os interesses dos veículos de comunicação:

No jornalismo de ocasião, é onde a picaretagem se manifesta completa e de onde emana toda a sua desastrosa influência. E no jornalismo falsamente ideológico, polemista ou político – mas na realidade jornalismo incoerente e aventureiro – juntam-se a chantagem e a picaretagem para a ação irresponsável e criminosa de denegrir, caluniar, degradar, atassalhar, extorquir, difamar, perturbar, subverter (BAHIA, 1964, p. 70).

Devido ao trabalho social prestado pela imprensa, a ética e os valores jornalísticos deveriam estar acima de qualquer interesse. Só que esses interesses, velados ou não, aparecem e motivam diversas campanhas positivas ou negativas nas mais variadas editorias.

⁹ Capa do jornal *Última Hora* noticiando a morte do presidente Getúlio Vargas destacou: o presidente cumpriu a palavra, “Só morto sairei do Catete!”.

Nem sempre as obrigações, os deveres, as responsabilidades da profissão são cumpridas. O jornalismo, como parte fundamental da democracia, defendendo e fiscalizando pela população, aparece desvirtuado, agindo através de falsos interesses, quando resolve defender campanhas que prejudicam a sociedade:

Com o duplo papel que desempenha na sociedade moderna – como órgão de informação e veículo de opinião – a imprensa, particularmente, e o jornalismo, de modo geral, não podem prescindir das obrigações éticas, dos deveres básicos que estão implícitos na natureza das comunicações sociais, da função informativa e formativa (BAHIA, 1964, p. 70).

A ética na profissão, tão falada no jornalismo, é um dever que não interfere somente na vida profissional de quem age eticamente ou não, mas também na qualidade do veículo de comunicação e, principalmente, na vida do receptor. O jornalista não atua para si nem mesmo pelo veículo, ele é um representante da sociedade. “O jornalismo como um serviço público que fornece cidadãos com a informação de que precisam para votar e participar na democracia e age como guardião que defende os cidadãos dos eventuais abusos de poder (TRAQUINA, 1995, p. 27)”.

Em função disso, a responsabilidade do jornalista é grande. Fiscalizar e cuidar dos interesses da sociedade não é uma simples tarefa. Por isso, não basta apenas discutir a evolução tecnológica da imprensa, a utilização das redes sociais e internet, mas sim, dar atenção à qualidade técnica do serviço prestado. O jornalismo necessita da democracia tanto quanto a democracia precisa do jornalismo:

A questão ética do jornalismo numa democracia, entretanto, é uma questão comum às instituições democráticas e não somente à imprensa, ao rádio, à televisão, ao cinema. Ela deve estar na razão direta do próprio organismo social. Ela é necessariamente consequência e causa no comportamento da sociedade (BAHIA, 1964, p. 71).

Se em 1954, o golpe não foi concretizado, dez anos depois a história foi diferente. Em 1964, o Brasil passou por um rompimento democrático. Através de um golpe militar, apoiado pela grande mídia e setores da sociedade, as Forças Armadas tomaram o poder do presidente João Goulart¹⁰. Jango, como era conhecido, tinha sido

¹⁰ Conhecido também como Jango, João Goulart, eleito democraticamente em 1960, foi presidente do Brasil entre 1961 e 1964, até ser destituído do cargo pelas Forças Armadas, contando com apoio de alguns setores da sociedade e da mídia.

eleito, em 1960, para vice-presidência da República, apoiando a chapa do presidente Jânio Quadros¹¹, que se afastou do cargo em 1961, deixando o posto mais alto do executivo para Goulart.

No plano democrático, seguindo a Constituição, João Goulart que havia sido eleito vice-presidente, deveria assumir à presidência do Brasil; porém, Jango não era bem visto pela classe alta da sociedade, pela grande mídia, e muito menos pelos militares. Em razão disso, surge a primeira tentativa de deslegitimação de Jango, que se refugia no Rio Grande do Sul, ao lado de seu cunhado, Leonel Brizola, governador do Estado. Iniciando a Campanha da Legalidade:

[...] o governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, casado com uma irmã de Jango, espírito de fogo, impulsivo, impetuoso, ousado, no auge de sua potência combativa e do seu desejo de confronto, comandou a resistência através de uma rede de emissoras de rádio – Cadeia da Legalidade, tendo a Rádio Guaíba à frente – que culminara na posse de Goulart em 7 de setembro de 1961. (SILVA, 2014, p. 19).

A resistência surte efeito. João Goulart consegue assumir como presidente, mas não conta com os poderes presidenciais, pois o Brasil passou a ser, por um breve período, um país parlamentarista. Em 1963, um plebiscito é convocado, e a população brasileira decide pela volta do sistema presidencialista. Jango, então, passava a ter mais poder, e seus discursos e propostas seriam conhecidas. As reformas de base¹², conjunto de medidas defendidas e encabeçadas por Goulart, buscavam inclusão social e melhor distribuição de renda. Esses projetos não agradaram seus opositores. Os mesmos que tentaram barrar João Goulart na sua ascensão presidencial, em 1961, iniciaram a segunda tentativa de deslegitimar o presidente. Dessa vez, o golpe teve êxito:

Em 1º de abril de 1964, é vitoriosa a ação golpista, praticamente sem resistência. Era evidente que todo aquele movimento nacional e popular, estruturado em bases essencialmente legais, não tinha condições de enfrentar as forças das armas. A gestação chega ao final e o Brasil entra numa fase de profundas transformações (ARNS, 1985, p. 59).

¹¹ Jânio da Silva Quadros foi um político e o vigésimo segundo presidente do Brasil, entre 31 de janeiro de 1961 e 25 de agosto de 1961 — data em que renunciou.

¹² Sob essa ampla denominação de "reformas de base" estava reunido um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda, a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior.

Essa nova fase brasileira, ocasionou em mais de duas décadas sem eleições diretas, imprensa censurada, cassações, repressão, torturas e mortes. Houve contestação, indignação, protesto, revoltas e tentativa de mobilização contra o golpe dado pelos militares, porém, a repressão foi mais forte. Logo no início, a ditadura militar brasileira não deu espaço para o pensamento contrário. A imprensa teve papel crucial, mais uma vez, nos rumos da política nacional. “O apoio inicial a João Goulart e a mudança de humor após o presidente proclamar as reformas de base, em um curto espaço de tempo, entre agosto de 1961 e final de 1963, foi agravada a partir do Comício da Central do Brasil” (SILVA, 2016, p. 17).

O horror da ditadura militar já começou a aparecer no seu primeiro ano. A violação dos Direitos Humanos era utilizada na tentativa de repressão e exclusão de qualquer opinião diferente do Estado militar brasileiro. A base da legitimação do governo militar foi a tortura:

Na verdade, embora a tortura seja instituição muito antiga no país e no mundo todo, ela ocupou, no Brasil, a condição de instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964 (ARNS, 1985, p. 53).

Rapidamente os militares passaram a impor suas regras. O Ato Institucional nº1, no dia 9 de abril, estipulou que o Congresso, em dois dias, teria que eleger presidente e vice-presidente, além de dar a possibilidade dos novos comandantes de caçar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos. O início do golpe militar mostrou o que viria à frente:

O AI-1 suspendeu imunidades parlamentares e abriu caminho para uma série de cassações de mandatos, nos níveis estadual e federal, e a suspensão dos direitos políticos. Tiveram os direitos políticos cassados, entre outros, João Goulart, Brizola, Jânio e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, que havia sido preso. A violência institucional-jurídica foi acompanhada pela perseguição a outros adversários do regime, envolvendo prisões e tortura (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 122).

No dia 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 deu poderes às autoridades militares de cancelar direitos políticos, suspender o Congresso, extinguir partidos e promover eleições indiretas. Inclusive eliminou partidos políticos e foi responsável pelo sistema bipartidário, com um partido governista, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um de “oposição”, o Movimento Democrático

Brasileiro (MDB). Em pouco mais de um ano, a ditadura militar mostrou sua forma de governar. Intimidando, caçando e eliminando a oposição, o governo militar se sustentou no poder.

Em fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº3 estabeleceu eleições indiretas até mesmo para governador. O Ato Institucional de nº4, também de 1966, autorizou o Congresso a votar e promulgar uma nova Constituição. A nova Carta cerceava a imprensa, consolidava os Atos Institucionais elaborados pelos militares e restringia as liberdades civis.

Em menos de quatro anos, o cerco da ditadura militar aumentou contra a oposição. Os militares buscaram sustentação através do autoritarismo, utilizando a força de repressão e os Atos Institucionais. Agindo assim, conseguiu barrar as vozes contrárias nas ruas, no Congresso, na Câmara e nas Assembleias. Porém, alguns poucos jornais tentaram denunciar a ruptura democrática no Brasil. Então, a ditadura trabalhou para dar fim às contestações. Ao contrário de outros atos, o AI-5 não tinha prazo para expirar. O Ato Institucional nº5 deu poderes ao presidente para fechar o Congresso, intervir nos estados e municípios e ainda suspender *habeas corpus*. O AI-5 só terminou em 1979. Foi a pior fase da ditadura militar, afetando, inclusive, nos crimes de tortura:

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco (ARNS, 1985, p. 43).

A imprensa disse “sim” ao golpe militar. A parcela de culpa dos grandes jornais está registrada nos anais da história. Se em 1954, os grandes veículos pediram pelo afastamento de Getúlio Vargas, dez anos depois, os impressos entraram em campanha contra João Goulart e clamaram por intervenção militar. “O golpe de 1964 foi midiático-civil-militar. Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital atuaram como incentivadores e árbitros” (SILVA, 2014, p. 32).

Os veículos de imprensa não mudaram subitamente. Muitos que apoiaram o golpe, seguiram apoiando, mesmo que ainda tenham sofrido com a censura. Os que

não pediram pelo fim de Jango, foram extintos. A *TV Excelsior*¹³ e o *Última Hora*¹⁴, ambos apoiadores de Jango, foram sepultados rapidamente. Outro que também teve seu fim decretado pelos militares foi o *Correio da Manhã*, que começou aliado aos golpistas, depois trocou de lado, sendo fechado em 1969.

Nem tão somente com fechamentos e torturas o jornalismo brasileiro foi afetado. A censura, que pôde ser verificada nos veículos de oposição ao golpe desde o primeiro dia de abril de 1964, atingiu um novo patamar com o estabelecimento do AI-5. Os censores controlavam todo o material produzido pela publicação. Tanto na redação ou na oficina de publicação, os encarregados da censura liberavam, suprimiam, cortavam, vetavam e restringiam os textos, fotos e imagens:

Dessa forma, o regime impôs um aparato repressivo sistemático, ao qual pretendeu dar uma aparência de normalidade. No caso da censura prévia, o veículo era avisado pela Polícia Federal que passaria a ter que submeter os originais a um censor. Nem todas publicações sofreram este tipo de censura. Dentre as que foram reprimidas dessa forma estão: *O Pasquim* (no período de 1970 a 1975); *O Estado de S. Paulo* (1972 – 1975); *O São Paulo* (1973 – 1978), órgão da Igreja Católica; *Opinião* (1973 – 1977); *Veja* (1974 – 1976); *Movimento* (1975 – 1978) e *Tribuna da Imprensa* (1968 – 1978). Embora, no conjunto da imprensa brasileira, os órgãos submetidos à censura prévia tenham sido numericamente reduzidos, o instrumento tinha relevância simbólica, sinalizando para os outros veículos essa violência extrema. Houve, pois, ameaças neste sentido (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 129).

Não havia apenas um assunto a ser censurado. Os militares deram ordens de vetar que a imprensa falasse sobre corrupção no governo, greves, movimentos estudantis, protestos, questões sociais e, evidentemente, não abordar a censura imposta pela ditadura. “Nos dias seguintes à edição do AI-5 foram feitas mais de 200 prisões de jornalistas, políticos, artistas, professores e religiosos” (MATTOS, 2005, p. 115).

A censura imposta desde o primeiro dia pelos militares, agravada com o AI-5, se consolidou como um movimento de controle de Estado sobre os veículos de comunicação, deixando o direito de liberdade de expressão e a atividade jornalística comprometidos. A censura realizada sobre a imprensa, serviu para fortalecer e legitimar o governo militar, além de abalar qualquer oposição. Em nome da segurança

¹³ A *TV Excelsior* chegou a contar com grande audiência, mas, em 1969, teve a concessão caçada pelo governo.

¹⁴ Devido as pressões políticas, Samuel Wainer, proprietário do jornal, foi obrigado a fechar e vender suas sucursais.

nacional, os militares invadiram redações, fecharam jornais, prenderam, torturaram e mataram jornalistas. Não somente os jornais, mas também a música, o cinema, a televisão, as revistas e os intelectuais foram censurados.

De todo o processo envolvendo o golpe militar, desde 1961 (primeira tentativa nos anos sessenta), passando por 1964 (confirmação do golpe) e 1968 (AI-5), anos marcantes dos acontecimentos políticos, a imprensa não teve um papel somente de cobrir os fatos, trazer as notícias, mas ela também foi um órgão atuante, e não apenas um espectador que trouxe os relatos:

Um breve olhar sobre o conteúdo político e os editoriais dos principais jornais brasileiros, desde o comício da Central do Brasil, em março de 1964, até a decretação do Ato Institucional n.5, em dezembro de 1968, possibilita uma visão de como a imprensa se comportou nos meses que antecederam o golpe militar e nos primeiros anos da ditadura militar no Brasil. A partir da revolta dos marinheiros, em outubro de 1963, a imprensa passa para a oposição ao governo de João Goulart, que se alia aos segmentos de esquerda, em março de 1964, ao anunciar as reformas de base, levando a mídia a apoiar mais enfaticamente sua deposição (SILVA, 2016, p. 33-34).

Os grandes jornais diários participaram, interferiram, escolheram um lado nos casos de Getúlio Vargas e João Goulart. “O jornalismo brasileiro tem longa tradição de participação e parcialidade política que antecede o período populista e remonta aos anos iniciais da nossa imprensa (AZEVEDO, 2017, p. 73)”. De acordo com Azevedo (2017), o sistema de mídia brasileiro sofre pelo surgimento tardio da imprensa, da baixa circulação de jornais, da orientação voltada para as elites, pela recente liberdade de expressão e profissionalização e centralização da televisão no mercado de informações, além do monopólio dos veículos em quatro famílias: Marinho (*Grupo Globo*); Mesquita (*Estado de S. Paulo*); Frias (*Grupo Folha*) e os Civita (*Grupo Abril*).

Desde o princípio do jornalismo no Brasil, os veículos de imprensa, seus proprietários e jornalistas tiveram problemas com o poder. A imprensa, por vezes, foi afetada pelos poderes estatais, mas, em outras oportunidades, agiu com má fé, causando danos aos governantes e ao povo brasileiro.

A partir de 1808, o Brasil passou a contar com um órgão atuante na vida política, tanto utilizado para salvaguarda da população, como também uma ferramenta de propagação da mentira e da manipulação social.

2.1 A ELEIÇÃO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO E SEU AFASTAMENTO

A pesquisa investigou o jornal *Estado de S. Paulo*, no período de setembro a dezembro de 1992, focando na argumentação do impresso, através dos editoriais do mesmo. A averiguação aconteceu sobre os quatro meses finais do governo Collor, pois eles destacam o início e o término da queda, no plano político/burocrático, desde a votação na Câmara dos Deputados, até a votação derradeira no Senado.

O ano de 1989 marcou a sociedade brasileira que clamava por eleições diretas. Em 1984, no movimento “Diretas Já”, a população pedia para votar. A decisão dos políticos foi contrária. Indiretamente, Tancredo Neves¹⁵ foi eleito presidente da República. Assim como Ulysses Guimarães¹⁶, Tancredo trabalhou para que o Brasil saísse da Ditadura Militar e retornasse à democracia.

O último presidente eleito pelo voto havia sido Jânio Quadros¹⁷, em 1960, que acabou renunciando no ano seguinte. Com isso, João Goulart assumiu, sendo forçado a governar o país no sistema parlamentarista. Jango, como era conhecido, foi impedido de assumir o posto no sistema presidencialista, pois caía sobre ele uma forte suspeita de ser comunista. Militares, políticos e empresários temiam uma guinada à esquerda do presidente brasileiro. Tentaram dar um golpe, mas não conseguiram. A Legalidade, comandada por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, venceu:

A fim de garantir que a Constituição fosse respeitada, o cunhado de Goulart, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, então com 39 anos, começou a organizar a chamada Campanha da Legalidade logo no dia seguinte. Encampou a Rádio Guaíba: instalou equipamentos da emissora nos portões do Palácio Piratini, sede do governo. De lá, fazia discursos para uma rede de 104 emissoras de rádio, transmitidos para todo o Brasil e para o exterior. À noite, as emissoras transmitiam textos em inglês, francês e espanhol, para que as rádios internacionais os captassem. Os militares reagiram. Mandaram bombardear o Piratini, mas a operação foi abortada em cima da hora por oficiais da FAB em Porto Alegre. A população reagiu ao golpe e cercou o palácio para apoiar Brizola. O III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, aderiu ao governador. Jango conseguiu tomar posse em 7 de setembro de 1961 (AMORIM, 2015, p. 81).

¹⁵ Político brasileiro, eleito indiretamente como presidente do Brasil, em 1985. Faleceu antes de assumir. Também foi ministro do presidente Getúlio Vargas, em 1953.

¹⁶ Presidente da Câmara dos deputados, Ministro de 1961 até 1962, e candidato à presidência, em 1989. Era o grande nome do MDB na redemocratização brasileira.

¹⁷ Foi presidente do Brasil, de 31 de janeiro até 25 de agosto de 1961, quando renunciou.

Em 1963, foi realizado um plebiscito em que a volta do sistema presidencialista era votada. Vitória para Jango, que mais uma vez contou com o apoio da sociedade para continuar no poder. No ano de 1964, tudo mudou. Os militares deram o golpe contando com ajuda da mídia, políticos e civis. Generais assumiram e instalaram a Ditadura Militar no país. A população só pode votar novamente, para presidente, 25 anos depois.

Prevista na Constituição de 1988, a eleição presidencial de 1989 ocorreu. Diversas personalidades da política fizeram parte do pleito, totalizando 22 candidatos e outras tentativas, como a de Jânio Quadros, que decidiu se retirar por problemas de saúde, e Silvio Santos¹⁸, que teve a candidatura impugnada. Se a população vinha sofrendo derrotas marcantes durante o período, na economia não era diferente. A inflação atingia 1.000% ao ano, e a dívida externa estava em 120 bilhões de dólares. Enquanto isso, Fernando Collor de Mello dizia-se um candidato que não contava com o apoio da mídia e muito menos de empresários:

Ainda em 1987, dois programas “Globo Repórter” abordaram o tema dos funcionários públicos com altos salários. Nos dois, Collor apareceu. Importante lembrar que, naquele momento, o Globo Repórter era o principal programa jornalístico da Rede Globo, muitas vezes atingindo índices de audiência próximos aos das novelas da emissora – entre 60% e 70% [...] O melhor em se tratando de revista Veja, estava guardado para 1988. Collor estampa a capa da publicação no dia 23 de março. Aí aparece com o codinome que grudaria em sua *persona* política: “Caçador de Marajás”. Assim como fizera o Jornal do Brasil, Collor é a estrela da matéria. Estava sedimentada a imagem com a qual enfrentaria, com amplo sucesso, as urnas do pleito em 1989 (GOMES, 2014, p. 30-31).

Depois de ter vencido outros 21 candidatos, Fernando Collor, em sua ascensão meteórica, chegou ao palácio do planalto aos 40 anos de idade. Seus conselheiros políticos em Brasília eram Renan¹⁹ Calheiros e Cleto Falcão²⁰. Quando governador, os boatos sobre os esquemas de Collor e Paulo César Farias circulavam somente por Alagoas. Como Chefe de Estado, os rumores aumentaram:

As sobras de campanha não serviram apenas para custear a eleição de 1990. Também foram utilizadas para o pagamento de certos luxos a Collor e equipe. O presidente teria reformado sua casa em Brasília a um

¹⁸ Apresentador de televisão e empresário. Proprietário do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

¹⁹ José Renan Vasconcelos Calheiros é um político brasileiro, acusado várias por envolvimento em casos de corrupção, chegando a renunciar ao cargo de presidente do Senado, em 2007.

²⁰ William Cleto Falcão de Alencar foi um político brasileiro morto em virtude de um câncer no fígado. Era aliado de Fernando Collor até votar a favor do *impeachment* do presidente.

custo de U\$ 5 milhões, logo depois da eleição. A divulgação das imagens dos jardins da Casa da Dinda foi um duro golpe no mandato de Collor, contribuindo para seu afastamento. O esquema montado para arrecadação de fundos também teria continuado, via Paulo César Farias, agora para distribuir favores governamentais aos apoiadores do caixa *colorido*. Esta série de questões está na base do processo de impeachment que Collor sofreria em setembro de 1992 (GOMES, 2014, p. 128).

Arnon Afonso Farias de Mello, o pai de Fernando, também construiu carreira política sendo deputado federal, governador de Alagoas e senador. A vida política fazia parte da família e era respeitada no estado de Alagoas. Foi Arnon quem construiu o império da comunicação no Estado. Fernando contava com a tradição e a imprensa local ao seu lado.

Fernando Collor de Mello sempre esteve ao lado do poder. Quando ainda não possuía nenhum cargo público, conseguiu, junto a João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) na época, que o CSA²¹ fosse chamado para disputar o campeonato nacional. Essa ajuda ao time alagoano fez de Collor presidente do clube por dois anos.

Em seu primeiro casamento, Collor adquiriu status e mais respeito entre os empresários brasileiros. Lilibeth Monteiro de Carvalho, do Grupo Monteiro Aranha²², virou esposa e tornou-se mãe de dois filhos do ex-presidente brasileiro. A união entre dois sobrenomes conhecidos da alta sociedade ajudou na carreira política de Fernando Collor, em Alagoas.

Em 1979, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA)²³, Collor assumiu seu primeiro cargo político como prefeito de Maceió. Na época, não se votava para o governo municipal, era o governador quem escolhia o representante. Guilherme Palmeira, então governador de Alagoas, nomeou Fernando Collor.

Logo cedo, à frente da prefeitura, Fernando Collor colecionava acusações a respeito de sua má administração, ausências não justificadas ao trabalho, festas com prostitutas e gastos enormes. Os escândalos contribuíram para sua separação de Lilibeth Monteiro. Depois do rompimento, Collor foi morar em um hotel, e, segundo seu irmão Pedro, o comportamento só piorou. Surgiram pedidos de destituição do cargo.

²¹ Centro Sportivo Alagoano é um clube de futebol da cidade de Maceió.

²² Grupo empresarial especializado em investimentos.

²³ Partido criado em 1965, para dar sustentação ao golpe militar.

Em 1982, Collor renunciou ao cargo na prefeitura, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS) e foi eleito deputado federal. No dia 25 de abril de 1984, Fernando Collor votou a favor das Diretas Já. Derrotado, votou e apoiou Paulo Maluf²⁴ no colégio eleitoral em 1985. Collor, mais uma vez, perdeu. Na eleição indireta, Tancredo Neves foi eleito presidente, com José Sarney de vice-presidente.

Passadas as duas derrotas, Fernando Collor decidiu ser candidato a governador de Alagoas. Trocou novamente de partido, filiando-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No dia 15 de março de 1987, foi eleito governador, contando com o apoio financeiro do empresário e sogro do irmão Pedro, João Lyra. Neste momento, a relação Collor e Paulo César Farias (PC Farias) começava a ganhar força.

No pleito estadual, a campanha contou com suporte dos veículos de imprensa da Organização Arnon de Mello. Fernando Collor tinha influência nos editoriais dos veículos de comunicação da família²⁵. Os interesses políticos do candidato Collor viraram notícias na TV, rádio e jornal, mais importantes do estado das Alagoas. Fernando Collor de Mello contou com um suporte midiático, criando agendas positivas para suas causas e negativas aos seus adversários:

Em 1985, era o sobrenome Mello que representava o principal passaporte político de Fernando. Arnon de Mello já era dono de um pequeno império de comunicações. Proprietária da Gazeta de Alagoas, maior jornal do estado, a família também tinha nas mãos a TV Gazeta, repetidora da Rede Globo, e uma série de emissoras de rádio (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 33).

Como governador, Fernando Collor passou a usar seu *slogan* mais conhecido, o “caçador de marajás”. *Marajá* era o termo destinado aos funcionários públicos com altos salários. Mas, ironicamente, em seus últimos dias de prefeito, Fernando Collor autorizou a contratação de diversos funcionários públicos para o município de Maceió.

Ligado ao meio midiático, já que os principais veículos de comunicação do estado pertenciam à família de Fernando Collor, sendo ele próprio um dos proprietários, o governador de Alagoas começou a ganhar notoriedade na imprensa

²⁴ Político brasileiro. Chegou a ser prefeito de São Paulo e governador do estado de São Paulo. Cunhou a frase: “roubo, mas faço”.

²⁵ MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo. A trajetória de um farsante**: Memórias/ Pedro Collor de Mello. Rio de Janeiro: Record, 1993.

nacional através do lema “caçador de marajás”. Collor passou a receber espaço e fama no momento em que dizia combater os gastos públicos desnecessários:

A primeira vez em que Fernando Collor foi tratado como uma estrela da política na grande imprensa brasileira ocorreu nas páginas do Jornal do Brasil, na edição de 5 de abril de 1987, em matéria assinada por Ricardo Setti e Augusto Nunes. Ambos escreveram um perfil encantador de Collor. O título dá o claro Norte do que viria: “Furacão Collor começa a mudar a vida de Alagoas”. Detalhe: quando a matéria foi publicada, Collor estava no poder há algumas semanas. Segundo os jornalistas, já estava alterando uma situação secular (GOMES, 2014, p. 28).

Collor se credenciou como candidato nas eleições de 1989. Na época, as matérias o classificam como governador que lutava pela boa aplicação dos recursos públicos²⁶. Em razão disso, Collor construiu sua campanha sendo a representação de novidade, dizendo-se personificação da modernidade, contando com o discurso de fazer diferente e apostando na política neoliberal:

Este foi o tom adotado durante toda a campanha. Collor transformou-se em um caixeiro-viajante a serviço de qualquer causa que pudesse render dividendos eleitorais. Começou a ganhar espaços na mídia como *caçador de marajás*, graças a medidas, de muito impacto e pouca consistência jurídica, contra os funcionários que ganhavam altos salários no estado (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 46).

O ex-governador de Alagoas venceu Lula no segundo turno. Prometeu ao país diminuir os gastos públicos, valorizar a iniciativa privada, combater a inflação e reduzir a dívida externa. Todas essas ideias faziam parte do “Projeto Brasil Novo”²⁷, programa eleitoral em que Collor apresentou suas propostas e modo de governar. Esse projeto, envolto pela exposição midiática, conquistou mais de 35 milhões de eleitores.

Fernando Collor de Mello foi empossado no dia 15 de março de 1990. No dia 17 já provocou agitação na economia. O novo presidente lançou o “Plano Collor”, mais tarde conhecido como “o confisco da poupança”. A intenção era estabilizar a inflação. Para isso, a moeda brasileira passou de Cruzado Novo para Cruzeiro, preços e salários foram congelados, preços de serviços públicos tiveram aumento e foi

²⁶ O Jornal do Brasil, em 1987, compara Collor, transformando o então governador em “nobre”, com o príncipe espanhol Juan Carlos. Em 1988, a revista Veja, apresentou Collor como o “caçador de marajás”, o prefeito que estava transformando Alagoas. Esses e outros exemplos podem ser vistos no livro: **1989: A maior eleição da história**. Gomes, Rodrigo de Aguiar. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

²⁷ Conjunto de propostas (apresentadas em 1989) do candidato Fernando Collor de Mello para reconstruir o Brasil.

instituído um programa de privatização. Mesmo sem obter os resultados esperados, o Plano foi mantido até 31 de julho de 1993.

Na eleição presidencial de 1989, 22 candidatos²⁸ foram lançados, o maior número de postulantes ao cargo desde a redemocratização do Brasil. Em especial, três candidatos tiveram grandes chances de conquistar o pleito. Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. O primeiro saiu vitorioso no dia 17 de dezembro:

Collor foi apenas mais um político que galvanizou um espasmo nacional que clamava por renovação e moralização. Ironicamente, uma das artimanhas mais antigas da política brasileira. A busca pelo novo é o que temos de mais velho. O desejo da moralização é outro espasmo, esse mais seletivo, que normalmente serve de arma para a parcela mais rica da população (GOMES, 2014, p. 6).

Fernando Collor de Mello tinha sido prefeito de Maceió, governador e deputado federal por Alagoas. Em poucos anos de vida política, se credenciou ao cargo mais importante do Brasil. Por outro lado, Leonel Brizola, um político experiente, deputado (federal e estadual), governador dos estados do Rio de Janeiro (por duas vezes) e Rio Grande do Sul, estava na disputa. Brizola ficou exilado durante 15 anos, pois era um forte opositor da ditadura brasileira. Regressado do exílio, Brizola perdeu a sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e teve que criar um novo, chamado Partido Democrático Trabalhista (PDT). Por fim, Luiz Inácio Lula da Silva, pela primeira vez, disputava o cargo de presidente da República. Lula perdera a eleição para governador de São Paulo, mas apostava que o novo e já forte partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), conquistasse uma expressiva vitória.

Dos três mais votados, Brizola e Lula tinham um posicionamento conhecidamente de esquerda, enquanto Collor apostava na onda neoliberal para conquistar votos. Perseguido pela ditadura militar, Brizola era o nome temido pela *Rede Globo*, a elite brasileira e obviamente pelos militares. Lula despertava praticamente o mesmo sentimento nesse bloco que apoiou o golpe militar de 1964. Ou seja, a esquerda nacional não era bem vista naquela eleição. Já Collor, o rapaz

²⁸ Ao todo, 22 candidatos concorreram ao cargo de Presidente da República: Fernando Collor de Mello (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Guilherme Afif Domingos (PL), Ulysses Guimarães (PMDB), Roberto Freire (PCB), Aureliano Chaves (PFL), Ronaldo Caiado (PSD), Affonso Camargo (PTB), Enéas Ferreira Carneiro (PRONA), José Alcides Marronzinho (PSP), Paulo Gontijo (PP), Zamir José Teixeira (PCN), Livia Maria de Abreu (PN), Eudes Mattar (PLP), Fernando Gabeira (PV), Celso Brant (PMN), Antônio Pedreira (PPB), Manoel Horta (PDC do B) e Armando Corrêa (PMB).

da alta sociedade de Alagoas, que emplacava sua ascensão política com a frase “o caçador de marajás”, e prometendo mudar “tudo o que ali estava”, tornou-se um forte candidato embalado pelo seu projeto de futuro.

Temendo o sucesso de Lula que, de acordo com Roberto Marinho²⁹ implantaria o socialismo no Brasil, e sendo inimigo de longa data de Brizola, o proprietário da Rede Globo não teve dúvidas em começar a organizar e agendar um candidato “ideal”:

Roberto Marinho achou o seu candidato. Não foi fácil. Em 4 de abril de 1989 ele assinou um editorial em O Globo intitulado “Convocação”. Nele, advogou que os líderes do PMDB e do PFL optassem por um nome de consenso, “um candidato de renovação que não se enrede em manhas e combinações inaceitáveis. Um candidato que não fuja de temas controversos e não faça do subterfúgio a suprema sabedoria política. Um candidato, afinal, com uma abordagem moderna e otimista dos problemas brasileiros, que devolva à Nação o direito de sonhar com o futuro” (CONTI, 1999, p. 154).

Contando com pequenas diferenças, Lula e Brizola repartiam a fatia esquerdista da população. Conquistavam os votos de uma mesma parcela. A esquerda estava representada e dividida ao mesmo tempo. A direita não tinha um grande representante até Collor surgir bem classificado nas pesquisas de intenção de votos.

Na eleição mais concorrida da história democrática brasileira, Fernando Collor de Mello surgiu de forma deslocada, mas logo ascendeu nas pesquisas, por se apresentar como uma alternativa jovem, buscando implantar uma política de estado mínimo, e de antagonismo aos candidatos de esquerda, Lula e Brizola:

Ao longo de todo o mês de março de 1989, Fernando Collor se mostrou um candidato competitivo em todas as pesquisas de intenção de voto. No final de mês, registrara índices próximos a 9%. Deixara de ser azarão, um desconhecido governador de Estado pequeno para iniciar a colheita da imagem de político destemido, de caçador de marajás, que havia plantado com tanto esmero (GOMES, 2014, p. 46).

A *Rede Globo* pode não ter encontrado no princípio algum candidato forte, mas logo conseguiu projetar e se aliar ao candidato que venceu o primeiro turno. O proprietário da *Rede Globo* andou muito tempo à procura do candidato ideal (GOMES, 2014, p. 39). Na disputada eleição, Lula e Collor foram ao segundo turno. O Brasil tinha duas possibilidades pela frente, um candidato de esquerda ou um candidato vinculado à ideologia econômica de direita. Mais uma vez a Globo fez sua escolha e

²⁹ Empresário e proprietário da Rede Globo de 1925 até 2003.

interferiu no processo democrático. O apoio das Organizações Globo e a investida na desmoralização de seus concorrentes por meio de jornais, não eram suficientes para Fernando Collor. Ainda candidato, Collor se encontrou novamente com Roberto Marinho e garantiu novos aliados:

[...] Roberto Marinho esteve outra vez com Collor e lhe disse: “Eu soube que há emissoras de TV que não te apoiam. Quero que você me diga quem são porque vou conversar com eles”. Roberto Marinho aderiu à candidatura de Collor porque era a que tinha mais condições de derrotar Lula e Brizola (CONTI, 1999, p. 168).

Além disso, o debate, veiculado em 16 de dezembro de 1989, no Jornal Nacional, noticioso com aproximadamente 80% de audiência na época, sofreu manipulação. Os responsáveis pela edição colocaram o melhor de Collor e o pior de Lula, em um compacto de aproximadamente seis minutos, deixando três minutos e 34 segundos positivos para Collor e dois minutos e 22 segundos negativos a Lula. “Para os editores do JN, Collor massacrou Lula, derrubando-o várias vezes. Fosse boxe, a contagem teria sido iniciada cinco, seis vezes (GOMES, 2014, p. 122) ”.

No primeiro turno, Fernando Collor atingiu 31%, Lula 17,18%, enquanto Brizola chegou a 16,51%. O segundo turno não possibilitou essa larga vantagem. Collor conquistou 53% e Lula ficou com 47% dos votos:

Muita exposição na mídia, inteligência no momento de sedimentar o perfil desejado pelo eleitorado e um forte apoio de importantes setores do empresariado e da mídia levaram o jovem ex-governador alagoano ao posto máximo da nação (GOMES, 2014, p. 129).

Se entre 1990 e 1991 a economia não dava resultados, o ano de 1992 passou a ser conturbado politicamente para Fernando Collor. Sofrendo diversas ameaças de perder o cargo à frente das Organizações Arnon de Mello e de sabotagem no casamento, o irmão de Fernando, Pedro Collor de Mello, resolveu contar tudo o que sabia sobre os esquemas e os sócios do presidente do Brasil. As denúncias caíram como uma bomba no país e foram utilizadas na CPI instalada no Congresso:

Usando pela primeira vez sua maioria, a oposição criou uma estratégia para superar os recuos de Pedro Collor. Exigiu que um dia antes do depoimento de Pedro os parlamentares assistissem a fita de vídeo gravada por ele para a revista Veja. Na fita, ele acusava seu irmão de ser sócio majoritário de PC. Segundo Pedro, na divisão do dinheiro arrecadado pelo esquema, 70% cabiam a Collor e 30% para PC (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 156-157).

Em 1992, o presidente eleito de forma direta enfrentou uma grave crise institucional e moral que culminou na sua renúncia ao cargo. Mesmo se não renunciasse, Collor sairia do posto, pois o processo de *impeachment* seria executado, como acabou acontecendo. Material de extorsão e outros crimes não foram apresentados. Apenas testemunhas denunciaram os crimes. O caso Fiat Elba foi a prova cabal contra o presidente Fernando Collor.

Pedro Collor de Mello falou na imprensa sobre os esquemas³⁰ de seu irmão. “Pedro autoriza Veja a publicar uma entrevista gravada dias antes, em que acusava Collor de ser sócio de PC” (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 151). Essas entrevistas, concedidas no mês de maio de 1992, fizeram com que a atenção nacional se voltasse ao assunto, e uma CPI³¹ foi instalada no Congresso. Nos meses seguintes, muitas notícias sobre os possíveis crimes de Collor foram divulgadas pela grande imprensa. Em Brasília, com a abertura da CPI, as faltas de provas em relação aos crimes cometidos pelo presidente Collor e a possibilidade de *impeachment* começavam a enfraquecer.

A oposição voltou a ganhar confiança no desfecho do afastamento de Collor quando surgiu um personagem modesto, fora do contexto até então. O motorista Eriberto Freire França, de 28 anos, se transformaria em peça chave da queda de Fernando Collor de Mello. A entrevista, publicada na revista *Isto É*, em 27 de junho, mudou os rumos da CPI:

Eriberto revelou que Ana Acioli mantinha uma conta na agência do Banesa da Asa Sul em Brasília registrada em nome de Maria Gomes. A conta era abastecida com cheques e dinheiro que o próprio Eriberto apanhava no escritório da Brasil Jet em Brasília. Desta conta saiam os pagamentos de funcionários e despesas da Casa da Dinda e uma mesada para a primeira-dama Rosane Collor (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 168-169).

No dia 29 de setembro, Fernando Collor se afastava do cargo. Em dezembro de 1992, o congresso votava definitivamente a favor do *impeachment*. O presidente e

³⁰ Em entrevista concedida à Revista *Veja*, publicada também nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, Pedro Collor acusava Fernando Collor de ser sócio de PC Farias, dividindo o dinheiro arrecado pelo esquema, em 70% ao presidente e 30% para Paulo César. Essa declaração foi capaz de colocar o PMDB como favorável à CPI em conjunto com outros partidos que resistiam.

³¹ A Comissão Parlamentar de Inquérito “PC Farias”, também conhecida como “esquema PC”, foi a principal causa do afastamento do presidente Collor. A CPI investigou ilegalidades na arrecadação de recursos para a campanha presidencial de 1989.

seus conselheiros tentaram reagir. Uma última tentativa foi colocada em prática, a *Operação Uruguai*:

No intuito de reagir, Collor afundou mais ainda quando arquitetou a chamada *Operação Uruguai* – um mirabolante empréstimo tomado em Montevideu em condições absolutamente irrealis. Poucas horas depois de seu anúncio, a operação começou a ser desmontada pela imprensa (KRIEGER; NOVAES; FARIA, 1992, p. 16).

Collor sabia do seu destino. Seria afastado, como acabou sendo. Porém, horas antes da votação, decidiu renunciar, mas, mesmo assim, teve seus direitos cassados no Senado, ficando oito anos impedido de se candidatar a cargos públicos.

Finalmente, o que ficou da CPI, matérias, reportagens e conclusões, foi a ligação de Fernando Collor com PC Farias, as reformas com dinheiro obscuro da casa particular de Collor, em Brasília, e do apartamento, em Maceió, além do automóvel Fiat Elba, comprado com o cheque de uma conta fantasma.

2.2 A ELEIÇÃO DE DILMA ROUSSEFF E SEU AFASTAMENTO

O final da trajetória do presidente Fernando Collor de Mello tem questões em comum com a presidente Dilma Rousseff. Depois da abertura democrática brasileira, pós ditadura militar, esses foram os dois presidentes eleitos a serem votados e afastados do cargo. Entretanto, possuem uma diferença na votação final do Senado. Fernando Collor renunciou e teve seus direitos cassados. Dilma Rousseff foi afastada e não teve seus direitos cassados. Contudo, pode-se notar outras diferenças na trajetória de cada um, começando pela primeira eleição vencida por Dilma Rousseff.

Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva conquistou sua primeira corrida eleitoral, depois de três derrotas em eleições presidenciais seguidas. A primeira vez em que o Partido dos Trabalhadores³² (PT) elegeu um presidente no Brasil. Priorizando a disputa presidencial, o Partido dos Trabalhadores não hesitou em fazer coligações e alianças com partidos tidos como adversários do passado. O PT acabou se movendo para o centro, algo criticado pela base, políticos do partido e partidários. A moderação no discurso também foi aplicada na eleição. A estratégia polêmica acabou dando a vitória presidencial a Lula.

³² Fundado em 1980, integra um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América Latina.

O início do governo Lula não foi de total rompimento com a política que vinha sendo aplicada por Fernando Henrique Cardoso³³. A política econômica e financeira foi mantida, como exemplos, o ajuste fiscal e a política agrícola, mas, por outro lado, o novo governo adotou políticas diferentes na área social e de política externa.

Contudo, a primeira grande crise aconteceu em 2005. A situação sofreu acusações frente ao uso dos recursos na compra de apoio dos aliados. O caso foi batizado como “Mensalão”³⁴, por conta do pagamento mensal aos deputados. O governo chegou a correr risco de sofrer processo de *impeachment*.

Mesmo com o governo sendo alvo de CPI, tendo a imagem do partido prejudicada pelo escândalo de corrupção, Lula conquistou a reeleição presidencial. As políticas sociais, visando a inclusão das classes baixas e dos mais desfavorecidos, fortaleceram Lula em mais uma disputa contra um candidato do PSDB. “Mas como a vida social se transforma ao operar a transformação de agentes sociais, quem salvou o PT e as eleições de 2006 foram os novos agentes sociais empoderados pelas políticas redistributivas” (SOUZA, 2016, p. 51). Ao final, o petista registrou 58.295.042 votos (60,83%), contra 37.543.178 votos (39,17%) de Geraldo Alckmin³⁵.

Percebe-se que, no final do primeiro mandato do presidente Lula, o país começou a ser dividido entre os que concordavam com as políticas de acesso aos menos privilegiados, e os que entendiam essa política como uma forma de compra de votos. “A partir de 2006, um claro recorte de classes dividiu o voto e as opiniões dos brasileiros em duas fatias: a classe média votava nos partidos da elite, e as classes populares, mais numerosas, votavam no PT” (SOUZA, 2016, p. 47).

Os primeiros oito anos de governo do PT no Brasil ficaram marcados pelos avanços sociais. Os programas sociais aplicados no período Lula permitiram ao Brasil crescer em aspectos econômicos e desenvolvimentistas. Ao final de seus mandatos,

³³Eleito em 1994 e reeleito em 1998, como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve seu governo marcado pela estabilidade da moeda, em virtude do Plano Real, lançado entre 1993 e 1994, quando foi Ministro da Fazenda de Itamar Franco. Além disso, em seu mandato ficaram registradas as privatizações das empresas estatais.

³⁴ Segundo o deputado federal (PDT) Roberto Jefferson, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, publicado em 6 de junho de 2008, deputados da base aliada do PT e outros recebiam uma “mesada” de R\$ 30 mil para votarem segundo as orientações do governo. Estes parlamentares, os “mensaleiros”, seriam do PL (Partido Liberal), PP (Partido Progressista), PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do próprio PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Todos os acusados foram afastados do cargo que ocupavam. Embora não houvesse provas concretas do esquema de corrupção, os envolvidos não conseguiram se defender de forma contundente durante os interrogatórios à CPI dos Correios, instaurada para investigar o caso.

³⁵ Deputado federal por São Paulo, de 1986 a 1990; governador do estado de São Paulo, em quatro mandatos e um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 1988.

Lula deixava a presidência com 80% de aprovação popular. Como marca maior de seu governo, Lula lançou o Bolsa Família³⁶, um depósito mensal de dinheiro para as mães de baixa renda, desde que com a comprovação do comparecimento dos filhos à escola e o acesso à saúde. Mais do que isso, outros programas de transferência direta de renda foram colocados em prática: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio Gás, Brasil Jovem, Seguro – Safra, exemplos das iniciativas sociais do programa petista que retirou 20 milhões de pessoas da pobreza:

Do ponto de vista social, os avanços foram enormes. Dos anos 2003 a 2012, por exemplo, o índice de Gini reduziu-se 17,8% (1,8% ao ano, em média) enquanto a taxa de pobreza diminuiu 61,8% (5,5% ao ano, em média). A miséria foi extinta e o Programa Bolsa Família, que atinge 13,8 milhões de famílias, exige a permanência das crianças pobres na escola e o acompanhamento das condições de saúde. Esse modelo intitulado por alguns de "crescimento baseado no consumo" esteve também ancorado em gastos de investimentos em infraestrutura (estradas, ferrovias, hidroelétricas) e nos setores de petróleo e gás (CARLEIAL, 2015, p. 203).

Para melhor entender o início do ódio de classes, racismo e preconceito que emergiram nos últimos anos no Brasil, vale lembrar que economicamente, durante o governo petista de Lula, o país teve avanços considerados importantes por economistas mundiais, e, principalmente, os mais pobres foram atendidos:

O governo Lula, com conjuntura externa favorável, inaugurou o maior período de crescimento e de otimismo em relação ao país, em período democrático, desde Juscelino Kubitschek. Lula adotou uma política de compromisso segundo a qual todos os segmentos sociais auferiram ganhos significativos, muito especialmente os que se situavam nos extremos da sociedade: os muito ricos e os muito pobres (SOUZA, 2016, p. 46).

Além disso, as cotas raciais em universidades e os programas de financiamento estudantil permitiram o aumento de estudantes no terceiro grau e conseqüentemente o número de bacharelados no Brasil, assim como tornou o ódio de classe e preconceito racial mais aparentes:

O estabelecimento de "cotas sociais", associado a um sistema de bolsas para os mais pobres e ao aumento significativo de vagas, constituiu uma política de grande alcance para garantir o acesso a pelo menos uma parte significativa de alunos vindos de camadas populares (SOUZA, 2016, p. 53).

³⁶ Os pagamentos estão na casa dos 12 dólares por criança, ou uma média de 35 dólares por mês — sendo realizados diretamente pelo governo federal. O programa atinge mais de 12 milhões de domicílios.

Para dar sequência ao projeto petista, Dilma Rousseff³⁷ é alçada como candidata e sucessora de Lula. Então, em 2010, Dilma é eleita presidente, seu primeiro cargo público garantido nas urnas. Antes disso, Dilma foi secretária municipal da Fazenda em Porto Alegre, na gestão de Alceu Collares³⁸, secretária estadual de Minas e Energia, nos governos Alceu Collares e Olívio Dutra³⁹, no Rio Grande do Sul; mais tarde, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o Ministério de Minas e Energia, e, posteriormente, a Casa Civil.

Mesmo sem nunca ter passado por uma eleição direta, Dilma Rousseff, escolhida pessoalmente pelo presidente Lula para sucedê-lo, teve êxito nas urnas, em virtude do saldo positivo dos oito anos de governo do Partido dos Trabalhadores: “A eleição de Dilma em 2010 se deu nesse contexto de celebração e de esperança em um Brasil com oportunidades para todos” (SOUZA, 2016, p. 53). Além da terceira conquista consecutiva do PT, Dilma foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil.

Dilma Rousseff assumiu o cargo prometendo manter e avançar sobre os programas sociais estabelecidos pelos dois governos Lula, além de apresentar um bom trabalho como gestora, algo muito difundido durante o período eleitoral. Para tentar abafar as críticas sobre a corrupção durante os oito anos de governo do PT, Dilma Rousseff afastou sete ministros sob suspeita de corrupção, herdados do governo antecessor. Porém, o mandato de Dilma Rousseff ficou marcada pelo começo da crise brasileira, que também foi afetada pela crise econômica mundial. Índices como o Produto Interno Bruto e a inflação voltaram a preocupar os brasileiros.

O primeiro governo de Dilma Rousseff registrou ganhos sociais, levando o Brasil ao índice de menor taxa de desemprego da história, mas, também, prejuízos econômicos, como o aumento da dívida pública. Em quatro anos de mandato, houve um crescimento de 4,8 milhões de trabalhadores com carteira assinada; em contrapartida, o governo sofria críticas por gastar mais do que arrecadava.

³⁷ Dilma Vana Rousseff é economista e política. Na ditadura militar brasileira, Dilma foi opositora, chegando a ser torturada pelos militares.

³⁸ Alceu de Deus Collares é um político brasileiro. Foi governador do estado do Rio Grande do Sul, entre 1991 e 1995. Também foi deputado federal, por cinco mandatos, e prefeito de Porto Alegre, entre 1986 e 1989.

³⁹ Filiado ao Partido dos Trabalhadores, Olívio de Oliveira Dutra é um sindicalista e político brasileiro, com base política no Rio Grande do Sul, tendo sido prefeito de Porto Alegre, governador do estado do Rio Grande do Sul e Ministro das Cidades.

A presidente Dilma Rousseff passou pela primeira forte crise com as manifestações de 2013. Os protestos iniciaram-se centrados nas capitais da Região Sul e Sudeste, em que grupos de estudante reivindicavam a diminuição do preço da passagem no transporte público. Mas gradativamente essas manifestações começaram a ganhar adeptos e se espalharam por 350 municípios brasileiros, atingindo outras classes sociais e novas reclamações surgiram. “As manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas” (SOUZA, 2016, p. 87).

No princípio, o Movimento Passe Livre (MPL)⁴⁰ lutou pela diminuição ou pela ausência de tarifa no transporte público, tendo êxito no congelamento do preço e na redução da tarifa. Porém, depois, o protesto foi remodelado, levando críticas ao governo petista e inserindo o tema do combate à corrupção. “O fim da corrupção já se tornara a palavra mais importante depois que as tarifas foram abaixadas, transformando-se na bandeira central de todo o movimento” (SOUZA, 2016, p. 92).

Em virtude da mudança nos pedidos dos protestos e no aumento de pessoas envolvidas, o governo resolveu agir. Dilma Rousseff fez um pronunciamento favorável à Reforma Política, reforma essa que buscava combater a corrupção, transformando-a em crime hediondo. Além disso, visava alterar o transporte público e destinar 100% do pré-sal à educação. As propostas não avançaram no Congresso nem na imprensa. As marchas de junho foram trágicas para a popularidade da presidente que perdeu 27 pontos percentuais desde o início dos protestos.

Dilma Rousseff não sofreu com os protestos apenas em 2013. As vaias na abertura da Copa do Mundo de 2014⁴¹ também demonstraram a indignação por parte da população com a presidente e com a classe política. Na partida inaugural do torneio, o Brasil enfrentou a Croácia, em São Paulo. A torcida cantou o hino nacional, recebendo positivamente o time que entrou em campo, porém, a presidente do Brasil foi xingada e enxovalhada com gritos e cânticos de baixo calão.

⁴⁰ Fundado em 2005, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o movimento social defende a gratuidade do transporte público e a ausência das empresas privadas no serviço.

⁴¹ Organizada pela Fifa, a vigésima edição do torneio aconteceu no Brasil, pela segunda vez. Ao todo, 12 sedes foram eleitas, levando ao desgaste público pela desnecessária construção de estádios de futebol em regiões que a prática não é recepcionada pelo público, além do superfaturamento nas obras da Copa e inserção de dinheiro público em setores que a população julgava desnecessários. A competição foi vencida pela Alemanha, em final no Maracanã, contra a Argentina. Antes, os alemães derrotaram o Brasil por 7x1, na semifinal.

Contudo, passado o período de instabilidade, Dilma Rousseff seguiu os passos de Lula, garantindo sua reeleição no ano de 2014:

Nas eleições de 2014, um fenômeno parecido ocorreu. Ainda que a margem da vitória eleitoral tenha sido muito pequena, uma clara divisão de classes se estabeleceu. Seja no perfil regional que opõe Sul e Sudeste ao Norte e ao Nordeste, seja no mapa interno das grandes cidades, que opuseram suas periferias aos centros urbanos, o país se mostrou dividido, com pequena vantagem das classes populares mais numerosas (SOUZA, 2014, p. 104).

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi diferente. A oposição começou a cercá-la. A reprovação a seu governo era alta. Segundo pesquisa Datafolha, 63% da população dava como ruim ou péssimo o segundo mandato da presidente. A palavra que assombrou Fernando Collor, no início dos anos 90, voltava com força, e passaria a fazer novamente parte do cotidiano da mídia: *impeachment*.

Com o resultado das eleições, o sentimento de divisão seguiu aflorando. O preconceito de classes foi tomando forma. Teve espaço para se expandir. A culpa do PT continuar no poder, segundo a classe média, era da população pobre, ignorante:

Todos nós vimos à exaustão, no período recente de ascensão social das classes populares, exemplos de forte às vezes violenta reação da classe média estabelecida a um processo de ascensão social das classes populares, que foi visto por muitos como ajuda eleitoral a pobres burros e preguiçosos (SOUZA, 2016, p. 57).

A dicotomia PSDB e PT, nas eleições presidenciais de 1994 até 2014, dá uma amostra da divisão na sociedade brasileira. Das seis eleições disputadas pelos dois partidos, o PT saiu vencedor em quatro oportunidades, perdendo somente nas duas primeiras, 1994 e 1998, para Fernando Henrique Cardoso. Das sete eleições presidenciais, desde a reabertura democrática brasileira, em apenas uma, em 1989, não houve o confronto PSDB e PT. Essa dualidade ajuda a entender e explicar as manifestações pelo afastamento de Dilma Rousseff e o *impeachment* da presidente, que, segundo OLIVEIRA (2016), a imprensa teve papel crucial na propagação do descontentamento com o governo e no incentivo ao revanchismo pós-eleitoral:

De antemão, as manifestações contra a presidente Dilma Rousseff tiveram, desde o início, todos os conglomerados de mídia brasileira como o maior aliado. Já é público e notório o empenho da imprensa privada brasileira durante a campanha às eleições presidenciais em prol da candidatura de oposição, capitaneada pelo candidato Aécio Neves (Partido Social da Democracia Brasileira, através de aliança dos partidos tradicionais da política no País), bem como da permanente disputa, ao forte sabor de ressentimento, travada pós 2º turno das

eleições 2014, pelo não reconhecimento à vitória nas urnas por Dilma Rousseff (OLIVEIRA, 2016, p. 87).

Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff chegou à presidência com mais de 55 milhões de votos, enquanto que, em sua reeleição, 2014, atingiu a soma de 54,5 milhões de votos. Era o Partido dos Trabalhadores conquistando mais um mandato presidencial, emplacando, assim, 16 anos de governo. Só que, dessa vez, a sociedade brasileira começou a se mostrar dividida, muito também por conta da Operação Lava Jato⁴²:

A partir de 2014, especialmente com o aprofundamento da disputa eleitoral daquele ano para a presidência, a operação conhecida como Lava Jato passa a dominar e a colonizar o espaço público com a criminalização do PT e da base de apoio ao governo (SOUZA, 2016, p. 107).

As duas eleições (2010 e 2014) foram para o segundo turno, as duas disputas ficaram entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁴³. Em 2010, o candidato do PSDB, José Serra⁴⁴, perdeu por uma diferença superior a 12 milhões de votos, enquanto, em 2014, Aécio Neves⁴⁵ foi derrotado por apenas um pouco mais de 3 milhões de votos.

Seguindo os passos da instabilidade de 1992, o ano de 2016 também foi de instabilidade política. Principalmente, foi um ano de divisão, de ruptura, de uma parcela da sociedade aparecendo e expressando suas ideias, até antes escondidas. A eleição presidencial de 2014 deixou deflagrada a disputa PT e PSDB.

No primeiro ano do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff sofria acusações de estelionato eleitoral, má gestão da Petrobras e improbidade administrativa. Sem completar um ano de governo reeleito, a presidente Dilma Rousseff lidou com o aumento da oposição na Câmara dos Deputados, no Senado e nas ruas. A palavra *impeachment* começou a ganhar força e foi respaldada pelos

⁴² Investigação de corrupção e lavagem de dinheiro entre políticos brasileiros e grandes empresários. A Operação é criticada pela seletividade, parcialidade, grampos ilegais, divulgações ilegais de áudio e pela espetacularização.

⁴³ Partido político brasileiro fundado em 1988.

⁴⁴ Economista e político brasileiro. Foi governador de São Paulo, de 2007 a 2010, senador por São Paulo em três ocasiões, prefeito de São Paulo, de 2005 a 2006, além de ocupar os Ministérios da Saúde, do Planejamento e das Relações Exteriores.

⁴⁵ Economista e político brasileiro, neto do ex-presidente Tancredo Neves. Foi governador de Minas Gerais em dois mandatos, ficando de 2003 até 2010. Foi senador por Minas Gerais, em 2011, e eleito presidente do PSBD, em 2013.

aliados de coligação, o PMDB⁴⁶, de Eduardo Cunha e de seu vice, Michel Temer, que resolveram agir apoiando o discurso oposicionista. Para tentar acalmar a oposição que crescia no Brasil e mudar os rumos da economia, Dilma Rousseff optou por uma medida criticada por ela mesmo na sua campanha eleitoral, o ajuste fiscal, dando força à entrada do neoliberalismo:

O estopim para a decisão de implementar o ajuste neoliberal parece ter sido a confirmação de um déficit de 0,6% do PIB brasileiro, em 2014, após 17 anos de superávits consecutivos. Como não é possível separar economia da política, atribuímos algum peso também à reação de inconformismo do grupo derrotado que passou a ameaçar a presidenta reeleita com um possível impedimento. Assim, a adoção do ajuste neoliberal parece ter sido também uma tentativa de ser "aceita" pelo grupo político derrotado e seus eleitores frustrados (CARLEIAL, 2015, p. 209).

Em meio aos pedidos de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, além da divisão nacional de quem era contra e a favor do afastamento da Chefe da Nação, o país notou o ódio que se instalou e circulou contra os líderes e o Partido dos Trabalhadores:

Bem como, o que importa agora, o ódio brutal que se expressa hoje nas ruas do país contra o PT é também a tentativa astuciosa e igualmente mágica, baseada em grandes emoções e na redução calculada na linguagem, de anular e esvaziar os motivos encantatórios daquele monumental amor dos brasileiros pelo ex-presidente (AB'SÁBER, 2015, p. 11).

O clima de vingança, revanche e ódio seguiram na política pós eleição, passando para as esferas sociais. Combinados, alguns fatores colocaram instabilidade e desaprovação no governo Dilma Rousseff, logo de início: a divisão social no Brasil, marcada pela disputa PSDB e PT, a crise econômica, o segundo momento das manifestações de junho e a fase inicial da Operação Lava Jato, que enfraqueceram a imagem do Partido dos Trabalhadores e seus líderes. "As bandeiras abstratas anticorrupção das jornadas de junho tornaram-se concretas com a operação Lava Jato" (SOUZA, 2016, p.119). Esses elementos dificultaram a governabilidade de Dilma Rousseff.

Então, os manifestantes foram para as ruas. Em 2015, do final do primeiro semestre até a primeira metade do segundo semestre do ano, a classe média, impulsionada pela classe alta, pediu a queda da presidente. O discurso anticorrupção

⁴⁶ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro possui o maior número de filiados no Brasil.

aparecia, mas mais como uma argumentação dirigida exclusivamente contra o Partido dos Trabalhadores e seus líderes:

Assim, antipetistas indignados com a corrupção do outro, e anticomunistas do nada, tomaram as ruas para produzir o texto para os grandes conglomerados de mídia nacionais repercutirem, o que ocorreu, em tempo real. Estas forças herdaram as ruas a partir dos levantes, originalmente críticos ao governo, mas à esquerda, ocorridos em 2013, se apropriando da legitimidade política e simbólica do que era o outro movimento (AB'SÁBER, 2015, p. 36).

De bandeira brasileira em punho, camisas da Seleção Brasileira de futebol, antigas e novas organizações apareciam nos atos, pedindo a moralização da política. Políticos envolvidos em casos de corrupção discursavam, políticos investigados apareciam em fotos pedindo moralidade e ética, a população envolvida na manifestação tinha o conservadorismo como principal argumento. No todo, o movimento possuía um objetivo, tirar Dilma Rousseff e o PT do comando do país. Os gritos pediam o fim da corrupção, mas não eram direcionados contra os corruptos que não fossem do Partido dos Trabalhadores. O que se viu no Brasil, em 2016, nada mais foi do que uma combinação de ingredientes que impulsionaram um setor da sociedade a pedir o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Além do ódio contra o PT, essa parcela da população não teve medo de mostrar o seu lado mais conservador:

Assim se produzia o campo extremo, algo delirante, em que a luta democrática antipetista encontrava a velha tradição autoritária brasileira. E, por isso, agora que o país, em seu *neo-transe*, se levanta contra os comunistas inexistentes, em uma ritualização do ódio e da ideologia, elegantes *socialites peessedebistas* e nos empresários *teapartistas* convivem bem, nas ruas, fechando os olhos para o que interessa, com bárbaros defensores de ditadura, homens que discursam armados em cima de trios elétricos, clamando por intervenção militar urgente no Brasil e sonhando com o voto de Jair Bolsonaro. Não por acaso, em regime de farsa verdadeira, se vislumbrou nas passeatas de março o semblante das velhas marchas conservadoras de 1964 (AB'SÁBER, 2015, p. 43).

Analisando os governos de Lula e Dilma Rousseff, percebe-se que a classe baixa brasileira teve acesso a serviços e consumo, por meios de facilidade de crédito, direta redistribuição de renda, e pelo bom momento econômico, que permitiu uma grande geração de empregos. Ou seja, a movimentação do capital ocorreu, nada de comunismo foi implantado. O pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, por parte dos movimentos organizados juntamente entre as classes média e alta, está justamente no ódio contra as políticas que buscavam atender às classes baixas da

população brasileira. Pelas ruas, os favoráveis ao afastamento de Dilma Rousseff levavam cartazes, entoavam cânticos e bradavam contra o “comunismo” petista. Algo semelhante aconteceu com João Goulart, no golpe militar⁴⁷:

A dinâmica democrática e viva entre as classes e o governo é transformada deste modo em um gesto de desejo imediato, em uma luta imaginária limite, contra os comunistas inexistentes. E, me parece, isto apenas quer dizer que o governo deve ser derrotado *in extremis*. O anticomunismo é estratégia extremada – ancorado no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata – de resgatar o governo de compromissos populares quaisquer, mesmo quando estes compromissos, como no caso dos governos Lula e Dilma, sejam de fato os da inserção de massas no mercado de consumo e de trabalho, evidentemente pró-mercado, capitalista (AB’SÁBER, 2015, p. 37).

Porém, nenhuma dessas informações foi levada em conta pelos simpatizantes do *impeachment*. A meta era derrotar o PT de Lula e Dilma, empunhando a bandeira do fim da corrupção e da extinção do comunismo. O ódio cegou a todos que não fizeram uma leitura mais abrangente e complexa. Esse tipo de simplificação também foi posto em prática pela mídia:

No período de ascensão e queda petista, atacar com a máxima retórica, isenta de responsabilidade, em jornais, blogs ou revistas, o comunismo imaginado do governo, tornou-se um dos modos mais fáceis e oportunos de ganhar dinheiro no mercado dos textos e das ideias no Brasil (AB’SÁBER, 2015, p. 41).

Em 2 de dezembro de 2015, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha⁴⁸, aceitou o pedido de *impeachment* por crime de responsabilidade, elaborado por um ex-procurador de Justiça, Hélio Bicudo, e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. As acusações foram feitas somente contra a presidente Dilma Rousseff, não incorporando o vice-presidente Michel Temer⁴⁹. A insatisfação manifestada em 2013, iniciada como um movimento de esquerda, depois, passando para a direita, possibilitou o agrupamento dessa direita e de quem estava desgostoso com o governo petista, e que voltou a aparecer em 2016:

Quando se pensa que o estopim dos protestos de 2013 foi uma tentativa de aumento de vinte centavos no preço da passagem de ônibus

⁴⁷ Conhecida como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, o movimento ocorreu em 1964, apoiando o Golpe Militar e pedindo o fim do governo João Goulart. As manifestações ficaram conhecidas pelo conservadorismo e pelo ódio de classe.

⁴⁸ Político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), acusado em diversos casos de corrupção.

⁴⁹ Político e advogado. Foi vice-presidente nos dois mandatos da presidente Dilma Rousseff.

urbanos, a escola macroeconômica seguida por Dilma a partir de 2015 foi mais que um anticlímax. Parecia mesmo um escárnio. E foi nesse ambiente político, de desencantamento e frustração, que as manifestações de rua, depois da grande eclosão em junho de 2013, prosseguiram em 2015 e 2016. Os índices de aprovação do governo, que saíram das eleições de 2014 um pouco acima dos 50%, entrariam em fevereiro de 2015 com cerca de 23%, com o desencantamento gerado pelas medidas econômicas e a gravidade das denúncias de corrupção, que não paravam, no bojo da Operação Lava Jato (BUCCI, 2016, p. 147).

Após a aceitação do pedido e da formação da comissão especial, na Câmara dos Deputados, aprovando a continuidade do processo, no dia 17 de abril, a Câmara dos Deputados acatou o relatório, com 367 votos favoráveis e 137 contrários.

No dia 12 de maio, o Senado aprovou, por 55 votos a 22 contrários, a abertura do processo, afastando a presidente Dilma Rousseff até que os procedimentos fossem concluídos.

Em 31 de agosto de 2016, chegava ao fim o mandato da primeira mulher presidente do Brasil. As acusações de desrespeito à lei orçamentária e de improbidade administrativa foram o suficiente, conforme os deputados e senadores, para a confirmação de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Abordar esses meses é uma tentativa de desvendar os argumentos, posicionamentos, explicações e até mesmo a torcida desses jornais por um determinado desfecho.

3 OPINIÃO NO JORNALISMO

Visualizando uma das funções do jornalismo, no caso o ato de opinar, entende-se que o seu papel é alertar e atingir as massas, ou seja, ele tem um objetivo pré-definido, restando a dúvida sobre a motivação dos argumentos e se a mensagem transmitida pelo emissor é entendida como isenta pelo receptor. “A ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores” (BUCCI, 2000, p. 12).

Não é somente mostrando os fatos e relatando-os que os jornais participam da sociedade. A função dos jornais não para na informação. Os jornais também emitem opinião, expondo e emprestando sua visão de mundo. Fazendo isso, o jornal aparece em um breve momento, quebrando a sua condição de imparcial e mostrando seu lado encoberto:

Entendemos que os meios de comunicação coletiva, através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são “aparatos ideológicos”, funcionando, se não monoliticamente atrelados ao Estado, como dá a entender Althusser, pelo menos atuando como uma “indústria da consciência”, de acordo com a perspectiva que lhes atribui Enzensberger, influenciando pessoas, comovendo grupos, mobilizando comunidades, dentro das contradições que marcam as sociedades. São, portanto, veículos que se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem (MELO, 1985, p. 67).

Para o fortalecimento e construção de uma democracia forte e saudável, o trabalho da mídia é fundamental. A fiscalização e informação, dois trabalhos prestados pelo jornalismo, mostram-se de suma importância. A função desempenhada pelo jornalista é, nada menos, do que a de um prestador de serviços social. O trabalho jornalístico serve ao público. Contudo, essa relação capitalizada, entre grandes empresas de comunicação, jornalista e público, deixa alguns questionamentos:

Agora, o desafio da reflexão contemporânea sobre jornalismo é examinar os limites que o liberalismo enfrenta para realizar na prática a sua promessa. O mercado pode mesmo oferecer com eficácia as soluções éticas que o projeto democrático espera da imprensa? Além do mercado, qual é a origem e qual é a legitimidade dos valores que devem orientar a prática dos jornalistas e de todos os que operam ou comandam os meios de comunicação? (BUCCI, 2000, p. 26).

Traquina (2005) abordou as notícias como algo lucrativo. Um jornal que tenha mais e melhores notícias terá maior volume de vendas. Tendência de mercado. A qualidade do trabalho seria recompensada com a maior vendagem de exemplares. Esse era o pensamento dominante nos séculos XIX e XX. Entretanto, não é exatamente com a venda de jornais que o veículo tem sua maior fonte de renda, mas sim, contando com anúncios publicitários.

No Brasil, durante o século XIX, os jornais eram partidários, acreditavam nas suas ideias e ideologias e buscavam a replicação dos seus conceitos. Apesar dos impressos brasileiros terem se modificado na passagem dos séculos, a característica opinativa, de disputas e divulgação ideológicas permaneceram, mesmo que por vezes, de forma velada:

Na verdade, o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil. Os jornalistas são os responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública (RUDIGER, 2003, p. 37).

O jornalismo, se for deixado ao livre compromisso com o mercado, pode perder sua essência. Uma empresa, seja de qual área for, vai atrás do lucro, porém, quando esse desejo de ganância e ambição se relacionam com um serviço à sociedade, um atrito de conflito de interesses pode surgir. As funções do jornalismo devem estar claras, assim como a postura da imprensa em relação ao seu público:

São estes, os direitos, que devem ser chamados a fornecer as bases para o exercício de uma imprensa que, embora tenha também um lugar no mercado e seja uma realidade econômica, estabeleça sua meta mais alta na construção da democracia e no aperfeiçoamento dos direitos humanos. Os valores democráticos – que, por definição, são públicos e não privados – são a mais fecunda inspiração, a mais elementar e a mais básica, do jornalismo (BUCCI, 2000, p. 27-28).

Os jornais brasileiros abrem espaço para a opinião valendo-se de categorias: artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta (podendo ser substituído por outros meios digitais). São várias formas de emitir opinião. Em cada quadro desses, o responsável pela opinião, jornalista ou não, tem a identidade revelada, com foto e/ou assinatura. Diferentemente dos editoriais.

Com isso, em razão dessas categorias, é mais fácil identificar o autor da opinião como um jornalista ou um profissional fora da área jornalística. A identificação ou a

negação da opinião é personalizada. Neste ponto, a opinião no editorial pode ser entendida como vaga, já que ela, em muitos casos, não possui um nome, uma assinatura.

A opinião do jornal é calculada. A medida será sempre entre o interesse comercial e a responsabilidade social. Porém, em alguns momentos, os jornais não estão respeitando as bases éticas da função do jornal e do jornalista.

Os veículos fazem parte da indústria, sendo assim, uma parte da sociedade comercial e com isso visam uma maneira de conseguir o que é melhor para sua economia. “[...] estando o jornal, como indústria, com seus interesses entrelaçados aos da classe econômica dominante ou ao Estado, é natural que defenda pontos de vista idênticos ao deste ou ao daquela” (BELTRÃO, 1980, p. 41).

O nascimento do jornal, no Brasil, está diretamente ligado ao jornalismo opinativo. Hipólito da Costa, através do *Correio Braziliense*⁵⁰, tratava de opinar e criticar o Império português em atuação no Brasil. Até a queda do Império, o jornalismo de opinião prevaleceu no país, sendo alterada a característica do jornalismo com o passar do século XX, dando maior espaço à informação.

A opinião é parte do trabalho do jornalista. Para isso, ele deve fundamentar sua opinião com informações, ética, dever moral e sensibilidade. É inquestionável o ato de se posicionar, tanto de um jornalista como de um jornal. As ideias, socialmente difundidas, estão também nos jornais, e é por esse canal que elas ganharão notoriedade e propagação.

Realizando a tarefa de opinar, o jornal toma partido, escolhe um lado. O editorial tem o objetivo de dar solidez à opinião de um jornal. Com isso, apresenta dois lados: o primeiro cumpre sua função social, o segundo deixa transparecer sua ideologia, seu entendimento de mundo e sociedade.

3.1 EDITORIAL, OPINIÃO PÚBLICA E IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA

A escolha pelos editoriais dos veículos impressos se deu pela importância histórica desse gênero nos jornais. O editorial é o espaço destinado ao posicionamento claro do jornal. Existe a oportunidade de esclarecer e também de marcar posição sobre infundáveis assuntos, porém, pode acontecer desse

⁵⁰ O jornalismo chegou ao Brasil em 1808, quando o governo de Portugal criou a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Também, nessa mesma época, surgiu o *Correio Braziliense*, jornal publicado por José Hipólito da Costa.

posicionamento não aparecer nitidamente. Em momentos de crise, seja lá de qual natureza for, dificilmente os grandes jornais escondem suas preferências. O editorial é a forma do jornal se posicionar. “Esta é também a função que o editorial implementa todos os dias: a aplicar a alma do jornal em casos específicos” (Barrero, 2003, p. 44).

O editorial é um texto não assinado, em que a diretoria do impresso escolhe aqueles que vão elaborá-lo, com o objetivo de representar os interesses e posicionamentos da empresa. No período colonial, a maioria dos editoriais eram elaborados pelo diretor da publicação. Hoje em dia, este trabalho é feito por uma equipe, de duas a três pessoas, e, em grandes jornais, chegando até doze profissionais (BARRERO, 2003, p. 61). É neste espaço que o jornal exerce sua autonomia, mostra sua identidade, busca identificação com o leitor e expressa seus argumentos em relação às principais notícias do momento. Por isso, o editorial, além de pautar o público, também pode influenciar o mesmo. É nele que o veículo de comunicação apresenta suas preocupações, demonstrando suas prioridades e anseios.

Nota-se, por vezes, que as notícias veiculadas não denotam o posicionamento do jornal em questão. Reportagens, matérias e informações são itens que podem esconder a opinião e a ideologia dos jornais. Portanto, o leitor/pesquisador vale-se do entendimento e interpretação dos editoriais:

É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade ligados à existência e desenvolvimento da empresa, intentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum (BELTRÃO, 1980, p. 51-52).

O editorial do jornal é um espaço subentendido como um meio de expressão e pressão política. Deixa a imagem do jornal de forma a marcar determinado pensamento e emprestando a credibilidade jornalística construída com o tempo para assentar tal posicionamento, a ideologia:

Pela exposição dos caracteres da opinião, como fenômeno individual e como fenômeno social, de logo deduzimos a importância do seu exercício, por parte do jornalista. Opinar, para ele, não é apenas um direito, mas um dever, pois, de ofício, está incluído entre os que fazem profissão de opinar. Ainda mais: é sua função captar, em qualquer campo, aquele objeto importante sobre o qual a sociedade exige definição (BELTRÃO, 1980, p. 18).

Em razão da escolha dos veículos por esconder suas preferências, os jornais decidem não revelar diretamente suas opções. Nem sempre a linha editorial é clara, transparente. E essa é mais uma polêmica entre tantas envolvendo o jornalismo. A imparcialidade, termo repetido pelos jornais brasileiros, se apresenta nas linhas dos editoriais dos impressos? Vale ressaltar, neste ponto, que o jornal tem o dever de prestar um serviço público, mesmo sendo ele uma empresa privada, contando com acionistas e financiadores. Os próprios interesses do veículo de comunicação não podem passar por cima da função social:

Pois nas sociedades capitalistas o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços do aparelho burocrático do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro (MELO, 1985, p. 96).

Para quem fala os editoriais? A mensagem quer atingir qual grupo? Essa é outra questão levantada referente ao espaço opinativo. O editorial é a oportunidade que o jornal possui de dar voz ao que se diz na rua, de cancelar, através da sua propagação em massa, um pensamento referente a qualquer assunto relevante. Então, o editorial seria uma ferramenta de união de vozes? Sim, mas não só isso; um editorial, como dito anteriormente, pode manifestar um interesse velado, como também tem a possibilidade de pressionar o governo, o Estado.

O editorial pode ser entendido como a voz do jornal. Por não ser assinado, o editorial retira da comunicação o “eu” para colocar o “nós”; então, é o impresso que terá total responsabilidade pelo que é escrito. “O anonimato do editorial é a força do periódico como instituição e a representatividade do jornal é o que permite adotar um tom de certa autoridade que resultaria fora de lugar se o mesmo escrito parecesse assinado por quem o escreveu” (BARRERO, 2003, p. 57). É dessa maneira que a publicação opina sobre as próprias notícias que publica. Desse modo, o jornal seleciona, condiciona, diz claramente o que é bom e o que é ruim, o que serve e o que não serve para sociedade.

Segundo Cubino, Sabrino e Morón (2009, p. 11), o editorial é uma análise, um comentário, uma interpretação do jornal, sobre os acontecimentos local, nacional ou internacional. Sendo a função do editorial, explicar um acontecimento, contextualizar

historicamente e politicamente, e formular juízos que auxiliem o leitor. Além disso, o editorial propõe soluções, portanto, interfere nas atividades políticas e sociais. O editorial apresenta a postura ideológica do veículo de comunicação, interpretando os fatos e tentando solucionar os problemas, ajudando ou influenciando o leitor na tomada de posicionamentos.

Qual o nível de influência dos editoriais? Através dos textos opinativos, os jornais procuram interferir, tanto no governo como na população, utilizando seus argumentos e sua capacidade de persuasão. Através da linha ideológica defendida pelo veículo de comunicação, uma identificação é criada com o público, como mostra Azevedo (2017) abordando o caso brasileiro:

Com a circulação dirigida para os leitores da classe AB, considerados “formadores de opinião”, os grandes jornais diários, além da linguagem sóbria e culta, priorizam a cobertura política e econômica e praticam um ativo jornalismo opinativo, através dos editoriais e colunas que coexistem com as páginas de informação. Este jornalismo de comentário, orientado para as elites, é funcional para o público a que se destina e tem potencial de agenda e influência na formação da opinião pública, ao pautar o jornalismo televisivo e repercutir nos sites, *blogs* e nas redes sociais (AZEVEDO, 2017, p. 68 e 69).

Se, por vezes, o público comum do jornal não está interessado no que diz o editorial, e acaba apenas procurando por informações, e nem tanto pelo espaço opinativo, os setores que influenciam a nação (exemplo, a classe política) dão importância ao que é publicado no editorial. Conforme Barrero (2003, p. 100), “um dos fatores que mais contribuem para a influência do editorial é, sem dúvida alguma, da representatividade do jornal, que permite adotar um tom de certa autoridade”. De acordo com Torres (1988), o editorial influencia de forma indireta o público, pois, primeiro ele chega às classes mais influentes, e depois para população.

A influência que um veículo de comunicação pode ter, depende da penetração da divulgação do mesmo. A importância da opinião está ligada diretamente com a credibilidade de quem está por trás do discurso. Por isso, em alguns casos, quando há consonância no pensamento, grupos de comunicação adversários reforçam a ideia um do outro:

Quando o tema é de especial interesse para o veículo, o recurso de incluir editoriais convergentes é utilizado intencionalmente, sabendo que uma maior difusão multiplica substancialmente a influência que projeta o editorial. Inclusive criam-se alianças pontuais entre os veículos que, se não pertencem à mesma família, do ponto de vista de propriedade, compartilham o mesmo interesse por difundir uma opinião sobre um fato (BARRERO, 2003, p. 97).

Fins eleitorais, predileção ideológica não aberta ao público, negócios e afins, podem estar travestidos na opinião dada pelo jornal, como se fosse algo positivo à população. É necessário ter liberdade para informar e opinar. Essas duas ações não podem estar comprometidas. O interesse da sociedade deve vir em primeiro lugar:

Independência editorial, portanto, significa manter a autonomia para apurar, investigar, editar e difundir toda a informação que seja de interesse público, o interesse do cidadão, e não permitir que nenhum outro interesse prejudique essa missão (BUCCI, 2000, p. 56).

A independência editorial deve ser constante no meio jornalístico, mesmo que haja uma divisão entre o interesse do mercado e o serviço ao público. Essa disputa de correntes opostas não pode afetar na elaboração do trabalho e no seu resultado final. O interesse público deve vir sempre em primeiro lugar. Mas, ultimamente, será que a responsabilidade social está presente?:

Desta, a ética jornalística se ocupa em detalhes. Quando uma empresa jornalística se desvia do preceito tão bem sintetizado pelo Código de Ética da ANER⁵¹, o de trabalhar “exclusivamente para o leitor”, está incorrendo em conflito de interesses, pois pode estar tentando trabalhar para outros interesses contraditórios com os do leitor. Nessa situação, a independência editorial estará vulnerável (BUCCI, 2000, p. 59).

O conceito de opinião pública é antigo. Ele não passou a existir a partir da circulação dos jornais. Evidentemente, a opinião pública ganhou força e foi difundida com maior intensidade a partir da chegada dos meios de comunicação de massa. Esses meios ajudaram na propagação das opiniões e ideias. A difusão da opinião pública para o meio social se potencializou com a chegada dos veículos de comunicação, e isso mostra o papel de formação e de troca entre mídia e receptor.

Na sua origem, a opinião pública tem o seu nascimento vinculado com as questões políticas. Além disso, a opinião pública foi, desde o início, conduzida pelos formadores de opinião, por aqueles que tinham maior poder e credibilidade frente à sociedade da época:

Em primeiro lugar, a expressão da opinião pública está ligada a uma atividade política. São as deliberações dos cidadãos da *Polis* grega, realizadas no local do mercado, o *ágora*, que orientam a tomada das

⁵¹ Definição da própria ANER que consta em seu portal: a Associação Nacional de Editores de Revistas é uma entidade nacional, sem fins lucrativos, que representa as editoras de revistas periódicas de consumo. Foi fundada em 1986 com o objetivo de promover e defender os interesses comuns do mercado de revistas, editorial e comercial, nos seus mais diversos segmentos, tanto em impressão como por mídia eletrônica.

decisões pelo governo ateniense. Em fins do século V a.C, aparece uma classe de homens políticos, que cortejam a opinião, para conduzir o povo no sentido que desejam. Dás-lhes o nome de demagogos (literalmente: que conduzem o povo). A existência da opinião não aparece independentemente da de líderes de opinião (AUGRAS, 1974, p. 12).

O século XIX testemunhou o avanço da imprensa, graças à inovação tecnológica que, com a maior alfabetização da população e pela modificação dos jornais opinativos/partidários para jornais informativos, valorizando os fatos, se deu o grande aumento de impressos pelo mundo. Já no século XX, a democracia moderna se expandiu e se fortaleceu, os meios de comunicação se desenvolveram, e com isso, a opinião pôde aparecer livremente, julgando e avaliando os atos dos governos.

Conforme Azevedo (2017, p. 40) contextualiza, o jornalismo, na sua transformação, voltando-se para as informações, afastando-se da opinião, do partidarismo, na virada do século XIX para o XX, colocou o lucro gerado pela publicidade em primeiro lugar, contudo, não afastou os jornais da influência política. Portanto, segundo o autor, os jornais não são tão neutros como propagam. Em razão disso, o jornalismo contemporâneo pode até esconder suas predileções, mas ele segue fazendo algo que ficou marcado no seu princípio, que é a tentativa de interferir na vida pública.

A opinião veiculada na imprensa seria uma forma de resposta do cidadão às ações dos políticos. É uma maneira de cobrar e avaliar. De forma consciente, valendo-se da razão, o jornal age emitindo uma opinião, essa opinião que é de um grupo, oriunda de uma relação social. Então, construída em grupo, a opinião divulgada buscará atingir um objetivo, que pode ser dúbio. “A opinião pública é, declaradamente, uma alavanca na mão do demagogo. Daí em diante, aparecerá sob um duplo aspecto: expressão genuína do povo e meio de manipulação desse povo” (AUGRAS, 1974, p. 14).

Por que temer a opinião pública? Essa força que emana da população, que interfere politicamente, judicialmente e legislativamente, já que se manifesta sobre qualquer assunto, principalmente naqueles que interferem profundamente na sociedade, é tratada com cuidado por quem está no poder, pois ela se constitui como uma força política:

A opinião é um árbitro, uma consciência; poderíamos dizer mesmo que é um tribunal, certamente destituído de poder jurídico, mas um tribunal temido. Constituí o foro íntimo de uma Nação. A opinião pública, esta

potência anônima, é por vezes uma força política, força que nenhuma constituição prevê (SAUVY, 1959, p. 7 e 8).

Conforme Sauvy (1959, p. 8), a opinião pública só pode ser notada, quando ela é uma expressão de resistência, sendo uma forma de oposição, um contraponto a quem está atuando contra os interesses da população. Ela não aparece quando há unidade total de ideias, surgindo assim, da vontade de não aceitar, de recusar o que é proposto.

Politicamente, a opinião pública é tratada com cautela, de forma cuidadosa, mesmo que seja difícil quantificar, por vezes, se a população é favorável ou contrária a uma decisão. A opinião pública é tida como uma grandeza, uma união de pessoas que pensam de tal forma, sendo capazes de se manifestarem e decidirem em prol do que acreditam. Os institutos de pesquisa tentam verificar e apresentar para sociedade, o que as pessoas inseridas nela, pensam sobre determinadas propostas, ideias e projetos. Esta é uma forma de identificar a população:

As assim chamadas pesquisas de opinião pública em política não são mais que isso: sondagens voltadas para estabelecer a disposição de classes de indivíduos em face de alguma matéria realmente posta em disputa ou que poderia vir a ser posta em disputa. Tais sondagens funcionam, apesar de todos os seus defeitos, porque a tal opinião pública que os institutos vendem como uma grandeza tecnicamente mensurável é a disposição dos indivíduos e suas classes num campo de disputas real ou possível, como a disposição de peças num tabuleiro (GOMES, 2001, p. 68).

As pesquisas de opinião pública são apenas uma forma de identificá-la. Não há motivos para temer em afirmar que o desenvolvimento da tecnologia afetou diretamente as condições dos veículos de comunicação, assim como interferiu na propagação de opiniões. A ideia que antes não saía de um pequeno círculo, agora pode ficar fortalecida e ser replicada em vários cantos. Esse acaba sendo também um papel da mídia, dar voz a alguns pensamentos e personagens. É a oportunidade de pressionar o poder público por melhorias e atenção aos anseios sociais, tanto quanto abrir espaços para os marginalizados e injustiçados, estabelecendo uma conexão entre sociedade e representantes.

Nesta conexão de mídia e sociedade, maximizada pelos avanços tecnológicos dos últimos séculos, aparece uma interferência dos veículos de imprensa na proposição de assuntos e definições de opiniões como pensamentos plurais, universais:

Desta maneira, a mídia termina por intervir, tanto numa compreensão plural do contexto nacional quanto na pluralidade de vozes dos múltiplos atores da sociedade, assim contribuindo para que o entendimento por parte da população sofra interferências diretas, uma vez que os meios de comunicação decidem quais os assuntos deverão estar na lista das preocupações rotineiras. Neste sentido, alguns órgãos de imprensa outorgam-se o papel de porta vozes da opinião pública, buscando influenciar os leitores a aceitarem as opiniões publicadas como expressão dos anseios sociais (LIMA, 2016, p. 104).

Portanto, a opinião pública, o seu conceito, pode ser utilizado como um álibi pelos jornais em seus editoriais. A opinião pública não está, necessariamente, registrada, divulgada, expressa, nas linhas opinativas dos veículos de imprensa. O papel de porta-voz da sociedade, em assuntos de interesse público, é a oportunidade de o jornal cumprir sua função de guardião da população. Porém, existem maneiras de ludibriar o receptor, argumentando, por exemplo, que tal medida será melhor para ele, enquanto que, na verdade, a determinada medida fará bem a um pequeno grupo e não à maioria. Assim, o jornal nem sempre defenderá uma proposta positiva para o maior grupo, mas ele pode, utilizando-se do editorial, até se valendo de forma cínica da opinião pública, defender o interesse de um grupo específico. “A opinião pública é tão poderosa que numerosos são os esforços no sentido de modificá-la em determinada direção. Pode tratar-se de questões econômicas, religiosas, políticas etc” (SAUVY, 1959, p. 105).

Seria essa, então, a diferença crucial entre opinião pública e opinião publicada. A opinião publicada, nem sempre vai ao encontro daquilo que a maioria da população deseja, pensa e quer, mas o contrário, é um retrato de uma classe, de uma parcela da sociedade. E essa opinião publicada que se traveste, por vezes, de opinião pública, ou pretende interferir no pensamento da população, é lançada pelo veículo ou por opinantes (também conhecidos como formadores de opinião) com credibilidade:

O sistema da produção da opinião publicada depende fundamentalmente de duas classes de agentes: em primeiro lugar, dos agentes da indústria da informação e, dentre estes, mais especificamente, dos agentes da indústria da informação opinativa, os opinadores profissionais; em segundo lugar, temos um conjunto enorme de agentes que por uma razão ou outra o sistema expressivo do *mass media* admite como sujeitos de opinião. É formado por indivíduos e instituições que vão desde aqueles que socialmente se reputa uma competência específica na matéria ou uma autoridade moral sobre o assunto até aqueles cujo reconhecimento provém simplesmente da sua existência como *personae* e habitantes do mundo-mídia. De um modo ou de outro, perde-se normalmente a distinção entre essas duas fontes de legitimidade, de forma que facilmente o reconhecimento social se

converte em reconhecimento midiático e, ainda mais frequentemente, o reconhecimento midiático se converte em reconhecimento social (GOMES, 2001, p. 70).

Por essas diferenças de interesse, motivando a discussão sobre a função opinativa do jornal e como ela acontece, nos leva ao editorial, sendo percebido como a fala direta do impresso com seu público. A formação do editorial serve para endereçar opiniões para o povo, pelo povo, mas também pelo poder político e para o poder político. As duas esferas podem ser atingidas e utilizadas. Há uma relação complexa e sutil:

Mas se o editorial expressa essa opinião das forças que mantêm a instituição jornalística, torna-se necessário indagar para quem se dirige em sua argumentação. A resposta poderia ser tranquila: a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade. Na realidade, isso acontece em relação às empresas que atuam nas sociedades que possuem uma opinião pública autônoma. Em outras palavras: que dispõem de uma sociedade civil forte e organizada, contrapondo-se ao poder do Estado. Este não é o caso da sociedade brasileira, cuja organização política tem no Estado uma entidade todopoderosa, presente em todos os níveis da vida social. Por isso é que os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado (MELO, 1985, p. 96-97).

A opinião de um jornal, é uma opinião emitida em razão da opinião pública, ou, é uma opinião para transformar a opinião pública? Essa interação social, manifestando desejos, vontades e pensamentos, no relacionamento da esfera pública, assenta a propagação dos editoriais nos jornais, mesmo que por vezes seja difícil entender de onde parte a ideia inicial que fabrica determinada opinião pública:

Do ponto de vista político, a opinião pública é apresentada como a voz do povo, servindo de ponte para dois mundos que cada vez mais são percebidos como distantes – o dos governantes e dos governados – e, nessa medida, constitui, não só uma forma de legitimação da ação política da qual deriva o seu poder do consentimento dos governados, como um sentido de poder dos governados; do ponto de vista social, o termo remete para uma forma de nos relacionarmos com os outros, através de uma espécie de “horizonte da sociabilidade”, normalmente traduzido pela expressão “o que os outros pensam” – uma dimensão que, mesmo sem significar necessariamente a interiorização de expectativas dos outros, significativa pelo menos uma forma de nos posicionarmos face a uma comunidade mais vasta com a qual partilhamos interesses que vão para além do nosso [...] (RUBIM, 2004, p. 411).

A articulação entre público e mídia acabaria por construir ou solidificar uma opinião pública. Difícil será saber de quem partiu o primeiro argumento em favor de tal ideia. A opinião pública é parceira da liberdade. Ela ajuda a fortalecer a democracia, pois a construção do Estado Democrático e sua manutenção, não depende apenas das forças políticas, mas também da participação do público com a esfera pública:

A aspiração democrática do “governo pelo consentimento” tem por base a existência de uma opinião pública racional. Este é uma noção que nasce com a própria ideia democrática, mas as suas raízes encontram-se na ligação da opinião pública a uma força poderosa que os governantes têm de aprender a controlar: mesmo antes de ser substância ou fantasma da democracia, é certamente alguma coisa que o poder tem de ter em conta (RUBIM, 2004, p. 415).

A opinião pública é constituída na relação entre o privado e o público. Sua razão de ser é o interesse público e o interesse do público. Nem sempre a opinião difundida pelos jornais será uma opinião pública. Por vezes, os veículos podem publicar uma opinião, dando a entender que este pensamento é universal, elaborado para o bem social:

A opinião pública é o princípio gerador da democracia, mas, embora lhe seja vital, pode ser simultaneamente despótica, fonte da “tirania da maioria”, exprimindo assim a sua inquietação com o emergente domínio da opinião, que parecia substituir a crítica dos mais esclarecidos (RUBIM, 2004, p. 423).

Então, não basta para a imprensa “apenas” relatar os acontecimentos, produzir notícias e reportagens. A opinião também faz parte de seu trabalho, desde que apareça dentro da ética e dos valores jornalísticos. Essa função, por vezes, é percebida como algo banal, porém esse é um erro de avaliação. Os veículos de comunicação ajudam na validação de ideias.

Por essa razão, o editorial é uma forma de contato, de externar pensamentos, tanto ao público como para pressionar os governantes. O editorial é a linha ideológica do jornal sendo divulgada, a interpretação do impresso do noticiário, tentando penetrar e ganhar adeptos, influenciando e buscando notoriedade. Com essa ação, o jornal afirma sua linha ideológica de maneira concreta, assume uma postura, escolhe um lado sobre o tema mais importante do momento (BARRERO, 2003, p. 9).

Se não houver a participação popular, fortalecida pela imprensa, a política será resolvida e discutida pelos políticos. Os políticos teriam a chance de tudo decidir sem que houvesse nem mesmo a possibilidade da sociedade se fazer ouvir. A opinião

pública, juntamente com os editoriais, coloca como assuntos centrais, discussões sociais a serem estabelecidas no campo político, interferindo em debates eleitorais, planos de governo, projetos de lei e outras negociações dentro das estruturas democráticas.

Só que a influência não parte apenas da opinião pública para os jornais, mas também dos jornais para a opinião pública, um modo de influenciá-la e colocar em discussão (ou apoio) determinado assunto:

Como a luta sobre a opinião se faz sobretudo entre partidos políticos, isso manifesta e perpetua o eterno antagonismo entre o governo e oposição. O público assiste a estas lutas sobre as opiniões como o espectador que só pode ver um lado de uma cena, porque uma apresentação de jornal é tão unilateral como é parcial a apresentação dos partidos. Os jornais não são os órgãos do público e da sua opinião, mas sim dos partidos políticos que sistematicamente os influenciam. Daí a sua considerável atenção ao papel e função da imprensa como um dispositivo de propaganda. No entanto, não deixa de considerar a opinião pública uma força social considerável, uma vez que o seu poder parecia ser equacionado com o da imprensa (RUBIM, 2004, p. 429).

Esse conflito de interesse do grupo de comunicação, entre o serviço ao público e a visão do mercado, é, muitas vezes, visto confusamente. Inserida no sistema capitalista, a empresa jornalística trabalha para vender seu produto (informação e opinião) e também seu espaço para a publicidade. São duas maneiras de ganhar, com a publicidade e com a venda do produto jornalístico. Entretanto, dentro dessa dúvida financeira, os donos dos jornais não podem se esquecer do principal valor de um veículo de imprensa, a credibilidade:

Ela começa pela certeza de quem sustenta qualquer empresa dedicada ao jornalismo não é a publicidade, mas a credibilidade pública. Um engano bastante comum entre leitores, telespectadores, ouvintes, e mesmo entre jornalistas e profissionais de marketing e de publicidade, é supor que a publicidade garante o sustento dos veículos de imprensa. O engano é comum porque se apoia em números verdadeiros, o que o leva a parecer uma verdade objetiva (BUCCI, 2000, p. 65).

Porém, essa ideia de credibilidade ainda está muito arraigada no trabalho do jornalista, para que ele produza e passe notícias tidas como verdadeiras, enquanto o veículo se vale dessa credibilidade para ganhar *status* e vender seus espaços publicitários.

Historicamente, os avulsos impressos, precursores do jornal, foram difundidos com a pretensão de defender uma causa. Não havia a necessidade de esconder

algum tipo de posicionamento. As ideias eram transmitidas diretamente, opinando e argumentando contra ou a favor de determinado caso. Com o passar do tempo, mais precisamente no século XVII, os jornais foram transformados em noticiários, apenas divulgando informações, até que surge uma mudança na França, a redescoberta do jornalismo opinativo:

Foram os movimentos sociais e a efervescência política provocados na Europa pela Revolução Burguesa que restauraram o prestígio e como que recriaram a imprensa de opinião. O público reclamava uma orientação e os impressos foram convertidos em agentes de luta, adotando, propagando e defendendo determinados princípios e ideologias e combatendo os opositores. Foi a época áurea da polêmica (BELTRÃO, 1980, p. 35).

O questionamento atual, principalmente aos grandes veículos de imprensa, ocorre pela falta de transparência ideológica, política e opinativa apresentados no dia a dia. No Brasil, poucos veículos optam por uma definição clara, ficando a cargo do receptor a interpretação dos conteúdos e da seleção se o determinado veículo é de direita, esquerda ou centro. Essa falta de clareza pode ser conferida no tratamento das notícias, mas dificilmente será encontrada nos editoriais. Se, nas editorias de notícias há a possibilidade de esconder o posicionamento, nos editoriais o processo é direto:

A opinião da empresa, ademais de se manifestar no conjunto da orientação editorial (seleção, destaque, titulação) aparece oficialmente no editorial. A opinião do jornalista, entendido como profissional regularmente assalariado e pertencente aos quadros da empresa, apresenta-se sob a forma de *comentário*, *resenha*, *coluna*, *crônica*, *caricatura* e eventualmente *artigo* (MELO, 1985, p. 94).

Beltrão coloca como argumento, o equilíbrio em que o jornal deve ter para permanecer na ativa, prestando um serviço público sem deixar de olhar para os próprios negócios. Estabilidade difícil de ser atingida.

Diante da busca pelo equilíbrio, entre informar e opinar, pensando na atividade pública e encontrar espaço para promover o jornal, angariando recursos privados e públicos com publicidade, o veículo impresso corre o risco de não conseguir fazer uma coisa nem outra, ou, até mesmo, de privilegiar a parte financeira, deixando de lado seu principal serviço. A atividade jornalística depende de variáveis voláteis para funcionar:

O jornal é assim uma empresa econômica privada que tem uma missão pública, que será para ele objeto de conscienciosos cuidados e de

realização facilitada mediante uma produção habilmente comercial e bem-sucedida na parte técnica, lutando embora com frequência, contra forças materiais sem escrúpulos e sem credo (BELTRÃO, 1980, p. 46).

Como dito anteriormente, um editorial, a emissão de opinião, faz parte do trabalho de jornalista e da essência do jornal. Contudo, o editorial é uma forma de atingir as massas, de colocá-las a par de tal posicionamento e, quem sabe, fazê-las agir. É a palavra que busca uma ação. O editorial é formador de consciência. Ele tem um objetivo, um alvo, seja ele o Estado ou a população. É a busca e a conjunção do pensamento coletivo, com a intenção de defender interesses privados ou públicos:

O jornal é um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública. Não é o que *eu* penso o que exprimo no editorial, mas o somatório do que pensa uma expressiva parcela da opinião pública, representada pelo grupo que fundou, orienta e mantém o jornal. Este pensamento que eu – como encarregado de elaborar e redigir o editorial – tenho de exprimir se origina na política editorial, ou seja, na linha filosófico-prática daquele grupo mantenedor e administrador do periódico. Daí que o editorialista deve imprimir ao que escreve o mesmo caráter incisivo e convincente com que se exprimiria em um artigo no qual expressasse seu ponto de vista pessoal: ele é como um porta-voz, um alto-falante, que há de ampliar o tom das palavras e o sentimento das ideias do editor para que atinjam e firam a comunidade, levando-a a manifestar-se e agir (BELTRÃO, 1980, p. 52).

Fazer um jornalismo ético, balizado nos bons procedimentos da técnica jornalística, apoiado nos fundamentos teóricos da profissão, não depende apenas do profissional jornalista, mas também da força que está acima, a empresa de comunicação. O compromisso com o público, a salvaguarda da democracia, credenciando o acesso à informação, são itens de primeira importância para quem está envolvido com a imprensa:

Essa discussão só tem um interessado: o cidadão. Ninguém mais. É para quem a imprensa deve existir – e só para ele. Às vezes, parece que todos nos esquecemos disso. Jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão dedicados ao jornalismo, assim como os sites informativos na internet, nada disso deve existir com a simples finalidade de gerar empregos, fortunas, erguer impérios da mídia: deve existir porque os cidadãos têm o direito à informação (garantido em todo o mundo democrático, sobretudo desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que estabelece, no artigo 19, o direito à liberdade de opinião e expressão, que inclui a liberdade de “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, garantido também no Brasil, pela Constituição Federal, artigo 5º - XIV) (BUCCI, 2000, p. 32-33).

O papel do jornalismo deve ser valorizado. Sua função é fundamental para o fortalecimento das instituições e gera credibilidade à democracia. Como dito diversas vezes, é imprescindível para a democracia a existência da imprensa livre. De acordo com Traquina (2012), a relação entre jornalismo e democracia é extremamente dependente da liberdade, e é ela que vai consolidar a atividade, dando fortalecimento ao negócio e à profissão. Pois, conforme o autor, os jornais foram os responsáveis pela divulgação das injustiças e queixas individuais e coletivas, sendo ele uma forma de proteção contra os tiranos, ressaltando a cultura de rivalidade entre jornalismo e poder.

Pensar a cobertura política realizada pela imprensa, gera debate dentro dos grupos sociais, acadêmicos e, até mesmo, na própria mídia. Existe algum veículo favorecendo determinado partido ou candidato de forma disfarçada? Mesmo que o veículo decida por tomar posição, normalmente, isso acaba ocorrendo em situações específicas. Porém, por outro lado, deixando exposto na opinião e na escolha e apresentação das notícias, os valores ideológicos preferenciais dos veículos:

Quando se discute ou se estuda o papel da mídia na política, um paradigma tende a predominar entre acadêmicos, jornalistas e o público em geral. Frequentemente, a mídia é entendida como “fonte de informação” e seu papel é definido como o de informar os cidadãos. Para bem servir a democracia, segundo este enfoque tradicional, a mídia deve transmitir informações de forma objetiva e imparcial para a audiência. A partir deste ponto de vista, a crítica do papel político da mídia se restringe geralmente a ressaltar a falta de objetividade ou a imparcialidade das mensagens. Implícita, neste paradigma, está a visão de que, ao tratar de temas políticos, a mídia deve impedir que valores e ideologias (principalmente dos proprietários e jornalistas) interfiram no relato dos “fatos” (a noção de objetividade) ou evitar que os meios de comunicação favoreçam um grupo, partido ou candidato (a noção de imparcialidade). (RUBIM, 2004, p. 74-75).

Este trabalho irá perpassar as eleições presidenciais em 1989, como já ficou esclarecido acima, período em que o Brasil voltava a votar de forma direta para presidente. Só que, além disso, a imprensa também teve liberdade na sua cobertura ao cargo mais importante da democracia representativa. A imprensa contou novamente com a sua liberdade de atuação:

Sua onipresença significa poder. Poder que a embriaga. Primeiro ocupa o palanque e o transforma em palanque eletrônico. Agora parece querer instituir os partidos eletrônicos, através do controle dos aparatos / aparelhos de comunicação. Esta nova coadjuvante insatisfeita chama-se comunicação. Ela nos coloca um enigma sobretudo contemporâneo:

as modernas relações entre políticos e comunicação. Decifrá-lo ou ser devorado por ele, eis a questão. (RUBIM, 1990, p. 61).

O veículo de imprensa cumpre ou deveria cumprir um papel social. Em meio as suas coberturas, o cidadão tem a oportunidade de ficar informado sobre diversos assuntos. Uma notícia pode ser ruim ou boa para alguém, dependendo dos atores envolvidos. Essa é apenas uma parcela de amostragem da importância dos veículos, refletindo no poder que cada um carrega:

Como se observa em várias ocasiões do processo político brasileiro mais recente, o campo das mídias e a TV, de modo particular, não se constitui apenas num dispositivo de representação do que se passa na cena política, mas se converte, segundo estratégias discursivas distintas em dispositivos que não só narram, mas agem sobre o espaço político, avocando a si, muitas vezes, a condição de um poder a partir do qual põe em funcionamento estratégias de onde se aponta os caminhos e os destinos da política e os dos seus atores. (RUBIM, 2004, p. 120).

Há um jogo de interesses entre a comunicação e os políticos. A imprensa faz a cobertura das esferas políticas, com isso informa os cidadãos, conseguindo vender sua informação e espaço publicitário. Por parte dos políticos, a mídia é utilizada como forma de promoção. Os que bem a utilizam, têm mais chances de angariar votos, serem eleitos, além de possuírem a possibilidade de conquista da opinião pública, que servirá para aprovar reformas, emendas e projetos. É uma via dupla:

O objetivo da política mediada é usar a comunicação de massa para mobilizar o apoio público necessário para ganhar eleições e implementar os seus programas. A participação política dos cidadãos, que deixou há muito de ser direta, encontrou os seus instrumentos e mediatização, num sistema eleitoral e numa institucionalização partidária que reforçou, extraordinariamente, o ideal de uma opinião pública, necessária para legitimar precisamente essa mediação (RUBIM, 2004, p. 441).

Como aqui tratado, o editorial deve ser emitido pelo jornal, é uma forma de expressão da empresa de comunicação, além de ser um direito propagar a opinião sobre os fatos relevantes divulgados no espaço destinado às notícias. Porém, é de se destacar, que o jornal deve prestar um serviço ao público, orientá-lo, dando explicações, razões e argumentações, e não tentar camuflar interesses privados. Os editorialistas, conhecendo causas importantes, atuam em repetição, tentando influenciar a população e/ou os governantes para uma vantagem própria. É uma espécie de campanha que o jornal faz através do seu editorial. “Não obstante, estas

campanhas carregam um perigo implícito, especialmente quando aparecem em periódicos que pertencem a grandes grupos empresariais, com interesses na política” (BARRERO, 2003, p. 107).

São essas, as duas facetas do editorial. O espaço opinativo do jornal pode ser tanto utilizado da forma correta, orientando o público e cobrando os governantes, como ele pode agir em causa própria, tentando ludibriar, para garantir seus interesses. E, evidentemente, o objetivo não fica claro na argumentação do editorial, ele fica escuso. Então, como identificar a motivação do jornal?

A análise e o aprofundamento sobre os editoriais, nos dois processos de *impeachment* dos presidentes brasileiros, propicia o melhor entendimento da construção de argumentação, do conteúdo exposto e da opinião do jornal, que vem à luz.

Logicamente que, antes da importância dos editoriais, existe o papel fundamental dos jornais, sejam eles impressos ou não. Colocando como exemplo o primeiro *impeachment*, os jornais viviam um momento de oxigenação, de alívio para o exercício da profissão, justamente pelo motivo do país ter passado por mais de duas décadas de ditadura militar, no qual o trabalho dos jornalistas foi censurado. Além de ser a primeira eleição presidencial direta pós abertura democrática, o momento foi de liberdade para a imprensa cobrir o processo eleitoral.

Essa cobertura se estendeu também para o primeiro momento de instabilidade política brasileira, pós eleição de Fernando Collor, a possibilidade da queda do mesmo. Exatamente no ponto em que as dúvidas começam a surgir, a cobertura aumenta, os jornais dão mais espaço para o assunto, e as informações aparecem a cada momento. Os jornais cobriram, informaram, mas também opinaram, apresentando suas justificativas e ideias.

Em 2016, depois dos protestos de 2013 e da acirrada disputa eleitoral de 2014, a imprensa não só enxergou uma divisão na sociedade brasileira, mas também ajudou a incentivar essa disputa. Além disso, o ódio e a indignação com a classe política aumentaram, tornando as discussões e a cobertura mais ásperas. Ou seja, novamente o Brasil chegou a um momento de conturbação social, em decorrências das disputas políticas.

Nesses dois casos, em virtude do momento político, das denúncias de corrupção, dos protestos, das disputas eleitorais, a política ficou no centro das

atenções da imprensa e da vida pública. Nos dois momentos, a imprensa tomou partido, apresentou seus motivos via editorial e deixou aberto seu campo ideológico.

4 ANÁLISE DOS EDITORIAIS NOS JORNAIS ESTADO DE S. PAULO, REFERENTE AOS PERÍODOS DE *IMPEACHMENT* DE FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF

O jornal *Estado de S. Paulo* foi fundado com e a partir dos ideais republicanos, em 4 de janeiro de 1875. O primeiro título do impresso foi *A Província de São Paulo*. A “mercantilização da imprensa” brasileira teve seu início justamente com a implantação da venda avulsa deste jornal (SODRÉ, 1999, p. 226). A nova modalidade de negócio deu resultado e logo o *Estado de S. Paulo* se tornou o impresso mais vendido da cidade. O jornal, em editorial publicado em 1917, deixou claro seu posicionamento ideológico, que o segue até hoje, como vemos em PILAGALLO (2012):

Somos essencialmente conservadores, mas ser conservador não é fechar os olhos ao movimento progressivo do espírito humano e erguer um dique, por sistema, a toda reforma que se anuncia. Isto não é ser conservador, mas cego e reacionário. A preocupação capital de todo mundo civilizado é, nos dias que passam, resolver da melhor maneira possível a questão social (PILAGALLO, 2012, p. 61).

Em 31 de dezembro de 1889, um mês após a queda da Monarquia, transformando o Brasil em República, o jornal modificou seu nome: “A Província” saía para entrada de “Estado”. A partir de 1902, o *Estado de S. Paulo* virou propriedade exclusiva da família Mesquita. Na economicamente conturbada década de 20, aprofundada pela crise 1929⁵², notou-se um jornal ativo, de oposição, que se manifestou perante as crises políticas e econômicas no Brasil. Com a chegada da década de 30, o jornal foi atuante, tomou posição, ganhou e perdeu causas em curto espaço de tempo. Na Revolução de 1930⁵³, o jornal ligado ao Partido Democrático apoiou Getúlio Vargas e vibrou com o fim do regime oligarquista:

Não se pode explicar a Revolução de 1930 somente a partir da crise política que se manifestou no final da década de 20; a crise mundial de 1929 representou seu papel na eclosão do movimento, pois veio acentuar as dificuldades com que se vinha defrontando o principal setor

⁵² Crise de ordem financeira, que afetou todos os continentes, levando milhões de pessoas ao desemprego. O principal fator que contribuiu para a Crise de 1929 foi a expansão de crédito, emitido pelo Federal Reserve System – Sistema de Reserva Federal – desde 1924, ainda sob o governo do presidente Calvin Coolidge. A crise afetou, por exemplo, o Brasil, que queimou café, principal produto da época, para poder valorizar o seu preço.

⁵³ O movimento liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, pôs fim à Primeira República Brasileira, conhecida popularmente como “República Velha” ou “República do Café com Leite”.

da economia brasileira, o café. No período estudado, o jornal caracterizou-se pela defesa dos interesses do café; a oposição a Washington Luís se radicalizou por sua recusa em atender a esses interesses, após a crise de 1929. Entretanto, a justificativa de seu apoio ao movimento revolucionário de 1930 não se situa no nível dos interesses econômicos. Para os representantes do periódico, os problemas econômicos não justificavam a necessidade de uma Revolução [...]. Apoiaram a Revolução de 1930 na expectativa de que sua vitória tornaria possível a remodelação política no país, nos moldes por eles propostos (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 39).

A aproximação com Vargas não durou muito. O jornal queria o retorno do governo para as mãos de São Paulo. O *Estado de S. Paulo* desejava que os paulistas fossem, novamente, os políticos que comandavam o país. Na busca por retomar a hegemonia nacional, o impresso, em 1932, apoiou a revolução constitucionalista⁵⁴:

Foi, portanto, confiando na adesão de Minas e Rio Grande do Sul que os representantes de “O ESP” partiram para a luta armada em 1932, na qual assumiram papel de liderança entre os conspiradores. No início de 1932, Júlio de Mesquita Filho, João Neves e outros representantes das frentes únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul assinaram um pacto de aliança, onde se dispunham a lutar pela volta aos quadros legais, pacto este que só terminaria com a investidura do primeiro governo constitucional. Ao mesmo tempo, Júlio de Mesquita de Filho negociava outro pacto com Flores de Cunha, onde se estipulava uma lista de situações definidas como *casus belli*, ficando ajustado que, na ocorrência de qualquer dessas situações, os dois Estados se comprometiam a declarar guerra ao governo Vargas (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 47).

A derrota trouxe mudanças drásticas no impresso. Júlio de Mesquita Filho⁵⁵ foi preso diversas vezes pelo governo Vargas, sendo que, em 1937, foi enviado ao exílio. Vitorioso, Getúlio Vargas interferiu no jornal. Mesmo com a instalação do Estado Novo⁵⁶, o jornal seguiu na oposição ao governo, até ser fechado, em 1940, pelos agentes da polícia de Vargas. O impresso ficou à disposição do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), até 06 de dezembro de 1945, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) devolveu a empresa para seu antigo proprietário.

⁵⁴ A revolta entre julho e outubro de 1932 tinha o intuito de destituir o governo de Getúlio Vargas e elaborar uma nova Constituição.

⁵⁵ Júlio César Ferreira de Mesquita Filho assumiu a redação do jornal *Estado de S. Paulo*, em 1927. Foi um dos fundadores do Partido Democrático no Brasil.

⁵⁶ Através de um golpe de estado, Vargas instalou uma ditadura no Brasil. Fundada em 10 de novembro de 1937, vigorou até 31 de janeiro de 1946. Tinha como características: centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

O resultado de 1937 foi uma combinação de medo do comunismo, em virtude do levante de 1935⁵⁷, e o desejo do presidente Getúlio Vargas de permanecer no poder, que se utilizou do receio aos comunistas, para concretizar seu plano de permanência no governo. “Demonstrava-se, novamente, a astúcia de Vargas, servindo-se do comunismo para desarmar os liberais” (CAPELATO E PRADO, p. 64, 1980). *O Estado de S. Paulo*, por ingenuidade ou extrema confiança, acreditou que o estado de guerra contra o comunismo, imposto por Vargas, não daria fim ao período eleitoral:

Para combater o comunismo não recusaremos do governo todas as providências que a Constituição permite. Uma vez que o estado de guerra não tem a mínima finalidade política e que, apesar dele, a campanha presidencial poderá continuar no ritmo que já tomou, é natural que esmoreçam as apreensões do primeiro momento (*Estado de São Paulo*, 07 out. 1937).

Voltando dois anos antes de Mesquita Filho assumir a redação do *Estado de S. Paulo*, percebe-se, através da sua obra, o conservadorismo e o preconceito de cor daquele que ficou à frente do impresso até 1969. A inserção e compreensão do negro na sociedade brasileira, depois de 358 anos de escravidão oficial no Brasil (1530 até 1888), não foi bem aceita por Júlio de Mesquita Filho⁵⁸. De acordo com ele, o país estava atrasado, não evoluía, comparado a outros países, por causa da incorporação do negro na sociedade:

A ideologia dos representantes do jornal perfaz sua forma mais acabada com a presença de componentes elitistas. A incorporação do evolucionismo, a explicação da realidade social através da “ideologia de caráter nacional”, explicam o elitismo de “O ESP” (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 117).

As polêmicas entre o *Estado de S. Paulo* e a política continuaram. Em 1964, o jornal apoiou o golpe militar e apostou na deslegitimação do então presidente João Goulart. “O tradicional e conservador jornal *O Estado de S. Paulo*, vítima da ditadura de Getúlio Vargas entre 1937 e 1945, não hesitou em apoiar a criação de uma ditadura

⁵⁷ Conhecida por Intentona Comunista, o movimento tinha o objetivo de derrubar o governo de Vargas e tomar o poder. O levante aconteceu em novembro de 1935 e foi rapidamente combatido pelas Forças Armadas.

⁵⁸ O proprietário do *Estado de S. Paulo* lançou, em 1925, contendo 92 páginas, o livro, **A crise nacional**: reflexões em torno de uma data. Nesta publicação, o autor trata o negro como uma raça inferior.

militar” (SILVA, p.37, 2014). O impresso acreditou na democracia oriunda das Forças Armadas. Não teve receio em elogiar e dar credibilidade aos militares:

Se fosse organizada uma antologia universal da infâmia no jornalismo, ou do ridículo e do patético, nela teria de figurar o texto da página 3 do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 2 de abril de 1964, sobre o golpe militar desfechado contra o presidente João Goulart dois dias antes: “Essa revolução eterna dos homens e das nações que decidiram viver livres alcançou uma vitória espetacular, dramática e comovedora no Brasil. O otimismo e a confiança no futuro podem encher os corações dos homens no mundo inteiro. Abriram-se de novo os caminhos para as grandes alianças democráticas (...). Essa é a página que o Brasil escreveu para a história da humanidade” (SILVA, 2014, p. 126).

Ainda na quinta-feira, dia 2 de abril de 1964, o jornal argumentou em favor dos militares e explicou, aos cidadãos em dúvida, que este era o melhor caminho para o Brasil seguir, um caminho democrático e não mais da ditadura de João Goulart. O impresso apoiou a chegada das Forças Armadas no poder:

A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Kruel à frente do II exército, vem, como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras. Para os que tendem a encarar os acontecimentos pelo seu lado superficial, ela surge como o epílogo dos fatos que tiveram início na Semana Santa. Na realidade, porém, o significado do 1º de abril é muito mais profundo e complexo. Antes do mais, o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava (*Estado de S. Paulo*, 02 abr. 1964, p. 03).

O impresso, através da sua reputação e credibilidade, defende suas ideias, tanto como econômicas quanto políticas, valendo-se do espaço de opinião para dar sustentação aos seus pensamentos. É exatamente nos editoriais que o jornal acaba por confundir ou misturar sua vontade com a opinião pública:

Um dos principais conceitos manipulados pelos representantes de “O ESP” no sentido de validar as ideias veiculadas nos editoriais do periódico é, indubitavelmente, o de “opinião pública” [...]. Admitindo essa concepção com fundamento das instituições democráticas, o jornal, na qualidade de órgão de imprensa, arvorou-se em intérprete da “opinião pública” brasileira e justificou as posições assumidas como sendo ditadas pela vontade popular, pelo sentimento coletivo (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 93 e 94).

O jornal *Estado de S. Paulo* vincula seu pensamento ao conservadorismo e ao liberalismo econômico. O neoliberalismo é sua aposta ideológica. Em 25 de setembro de 2010, em editorial, o impresso manifestou apoio ao candidato presidencial José Serra (PSDB). “Mal a evitar” foi o título do espaço opinativo do veículo, que explorou

as positivas qualidades do candidato do PSDB e desqualificou o PT e o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, chamando-o de chefe de facção:

Com todo o peso da responsabilidade à qual nunca se subtraiu em 135 anos de lutas, o *Estado* apoia a candidatura de José Serra à Presidência da República, e não apenas pelos méritos do candidato, por seu currículo exemplar de homem público e pelo que ele pode representar para a recondução do País ao desenvolvimento econômico e social pautado por valores éticos. O apoio deve-se também à convicção de que o candidato Serra é o que tem melhor possibilidade de evitar um grande mal para o País (...). Quem age em função de interesse partidário é quem se transformou de presidente de todos os brasileiros em chefe de uma facção que tanto mais sectária se torna quanto mais se apaixona pelo poder. É quem é o responsável pela invenção de uma candidata para representá-lo no pleito presidencial e, se eleita, segurar o lugar do chefe e garantir o bem-estar da companheirada. (*Estado de S. Paulo*, 26 set. 2010).

Em 1989, assim como o restante da grande imprensa, o *Estado de S. Paulo* também se lançou favorável a Fernando Collor. A ascensão da novidade, o discurso de combate à inflação e a corrupção, além da aposta na economia de mercado, colocaram Collor como a renovação necessária na política. O projeto econômico de Collor era defendido pelo veículo. Do entusiasmo veio a decepção.

No dia da votação final, em 17 de dezembro de 1989, domingo, o impresso respondeu sobre qual candidato o Brasil deveria escolher, entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva. O jornal não foi contra o PT apenas nos anos dois mil, na reeleição de Lula, como mostra o exemplo acima; no segundo turno de 1989, o impresso fez sua escolha e a justificou:

Escolher será fácil porque o que o sr. Fernando Collor de Mello deixa entrever de suas posições é a compreensão de *um mundo só*. Interdependente, enquanto o que o sr. Luiz Inácio Lula da Silva e aqueles que com ele fazem a sua caminhada para trás só sabem acenar com Estado e mais Estado a pretexto de “desprivatizar” o Estado [...]. Esta revolução liberal pode começar a ser feita hoje. Não será produto de um homem só, como processo dessa monta jamais o foi na história. Será obra de um movimento popular, amplo e generoso como este que se formou por de trás do sr. Fernando Collor de Mello. Estruturá-lo, dar-lhe vida, afastar dele aquelas velhas raposas que esperam colher frutos dos esforços populares de renovação, será a grande tarefa que se colocará aos brasileiros amanhã (*Estado de S. Paulo*, 17 dez. 1989, p. 3).

Como um formador e propulsor da “opinião pública”, os representantes do jornal justificam e intensificam sua posição. Utilizam o impresso para afirmar e divulgar sua ideologia, reforçando seu pensamento conservador e buscando replicar suas ideias.

De acordo com Azevedo (2017, p. 90), o impresso mostra que o espaço destinado para opinião possui peso e relevância, não dando oportunidade à diversidade interna, projetos e ideologias opostas, deixando prevalecer o conservadorismo e a política de centro-direita. *O Estado de S. Paulo*, através dos anos, utilizando seus editoriais, atacou o extremismo, principalmente quando se tratava da esquerda, e agiu diferente, tratando com maior benevolência os extremismos da direita:

No que concerne ao extremismo de esquerda, o jornal efetivamente manteve perfeita coerência com seus princípios liberais, capitaneando a mais férrea cruzada contra o modelo político comunista, o que não se repetiu, todavia, com relação ao extremismo de direita, corporificado no nazi-fascismo (CAPELATO E PRADO, 1980, p. 101).

Em todos esses anos, o *Estado de S. Paulo* atuou politicamente no Brasil, principalmente em momentos conturbados, chegando até a ser censurado e apoiando governos que censuraram. Economicamente definido como liberal, o impresso, através de seus editoriais, defende esse modelo econômico para o país.

4.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O autor se valerá da Análise de Conteúdo para avaliar os editoriais dos jornais nos dois períodos a serem pesquisados, 1992 e 2016. A perseguição por uma interpretação para textos considerados ambíguos ou interpretativos pode ser considerado como os primórdios da metodologia, na visão de Bardin, que denomina essas buscas como “análises de conteúdo prematuras”.

O procedimento da metodologia da Análise de Conteúdo é lembrado por Bardin como uma tentativa de "introduzir uma ordem, segundo certos critérios, na desordem aparente". Para isso, delimita unidades para codificar as informações, que começa no todo e “em nome de um ideal de objetividade em direção a critérios de classificação sobre a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 1995, p.27).

A Análise de Conteúdo nada mais é do que um meio de investigação. A principal autora desta metodologia, Laurence Bardin utilizou as técnicas de análise de conteúdo na investigação psicossociológica e nos estudos das comunicações de massas. Essa técnica de pesquisa pode ser aplicada em diversas ocasiões:

Sou investigador sociólogo e o meu trabalho visa determinar a influência cultural das comunicações de massa na nossa sociedade. Sou psicoterapeuta e gostaria de compreender o que as palavras dos meus clientes – os seus balbucios, silêncios, repetições ou lapsos – são

susceptíveis de revelar no seu ramo para a superação das suas angústias ou obsessões. Sou historiador e desejaria saber, baseando-me nas cartas enviadas à família antes da catástrofe, a razão pela qual determinado batalhão se deixou massacrar, aquando da Primeira Guerra Mundial (BARDIN, 2009, p. 29).

Bardin, por sua vez, tem como objetivo esclarecer a função da análise de conteúdo. Conforme seus estudos, o verbo “desvendar” é o que melhor se encaixa na proposta. Mostrar aquilo que se esconde é o objetivo desta técnica, segundo a autora, mas, mais do que isso, trata-se de um desvendar crítico:

Esta atitude de vigilância crítica exige o desvio metodológico e o emprego de técnicas de ruptura e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto da análise (BARDIN, 2009, p. 30).

A autora enfatiza que a Análise de Conteúdo é construída empiricamente. Na prática, se faz e se molda a técnica. Contudo, a Análise de Conteúdo foi criada para trabalhar com a comunicação. “Uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BARDIN, 2009, p. 38).

A análise de conteúdo favorece a interpretação da mensagem. O processo comunicacional se dará com sucesso quando todas as três etapas obtiverem êxito. Visando a mensagem proferida pelo emissor, chegando ao receptor, o que fará este receptor? Qual sentido ele dará para essa mensagem?:

A análise de conteúdo fornece informações suplementares ao leitor crítico de uma mensagem, seja esta linguística, psicólogo, sociólogo, crítico literário, historiador, exegeta religioso ou leitor profano que deseja distanciar-se da sua leitura aderente, para saber mais sobre esse texto (BARDIN, 2009, p. 163).

Bardin preocupa-se com a categorização dos métodos que podem ser aplicados com a técnica. São eles: organização da análise; a codificação de resultados; as categorizações; as inferências; e, a informatização da análise das comunicações. Trabalhando com esses elementos de forma organizada, o pesquisador chegará a um resultado através da análise de conteúdo:

A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar (BARDIN, 2009, p. 39).

A inferência, tópico importante na Análise de Conteúdo, também levantado por Bardin, dá a possibilidade de o pesquisador ir além da descrição do conteúdo da mensagem. O entendimento, o ensinamento e o conhecimento por trás daquilo que não quer se revelar, pode ser conhecido por meio das ligações de verdades já conhecidas, que resultam em uma dedução conclusiva. Por trás da análise, estará o analista e é quem terá o papel fundamental de interpretar as descrições. Esse processo é parte e o todo da etapa de dedução do material analisado:

Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo (BARDIN, 2009, p. 41).

Para melhor entendermos a inferência, basta compreendermos o seu papel. A inferência traz as causas, as consequências, os efeitos, ou seja, é com ela que o pesquisador irá encontrar as respostas e achará novas perguntas:

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermédio, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2009, p. 41).

A Análise de Conteúdo busca entender a mensagem. De forma investigativa, a Análise de Conteúdo se detém na interpretação do que é dito/escrito/transmitido. A Análise de Conteúdo tem o objetivo de colocar ordem naquilo que aparentemente está desconexo. Historicamente, a Análise de Conteúdo foi construída em razão da análise dos símbolos, porém, ela evoluiu e hoje se apresenta de forma abrangente.

A autora identificou o terreno e como se trabalha sobre isso. A Análise de Conteúdo estuda e identifica itens da comunicação, trazendo maiores detalhes e justificativas sobre esse meio.

Para Bardin, é muito claro o trabalho exploratório da Análise de Conteúdo. Não se resume em apenas um único foco. A Análise de Conteúdo, e suas propostas, são abrangentes:

De fato, se nos tentamos distanciar dos métodos de análise de conteúdo e do domínio em que estes podem ser explorados, apercebemo-nos de que o campo de aplicação é extremamente vasto. Em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser

escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2009, p. 34).

Bardin buscou deixar clara em sua visão da Análise de Conteúdo, a diferença deste método, se comparado à linguística. De acordo com a autora, a Análise de Conteúdo se distingue da linguística por não tratar das regulamentações da língua, mas sim, de entender o que há de escondido na palavra:

O seu papel resume-se, independentemente do sentido deixado à semântica, à descrição das regras de funcionamento da língua, para além das variações individuais ou sociais tratadas pela psicolinguística e pela sociolinguística. Pelo contrário, a análise de conteúdo trabalha a palavra, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis (BARDIN, 1977, p. 43).

Por fim, Bardin deixa claro seu pensamento sobre a utilização e o poder da análise de conteúdo, técnica de que ela foi responsável pela massiva disseminação:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos a condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

A análise de conteúdo baseia-se em três procedimentos: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados. Seria, esse, o modo de organização para se trabalhar com a análise de conteúdo. Nesta tarefa, o autor terá que entender o processo comunicativo como um receptor normal, além de buscar uma nova interpretação.

A pré-análise é uma maneira de identificar os documentos. Fazer as primeiras leituras e buscar a formulação das hipóteses iniciais. A exploração do material trata de inserir as decisões que apareceram, através da pré-análise, consistindo em uma decomposição daquilo que foi trabalhado. Em razão disso, depois da leitura de 93 editoriais, em 1992, 137 editoriais, em 2016, foi possível chegar aos 21 editoriais (10 de 1992 e 11 de 2016) que se encontram neste trabalho, porque neles é possível identificar as razões e argumentações das opiniões proferidas pelo *Estado de S. Paulo*, que geraram, então, as categorias de análise. Ou seja, para criar as categorias, foi necessário, primeiro, ler todo o material que está arraigado na delimitação do tema. Por último, o tratamento dos resultados permitirá ao pesquisador inferir e antecipar interpretações do material estudado.

Vale lembrar que há muitas maneiras de discorrer sobre esses três procedimentos. Cada pesquisador irá selecionar o formato que lhe for mais confortável. Existe a possibilidade de investigação do texto, da palavra, do parágrafo, entre outros.

A Análise de Conteúdo se mostra como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que pode analisar diferentes formas de comunicação, podendo gerar uma interpretação objetiva, tratando de entender as características do conteúdo da mensagem. A preocupação segue com o receptor, pois a técnica permite avaliar o que é dito pelo emissor:

Nesta óptica, insiste-se no fato de a mensagem se dirigir a este indivíduo (ou conjunto de indivíduos) com a finalidade de agir (função instrumental da comunicação) ou de se adaptar a ele (ou a eles). Por consequência, o estudo da mensagem poderá fornecer informações relativas ao receptor ou ao público (BARDIN, 2009, p. 164).

É exatamente essa mensagem que está por trás da opinião dos jornais que o autor buscará através dos processos da Análise de Conteúdo. A inferência, como já antes citada, terá papel fundamental no desvelamento do que foi dito pelos editoriais nos processos de *impeachment* de 1992 e 2016.

A pesquisa dos editoriais do jornal *Estado de S. Paulo* foi realizada de forma digital. O *Estado de S. Paulo* tem um acervo digital de fácil acesso, com boa organização e qualidade dos arquivos digitais. O problema para o pesquisador é o livre acesso ao acervo. Para isso, ele precisa realizar a assinatura digital do jornal.

O autor pesquisou todos os editoriais do jornal *Estado de S. Paulo*, referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1992, somando assim, 93 editoriais; além de abril, maio, junho, julho e agosto de 2016, chegando ao número de 137 editoriais. O autor julgou importante e fundamental essa seleção para tentar entender e assim desvendar a análise e opinião feita pelo jornal nos dois momentos de afastamento dos presidentes.

Ao final da pesquisa, dos 93 editoriais, em 1992, 10 editoriais foram levados à análise. Sendo que, pelo menos um editorial de cada mês será analisado. Em 2016, dos 137 editoriais, 10 editoriais foram escolhidos para análise. Assim como em 1992, pelo menos um editorial de cada mês entrou no estudo. Uma dezena de editoriais, em ambos os anos, é suficiente para compreender a argumentação e desvelar os interesses do jornal.

Para realizar a análise dos editoriais do *Estado de S. Paulo*, em 1992 e 2016, o autor criou critérios de categorização segundo a Análise de Conteúdo. As categorias são: Ameaça; Desqualificação; Argumentação moral, ética e técnica; Interesse econômico. Dessa forma, o pesquisador consegue ter de forma mais clara, os motivos e desejos que direcionaram cada veículo.

A ameaça é uma forma do jornal colocar medo no leitor, apresentar dúvidas, incertezas e instabilidade no futuro próximo. Agindo assim, o impresso pode influenciar o público, intimidando-o a se posicionar de tal modo por receio de sofrer as consequências. Fazendo isso, o veículo de comunicação tenta controlar, através de indícios de situações desfavoráveis, o desejo da população.

O uso da desqualificação é uma maneira de depreciar, de enfraquecer, de tornar frágil aquilo que o jornal é contra. Descreditando, tirando a credibilidade daquilo que o impresso tem como o oposto do ideal, pode fazer com que o público pense do mesmo modo, entendendo o objeto da desqualificação, como algo a ser negado.

A argumentação moral, ética e técnica aparece quando o jornal almeja atingir moralmente, eticamente ou tecnicamente (juridicamente, por exemplo), alguma manifestação contrária ao pensamento do periódico. Tomando essa atitude, o impresso ataca os valores, a essência das normas, de uma pessoa ou entidade; e quando o argumento é enfraquecer a técnica, o veículo tem o objetivo de deslegitimar os procedimentos ligados a ciência.

Como apresentado anteriormente neste trabalho, baseado nos autores Bucci (2000), Melo (1985), Sodré (2011) e Beltrão (1980), os proprietários e sócios do jornal possuem seus interesses, por isso, em razão da argumentação captada na pré-análise, o interesse econômico faz parte da categoria entendida como correta para compreender os motivos que levaram o jornal a defender determinadas propostas.

4.2 OS EDITORIAIS DO *ESTADO DE S. PAULO* EM 1992

O dia 29 de setembro de 1992 marcou o início do fim institucional do governo Collor. Em sessão na Câmara dos Deputados, pressionados pela opinião pública e pelas diversas denúncias de corrupção, os parlamentares optaram por dar prosseguimento ao processo de cassação do presidente Fernando Collor. O placar da

votação foi dilatado: 441 votos favoráveis, contra 33 desfavoráveis. Naquela manhã, o matutino *Estado de S. Paulo* alertava para preocupações com o futuro brasileiro, caso o *impeachment* fosse levado adiante:

Fugiríamos a nosso dever se não transmitíssemos a nossos leitores a **preocupação** que nos assalta no dia de hoje, quando a Câmara dos Deputados vota a autorização para que se processe o presidente da República [...]. Se qualquer um de nós ceder a paixão e permitir que sua vontade – a favor ou contra – a permanência do presidente da República em suas funções – se sobreponha àquilo que estabelece a Constituição, estaremos, aí sim, caminhando para o **desconhecido**[...] (*Estado de S. Paulo*, 29 set. 1992).

O impresso manifestou sua posição de cautela, de cuidado, de atenção com o que poderia acontecer no futuro, caso Fernando Collor fosse afastado. O jornal apelou para ameaça, valendo-se da falta de certezas com o que viria pela frente. Ressaltou a Constituição, que serve como uma salvaguarda da democracia brasileira; contudo, em nenhum momento fez questão de lembrar o motivo pelo qual o presidente Collor estava sendo julgado. Além disso, mesmo anunciando o período de instabilidade se Collor fosse deposto, *O Estado de S. Paulo* nada apresenta como uma ameaça real, apenas cria insegurança sem ter nada apresentado de concreto.

No dia 30 de setembro, após a votação favorável ao prosseguimento do processo que afastou Fernando Collor, o jornal lamenta o ocorrido, tratando a Nação como alguém que sofreu uma traição. O impresso não esconde seu descontentamento com o resultado na Câmara dos Deputados, e aponta um tom de lamentação pelo desfecho:

A Nação, hoje, amarga o sentimento de ter sido **traída** – pelo menos os 35 milhões de eleitores, que em 1989, sufragaram o jovem que tinha pressa em nome de sua geração – por aquele em quem depositara as suas esperanças. Se os demais, os que formaram do outro lado da trincheira e agora vêem batido o adversário de ontem, têm motivos aparentes para alegrar-se, no íntimo também eles sabem que foi obtida uma meia vitória. Muitos dos votos “sim” que garantiram o triunfo das oposições vieram de representantes do **velho “sistema”** político que agora se apresenta a dividir o poder, quando não de representantes do que o sistema Collor de Mello produziu de mais contrário ao movimento da ética na política. (*Estado de S. Paulo*, 30 set. 1992).

O Estado de S. Paulo desqualifica o rito quando utiliza o termo *traída*, para apontar que os 35 milhões de eleitores, que votaram em Collor, em 1989, foram ignorados. Mais do que isso, o *Estadão* parece ir contra a lógica, visto que, sua generalização, não é baseada em um fato ou evidência. Ao contrário do que o jornal

trouxe, há elementos que mostram o desejo de grande parte da população pelo *impeachment*. Se, no dia 29 de setembro, o jornal lembra da Constituição, um dia depois, este mesmo impresso não cita que o *impeachment* está presente na mesma Constituição. Além da desqualificação feita, o jornal vale-se da argumentação moral e ética, e técnica, para atacar o lado favorável ao afastamento presidencial. Segundo *O Estado de S. Paulo*, muitos dos que votaram “sim” eram representantes do velho sistema, do sistema ultrapassado, que prejudicou o Brasil. Mais uma vez, o jornal é contraditório. Se 441 votos foram favoráveis ao prosseguimento do rito, contra 33 votos contrários, significa dizer que, 85% dos políticos, uma larga maioria, representaria o velho sistema. Novamente, o impresso nada relata do lado negativo de Collor, nem seus possíveis crimes, e nenhuma explicação do motivo da votação.

Em 12 de outubro de 1992, o jornal insiste na diminuição dos políticos que votaram pelo prosseguimento do rito, tentando desmerecer a oposição ao governo. Agindo assim, o veículo busca desconstruir moralmente e eticamente aqueles que fizeram a opção de ir contra a situação:

Quem assiste à dança dos políticos em torno dos cargos a preencher nos escalões mais altos da administração pública é forçado a concordar com o que se disse frequentemente nestas notas: as pressões a que se submeteu o *impeachment* tinham origem também na **cobiça pelo poder** (*Estado de S. Paulo*, 12 out. 1992).

Quando o impresso argumenta que os votantes do “sim” fizeram isso por motivos de busca ao poder, o jornal vale-se da argumentação moral e ética, e técnica, para tentar diminuir, desvalorizar aqueles que votaram contra o governo. É uma forma de retórica utilizada pelo *Estado de S. Paulo*, com o intuito de atingir eticamente os políticos que não agem conforme aquilo que o jornal gostaria.

O mês de novembro começa fúnebre para o jornal. Em 3 de novembro, o impresso registra que a ansiedade tomou conta da Nação, a opinião pública se fortaleceu, e que isso culminou com a antecipação do julgamento do presidente Collor. De acordo com o *Estado de S. Paulo*, a pressa e a verve oposicionistas acabaram com qualquer chance de o *impeachment* não acontecer:

Inicia-se hoje a última fase do drama em que a nação vive desde o dia em que o Congresso votou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar eventuais ilicitudes nas ações do sr. Paulo César Farias. Essa decisão precipitou crise que apenas a maturidade das algumas lideranças políticas e militares – convém insistir no comportamento estritamente profissional dos militares de então – impediu se transformasse em crise institucional. Não é necessário

rememorar o que foram aqueles dias nem a ansiedade que tomou conta da Nação. O correr dos dias veio provar que razão tinha quem dizia que, uma vez desencadeado um processo político deste teor, não há volta: **os indícios se transformam em provas; as evidências em acusação sem possibilidade de defesa.** Houve momentos em que tememos, nós do *Estado*, que a paixão política deitasse abaixo a ordem jurídica; outros se registram no que foi possível notar que a pressão da opinião pública, a mobilização da juventude e o estardalhaço que os partidos de oposição faziam nos palanques haviam criado delicada situação para o Supremo Tribunal Federal (STF), que em determinado momento se viu transformado de Corte Suprema em consultor-legal do presidente do Senado, preocupado com o vazio legal existente para que se pudesse fazer o processo contra o presidente da República afastado. Esse vazio legal foi parcialmente preenchido por um rito processual elaborado pelo presidente do STF com base na sua interpretação pessoal da Constituição, do que a Lei 1.079/50 está em vigor e do regimento do Senado. Esse rito, por assegurar ao acusado direitos de defesa consagrados na Constituição, foi contestado por integrantes da Comissão Especial que processará – os quais só se deram por satisfeitos quando se verificou se julgar em definitivo o sr. Collor de Mello antes do fim do ano. Dentro do cronograma do processo e julgamento estabelecido basicamente sobre normas ad hoc feitas para o caso Collor de Mello, inicia-se hoje a tomada de testemunho das pessoas arroladas pela acusação. Desde já, tem-se a sensação, que **deverá armar-se, a partir de amanhã, espetáculo** ao que se montou quando os trabalhos da CPI demonstraram haver uma ligação – consciente ou não da parte do presidente da República é o que caberá demonstrar – entre os srs. Collor de Mello e Paulo César Farias. Tanto é que já se propala que as testemunhas de defesa apenas complicarão ainda mais a situação do presidente afastado, a começar pelos ministros do governo anterior, um dos quais, aliás, o sr. Marcílio Marques Moreira, não pode ser citado por encontrar-se no exterior. Como tivemos oportunidade de dizer ao longo do processo de CPI, **a opinião pública já julgou e condenou o sr. Fernando Collor de Mello** (*Estado de S. Paulo*, 03 nov. 1992).

Lembrando, então, do rito do processo de *impeachment*, iniciado no dia 29 de setembro, o *Estado de S. Paulo*, em 3 de novembro, faz um panorama, explica o que vem acontecendo, e lamenta como o processo foi conduzido até ali. Na explanação apresentada, o impresso aposta na argumentação moral, ética, e técnica, para defender o seu ponto de vista. Como destacado acima, o *Estadão* acredita que os indícios viraram provas, e que as pessoas acusadas não tiveram oportunidade de defesa. Mais adiante, no mesmo editorial, a argumentação busca desqualificar o rito, adjetivando-o como um espetáculo, e não como algo sério, que mereça credibilidade. Para encerrar este editorial, o jornal, em sua última frase, faz questão de destacar, com certo pesar, que nada será capaz de mudar os rumos do *impeachment* de Collor,

desqualificando os novos julgamentos, pois eles foram contaminados pela opinião pública.

Ainda no mês de novembro, o jornal começou a fazer ressalvas ao governo então provisório de Itamar Franco, que assumiu após o afastamento de Collor de Mello. Contestando o desfecho da organização presidencial, o impresso apresenta suas argumentações para colocar em dúvida as primeiras decisões do novo governo:

A preocupação com o social manifestada pelo presidente Itamar Franco, mesmo que violentando as leis da economia (como no caso dos remédios) acabará funcionando como um bumerangue se da “nova ordem fiscal” resultar aumentos dos custos das empresas e maiores dificuldades aos trabalhadores. O “social”, então, baterá às portas do planalto com maior intensidade do que agora. Nessa oportunidade não serão possíveis novos milagres nem “novas ordens fiscais”. Talvez sobre para ser aplicado, então, apenas o autoritarismo oligárquico de que o governo que sucedeu àquele “**imperial**” do presidente Collor de Mello está lentamente mostrando a marca registrada [sic] (*Estado de S. Paulo*, 08 nov. 1992).

O *Estado de S. Paulo* utilizou a ironia para desqualificar aqueles que queriam Collor fora do poder, ou seja, a oposição, quando empregou aspas na palavra imperial. O presidente Fernando Collor ganhou essa marca, teve seu governo comparado a de um império, a partir de momento que descobriram as reformas na “Casa da Dinda”⁵⁹, entre outras manifestações de ostentação do chefe da Nação.

Mostrando-se indignado com o rumo do país, o impresso tentou atingir a todos que, de alguma forma, se inclinavam contra a continuidade de Fernando Collor no poder. Seguindo no mês de novembro, agora no dia 11, o jornal assina o título do editorial “Um cheque e uma dívida”, colocando todos os candidatos e políticos como semelhantes, na busca de aliviar o julgamento do presidente afastado:

[...] Suspeitou-se, apenas, de que durante campanha eleitoral, o candidato a **vice na chapa do presidente Fernando Collor de Mello**, que **se beneficiou eleitoralmente de todos os financiamentos obtidos pelo sr. Paulo César de Farias**, tinha alguém que tomava conta dos seus “problemas pessoais” (conforme declarações do deputado Raul Belém), tendo recebido, não se sabe a que título, um cheque de PC. Nada mais. É natural que em torno desse assunto os defensores do presidente Collor de Mello busquem demonstrar que o dinheiro da campanha beneficiou uns e outros (antes de haver as famosas “sobras de campanha”), e os defensores do sr. Itamar Franco demonstrem que o processo de impeachment se refere a fatos ocorridos

⁵⁹ A mansão, localizada na Lago Norte, é conhecida pelo luxo em seus 13 mil m² de área. A casa foi pivô de um escândalo nacional: uma reforma dos jardins orçada em US\$ 2,5 milhões (mais de R\$ 8 milhões em valor atual) teria sido bancada com dinheiro de contas “fantasmas” administradas pelo então tesoureiro de Collor, Paulo César Farias.

depois das eleições e da posse, e não durante a campanha eleitoral. É preciso levar em conta que a relação de forças não favorece o presidente da República em seu intento de associar o nome do sr. Itamar Franco ao do sr. Fernando Collor de Mello, fazendo do destino de um o inferno do outro. Quem teria interesse, da parte da acusação, em suscitar a tese do crime eleitoral – pois o dinheiro que jorrou da cornucópia empresarial para garantir a vitória do sr. Fernando Collor de Mello no segundo turno das eleições a rigor configura crime eleitoral? Cabe ver, no entanto, que a acusação deseja provar que o numerário que proveu despesas do presidente e sua família não é resultado das “sobras de campanha” nem da “Operação Uruguai”. Se a acusação demonstrar que não houve “sobras” nem a “Operação”, terá lavrado um tento. Com efeito contrário ao previsto, porém, pois, como se explicaria, à luz do que se alega a respeito da riqueza da campanha do sr. Collor de Mello, a origem do dinheiro que a sustentou, a não ser por doações que estão expressamente vedadas por lei? [...] Da mesma maneira que dizíamos, quando da primeira defesa que o sr. Fernando Collor de Mello ensaiou de suas ligações com o “esquema PC”, que, por mais que se demonstrasse naquele momento o sr. Cláudio Vieira de fato gerenciava os bens do chefe de governo, o processo continuaria (como de fato continuou), cremos poder dizer, hoje, que ou se esclarece imediatamente o assunto do cheque ou se passam a limpo as relações entre o comando da campanha eleitoral – por tanto de seu tesoureiro de fato – e o candidato a vice presidente ou pairará sempre no ar a sombra de uma dúvida. [...] E é possível reestabelecer-se a tão almejada moralidade administrativa se a semente foi plantada em terra ruim e provém de espécies de má qualidade? Em outras palavras, pode-se montar um circo em torno das contribuições feitas à campanha eleitoral do sr. Collor de Mello, quando **todos os candidatos tiveram seu caixa dois**, imposição de uma legislação defeituosa, porque hipócrita? (*Estado de S. Paulo*, 11 nov. 1992).

O impresso, primeiramente, desqualifica o vice-presidente da chapa, Itamar Franco, quando diz que o mesmo teria se aproveitado da ilegalidade da arrecadação das verbas de campanha. Fazendo isso, o jornal tenta apontar que não há diferença entre ambos, e, ao mesmo tempo, tenta remover Fernando Collor de culpa por algum ato ilícito. Não contente com a desqualificação de Itamar Franco, o *Estadão* vai além, e utiliza uma argumentação moral e ética, inserindo todos os 22 candidatos do pleito de 1989, como beneficiados do caixa dois. Agindo assim, o jornal tenta relativizar, diminuir, qualquer crime eleitoral que Collor e equipe tenham cometido.

Finalizando os editoriais selecionados no mês de novembro, nota-se que o jornal tratou exclusivamente da votação no Senado. Depois de desqualificar o presidente interino, atentar contra a ética e moral dos 22 candidatos à presidência, além de desconfiar da integridade da CPI, o impresso passou a centralizar seus discursos contra os senadores:

Ele se sentirá chocado com o fato de muitos integrantes do Senado, Casa à qual incumbe o julgamento do presidente da República, já terem emitido seu voto antes mesmo de a Comissão Especial incumbida pelo processo de impeachment ter chegado a qualquer conclusão. Dir-se-á que o julgamento é político e, por isso, a manifestação não terá a menor importância formal. Aduziria alguém que a opinião foi expressa antes de a Câmara dos Deputados votar a autorização para o processo, motivo pelo qual pode ser considerado caduca. Ainda assim, a defesa do presidente vai buscar mostrar que todos esses senadores – e são muitos – **estão impedidos de julgar o presidente, pelo menos moralmente** (*Estado de S. Paulo*, 19 nov. 1992).

Discursando contra o Senado, e a maioria dos senadores, o *Estado de S. Paulo* vale-se da argumentação moral e ética, para atingir a honestidade dos membros políticos que tinham a decisão nas mãos, entre deixar ou remover Collor, e, segundo o jornal, a decisão já estava tomada. O impresso, em sua estratégia opinativa, buscou macular a imagem de quem estava contra Collor. Fazendo isso, o *Estadão* buscou atingir moralmente e eticamente aqueles que eram favoráveis ao *impeachment*.

Passando de novembro para dezembro, mais especificamente na quinta-feira, 24 de dezembro de 1992, poucos dias antes do término do ano, próximo da votação no Senado da cassação ou não do presidente Fernando Collor de Mello, o *Estado de S. Paulo* manifestou, em editorial, seu sentimento de pesar. O impresso manteve-se fiel ao discurso do então presidente. De acordo com a publicação, Collor era a solução para o Brasil se livrar de políticas atrasadas, para criar a tão defendida modernidade, porém, outras forças foram maiores que a vontade governista:

O governo Collor de Mello foi uma **tentativa de romper o círculo vicioso**: foi possível porque o estado se exaurira. Não foi a fundo, porém, porque **as forças intervencionistas eram mais organizadas que a vontade do governo**. A abertura da economia ao exterior não chegou a ser o que se alardeou (especialmente porque a manutenção, quando não a elevação, de algumas tarifas não-alfandegárias em muitos casos compensou a redução aduaneira), mas ainda assim foi suficiente para que o alibi do desemprego viesse a ser novamente usado, desta vez num quadro recessivo apontado (de boa ou má-fé não vem ao caso) como consequências da abertura dos mercados à competição exterior. Em outras palavras, o desemprego e a quebra de algumas centenas de empresas que não puderam suportar sua desatualização tecnológica e/ou gerencial, ou a falta de capital de giro, serviram de pretexto para os que haviam apoiado o discurso liberalizante do candidato Collor de Mello contra o discurso estatizante e intervencionista do candidato Lula da Silva começassem a rever posições e a reclamar que de novo **o Estado voltasse a ser o guia inspirador da atividade empresarial** (*Estado de S. Paulo*, 24 dez. 1992).

Os interesses econômicos, aspectos apresentados em 1989, na disputa entre o liberalismo de Collor, contra o intervencionismo de Lula, mais uma vez voltou à discussão no jornal, que mostrou porque ficou ao lado de Collor na eleição presidencial, e tentou explicar os motivos que levaram o governo a não funcionar. Novamente, o *Estado de S. Paulo* nada cita sobre os erros cometidos por Fernando Collor e sua equipe, nem mesmo faz menção a qualquer escândalo envolvendo o político, apenas segue lamentando que a política econômica, interesse do *Estadão*, não tenha tido êxito. O viés econômico liberal, propagado por Collor e seus eleitores, defendido pelo jornal, acabou instalando uma nova crise no Brasil. Os planos econômicos do governo Fernando Collor falharam.

O *Estado de S. Paulo* não cedeu, nem mesmo quando a pressão popular aumentou em meio as denúncias, maximizando a dificuldade de Collor reverter o processo. O impresso defendeu o presidente, assim como sua política econômica, mesmo após dois planos frustrados, que segundo o jornal, só não vingaram porque o intervencionismo estatal estava enraizado no Brasil.

Defendida abertamente na eleição e nos primeiros anos do governo, a equipe econômica aliada às ideias de Collor para a economia do Brasil, foi bem recebida pelo jornal. O confisco da poupança pelo governo não foi passível de crítica. O *Estadão* não foi capaz de lembrar dos planos frustrados do governo e nem de questionar os casos de corrupção do presidente.

No começo dos anos noventa, a taxa de desemprego era alta assim como a inflação. O quadro recessivo, conforme o jornal, foi utilizado para instabilizar um governo que tinha no ajuste econômico, sua principal promessa de campanha. O discurso liberal de Collor, apoiado pelo impresso, também incentivado por muitos empresários na época, não trouxe resultados. Segundo o jornal, isso não era culpa do governo, mas sim, da desatualização tecnológica e da falta de capital de giro das empresas. Ou seja, pela lógica do *Estado de S. Paulo*, o governo de Collor possuía boas medidas e tentava implantá-las, porém, ele não obteve sucesso, pois os brasileiros não estavam preparados.

Chegado o dia do julgamento final do *impeachment* de Fernando Collor, o *Estado de S. Paulo* faz o seu último pronunciamento antes da votação. No dia 29 de dezembro, o impresso explica, conforme a sua visão, os motivos que levaram o presidente a sofrer um processo de afastamento. Mais uma vez, em editorial, os

defeitos do governo Collor não foram mencionados, nem mesmo nenhuma frase sobre a investigação dos casos de corrupção:

O julgamento do presidente Collor de Mello, segundo S. Exa., só foi possível graças a “conjura” entre interesses estabelecidos na economia e na sociedade e **interesses partidários**. A aprovação da lei dos partidos na Câmara e o atraso na votação da lei da reforma nos portos no Senado, para dar outro exemplo, indicam que idêntica “conjura” pode dar-se em qualquer política governamental, desde que as forças sociais e políticas organizadas na defesa de determinados interesses sejam mais bem situadas no sistema político que o próprio chefe do Governo. Poderá parecer estranho que se diga isso: cumpre ver, na realidade, que se chegou ao julgamento do presidente da República porque ele não tinha uma posição política forte no Congresso nem muito menos organização capaz de contrapor-se nas ruas aos que, reclamando a **moralização da vida pública** mobilizaram os caras-pintadas e parte da sociedade para reclamar sua destituição (*Estado de S. Paulo*, 29 dez. 1992).

A argumentação do *Estado de S. Paulo* é de desqualificação de todo o rito de *impeachment*, da motivação do afastamento, e da organização política e social por trás dos pedidos de término do governo Collor. Conforme se manifesta o jornal, o Congresso, a economia e a sociedade, se uniram contra as vontades do presidente, por outros interesses; utilizando a moralização da vida pública como argumento maior.

Poucos dias antes do término do ano, o Brasil parou para assistir e testemunhar o fim do primeiro presidente democraticamente eleito pós ditadura militar. Por 76 votos a 3, os senadores votaram pelo afastamento do presidente Collor. As denúncias, entrevistas, CPI e manifestações obtiveram resultado. O desfecho esperado por grande parte da sociedade brasileira aconteceu.

Nem todos comemoraram. O *Estado de S. Paulo* lamentou o *impeachment* do presidente Collor. No dia 30 de dezembro de 1992, o jornal, em editorial, lastimou o fim do governo:

Terminou, assim, melancolicamente, **um governo que havia despertado tantas esperanças**. Candidato sempre, o cidadão Fernando Collor de Mello agora espera que a crise faça que em breve, ou a médio prazo, seus malfeitos sejam esquecidos e ele possa voltar ao cenário político (*Estado de S. Paulo*, 30 dez. 1992).

Como alguém que possui a capacidade de prever o futuro, o impresso chamou Collor de “candidato sempre” e apostou no retorno, em virtude do esquecimento da população. A volta ao cenário político, motivado pela falta de memória do eleitorado, é tido, pelo impresso, como algo positivo. Mas, mais do que isso, o Estadão faz

questão de lembrar, mais uma vez, que o governo havia causado esperança, principalmente àqueles que defenderam sua candidatura, sua governabilidade, e sua permanência pelos interesses econômicos.

Os sentimentos de melancolia e esperança fizeram parte do *Estado de S. Paulo*. Em 1989 e nos primeiros anos de governo Collor, a esperança na economia, no novo; em 1992, principalmente no segundo semestre, o lamento. Não há espaço para dúvida, o jornal acreditou e apoiou Collor, não quis seu afastamento e lastimou o término precoce do presidente.

4.3 OS EDITORIAIS DE *ESTADO DE S. PAULO* EM 2016

A eleição presidencial de 2014 ficou marcada por uma disputa intensa, em que poucos votos (3,4 milhões) fizeram a diferença no segundo turno. A dicotomia PSDB e PT atingiu o auge, até então, na recente redemocratização brasileira. Conforme Azevedo (2017, p. 112), o *marketing* eleitoral, voltado para o ataque entre candidatos, aflorou o embate entre os dois concorrentes. A negatividade propagada por ambos os lados criou uma atmosfera de animosidade, emergindo, assim, uma radicalização política e ideológica.

Após a vitória de Dilma Rousseff (PT) sobre Aécio Neves (PSDB), os questionamentos, dúvidas, interrogações e, principalmente, manifestações, começaram a aparecer no cenário do quarto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores. A divisão foi clara. A oposição começou a se organizar para encurtar o governo de Dilma. O movimento oposicionista ganhou adeptos nas ruas e veículos de comunicação. O *impeachment* começou a nascer.

O rompimento do PMDB, partido do vice-presidente Michel Temer, foi o último passo para a reviravolta política que marcou o início do fim do segundo governo de Dilma Rousseff. Temer estava com Dilma em 2011, no primeiro mandato; assim como o PMDB era aliado do PT há 13 anos. A base governista, tanto na Câmara como no Senado, enfraqueceu.

Perder o PMDB como aliado, não refletiria apenas na relação presidente e vice, mas, também, na fluidez do diálogo com a Câmara e o Senado. O PMDB era o partido que mais possuía deputados, 60 ao todo. Já no Senado, o número era de 21, de 81 possíveis.

Então, no dia 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados votou e aprovou o prosseguimento do processo de *impeachment*. Foram 367 votos favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções. Assim, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório pró-*impeachment*, autorizando o Senado Federal a julgar a presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade. A sessão não ocorreu dentro da normalidade. No princípio, um tumulto atrasou a votação. Quando chegou a vez do voto 342, mínimo para garantir o prosseguimento, os favoráveis ao *impeachment* vibraram e celebraram, entoaram cânticos e jogaram confetes. Nesta data, o *Estado de S. Paulo* ratificou seu posicionamento:

A Câmara dos Deputados reúne-se hoje para decidir sobre a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. É oportuno reiterar, nesta oportunidade, os termos da nota publicada neste espaço na quinta-feira, 7 de abril, sob o título *impeachment é o melhor caminho*: “Este governo, inviabilizado por uma presidente da República **inábil e inepta**, se deslegitimou de facto por decisão da maioria absoluta dos brasileiros e precisa ser afastado o mais rapidamente possível para permitir que se dê início a **reconstrução nacional**” (*Estado de S. Paulo*, 17 abr. 2016).

O *Estadão*, no dia da votação, deixou claro seu posicionamento favorável ao afastamento de Dilma Rousseff. Porém, para isso, o impresso valeu-se da desqualificação para atacar a então presidente da República. Chamando-a de inábil, o jornal desconstruía qualquer habilidade para exercer o cargo que Dilma poderia ter, além disso, também utilizou o termo “inepta”, que pode ser entendido como alguém que não possui conhecimento suficiente para realizar tal atividade. Finalizando a argumentação reiterada do jornal, um rápido *impeachment* seria capaz de colocar o Brasil no caminho da retomada econômica. Essa análise do futuro próximo, feito pelo *Estado de S. Paulo*, foi uma tentativa de fazer ameaça, criar angústia nos brasileiros, deixando a entender que o país somente se “reconstruiria” caso o governo petista saísse do poder.

Um dia após a votação e aprovação na Câmara dos Deputados, o Partido dos Trabalhadores buscou mostrar que não seria simples remover Dilma Rousseff do Palácio do Planalto. O recado: haveria resistência por parte dos partidários e simpatizantes. Porém, o *Estadão* não entendia assim:

Infelizmente, podemos esperar muita intranquilidade nos próximos tempos, estimulada pela **tigrada**. Há ameaças de greve e manifestações diárias, cujo potencial disruptivo não é desprezível. Vários dos **irresponsáveis de grupelhos dos “movimentos sociais”**,

que ganham poder sob o lulopetismo, já expressaram sua disposição de fazer guerra – essa é a palavra que usaram, e não se deve ter esperança de que se trate de mera força de expressão, pois essa turma já mostrou várias vezes do que é capaz. Além disso, a expectativa é de que haja muitos problemas no Congresso, que já conhece bem o modo petista de fazer oposição. Votações cruciais para arrancar o país da grave crise em que os **desastrosos governos petistas** o meteram deverão ser a oportunidade que o PT espera para tentar desforrar a derrota no impeachment. **Para o lulopetismo, quanto pior, melhor** (*Estado de S. Paulo*, 18 abr. 2016).

Se as manifestações favoráveis ao *impeachment* aconteceram pelo Brasil, e ajudaram na formação e crescimento da opinião pública pró afastamento de Dilma Rousseff; com o pronunciamento do PT, o jornal temeu por uma aglutinação que fosse capaz de mudar o cenário contrário ao Partido dos Trabalhadores. Visando desarticular qualquer resposta petista, o impresso utilizou, mais uma vez, a desqualificação para desestabilizar qualquer movimento de resistência. Adjetivando de “tigrada”; “irresponsáveis”; “grupelhos”, o *Estadão* tentou atingir e diminuir os movimentos que prezavam pela manutenção de Dilma Rousseff. A desqualificação não foi direcionada apenas aos partidários, mas também, para os políticos do PT, que, segundo o jornal, foram responsáveis pela desastrosa economia brasileira.

Dando prosseguimento na argumentação do dia 18 de abril, o diário apelou à ameaça, que os petistas fariam guerra, apelariam para tática de quanto pior, melhor; ou seja, a ideologia, o partido acima de tudo, até mesmo do Brasil.

Ainda no mês de abril, repercutindo os resultados, pontuando os acontecimentos, tentando encontrar os caminhos do futuro próximo, o jornal se fixou em não abrir espaço para retórica governista. Além de seguir atacando a presidente Dilma Rousseff e seu partido, o impresso retornou ao antigo alvo, o ex-presidente Lula:

Luiz Inácio Lula da Silva jamais deixou de fazer campanha eleitoral, nem mesmo quando sua **desastrada** pupila, Dilma Rousseff, passou a ocupar a cadeira presidencial. Quase todos os atos de Lula, na Presidência e fora dela, bem como as iniciativas de Dilma no governo, sempre tiveram claros objetivos eleitoreiros. **Foi esse comportamento que levou o Brasil ao desastre**. Reiterado, pode condenar o País ao atraso. [...]O PT, os partidos radicais e os tais movimentos sociais – vêm demonstrando formidável firmeza coletiva. Sob a voz de comando de Lula, a **tigrada** já declarou guerra a Temer e conta com a desunião dos adversários para triunfar, **condenando o Brasil ao caos** (*Estado de S. Paulo*, 24 abr. 2016).

A estratégia argumentativa do *Estadão* estava montada. A utilização da desqualificação e ameaça fizeram parte do roteiro dos editoriais no mês de abril. O veículo resolveu atacar de forma contundente, direta, sem fazer meias palavras nem mesmo deixar subentendido. Referir-se à presidente Dilma Rousseff como pupila desastrada, apontar que o Brasil passava por um desastre, e colocar Lula na forma da cabeça pensante por trás dessas afirmações, é uma maneira de desqualificar e descreditar qualquer tentativa de defesa desses envolvidos. Para fortalecer a argumentação de “desgraça petista”, o impresso reitera, apostando na ameaça, que os opositores do *impeachment* farão o que for possível para desestabilizar o país.

A opinião do *Estado de S. Paulo*, no mês de abril, não deixou margens para dúvidas. A publicação foi favorável ao afastamento de Dilma Rousseff, creditou ao Partido dos Trabalhadores o momento de instabilidade atravessado pelo país, e fez, através de suas linhas, diversas tentativas de enfraquecer o ex-presidente Lula.

Depois de passar pelo mês em que o processo de *impeachment* foi aprovado, indo ao encontro do desejo do *Estadão*, o jornal passou a se preocupar com a narrativa explanada pelos governistas e simpatizantes. A defesa petista alegava que a presidente sofreu um golpe⁶⁰, pois não havia se concretizado um crime de responsabilidade fiscal⁶¹; e que, em virtude do levante de forças de direita, empresariado, grupos de comunicação e partidos políticos, a presidente Dilma Rousseff sofria o processo de afastamento. Em razão da resistência, o *Estadão* resolveu investir no achincalhamento de Dilma Rousseff:

No comício promovido pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) em São Paulo para comemorar o 1.º de maio, a presidente Dilma Rousseff mostrou-se capaz de, nos estertores de seu **catastrófico** mandato, **transpor a barreira do ridículo** para se perder nas brumas da **falta de juízo**. É o caso de se pensar se já não é mais questão de mero *impeachment*, mas de **auxílio terapêutico**. Não há outra explicação para Dilma ter afirmado que seus opositores são os verdadeiros “responsáveis pela economia brasileira estar passando uma grande crise” [...]. É triste constatar que Dilma Rousseff renunciou à possibilidade de deixar o governo com um mínimo de **dignidade**, se não

⁶⁰ O argumento jurídico central da defesa e da presidente afastada foi de que as pedaladas e a assinatura dos decretos não configuram crime de responsabilidade, pois, acima de tudo, eles não geraram novas despesas. Segundo a defesa, o processo é apenas político, sem embasamento jurídico. Ainda foram utilizados, como exemplos, que essa prática havia sido adotada nos governos Fernando Henrique, Lula e no primeiro mandato de Dilma, sem nunca terem sido questionados. Conforme os apoiadores petistas, o *impeachment* também foi motivado por interesses econômicos. O afastamento da petista abriria caminho para a implementação de uma nova agenda econômica.

⁶¹ O crime de responsabilidade fiscal está no artigo 85 da Constituição. Dilma Rousseff foi acusada de atrasar propositalmente os pagamentos aos bancos públicos.

admitindo honestamente erros cometidos – atitude que não combina com sua **enorme arrogância** – pelo menos se poupando, e ao País, do deplorável espetáculo desse ímpeto revanchista com que tenta transferir a outros a responsabilidade por sua clamorosa **incompetência**. A escalada de absurdos a que Dilma se entregou nesses últimos dias torna plausível até as mais disparatadas especulações que circulam em Brasília. Fala-se, por exemplo, que, para registrar de modo dramático sua indignação e repulsa ao “golpe” de que se considera vítima, Dilma estaria cogitando receber a comunicação oficial do afastamento literalmente acorrentada a sua cadeira presidencial. Só pensar em tal cena já é um disparate. [...]Dilma e a **tigrada** do PT, enquanto agonizam politicamente, não deixarão passar nenhuma oportunidade para **“infernizar” o governo que deverá assumir nos próximos dias**. O País? Ora, **o País que se dane** (*Estado de S. Paulo*, 03 maio 2016).

O dia 03 de maio deixa claro que, quanto mais o PT, assim como Dilma Rousseff, se envolvia em uma articulação de defesa para reverter o afastamento, mais o *Estadão* os atacaria. No editorial trazido acima, não faltaram argumentos de desqualificação destinado aos petistas.

O impresso abusou de termos hiperbólicos para tratar dos mandatos de Dilma Rousseff e da personalidade da presidente afastada. A desqualificação pessoal fica por conta dos termos e expressões: “ridículo”; “falta de juízo”; “auxílio terapêutico”; “arrogância”. Passando à desqualificação profissional: “catastrófico”; “incompetência”. Ainda, mais uma vez, o jornal desqualificou os seguidores do PT, chamando-os de “tigrada”. Retomando a estratégia argumentativa realizada em abril, o impresso apelou para ameaça, fazendo a ilação de que os Petistas “infernizariam” o Brasil.

Menos de duas semanas depois, o conteúdo dos editoriais começou a mudar. Depois de desqualificar o Partido dos Trabalhadores e seus líderes (Dilma Rousseff e Lula), além de fazer ameaças caso o *impeachment* não fosse adiante, a publicação alterou seu enfoque. A partir de 14 de maio, o jornal apresentou suas pautas e desejos ao novo governo:

Algumas pessoas, porém, podem ter considerado preocupante relativa ligeireza com que Temer e, depois, alguns de seus ministros abordaram o urgente tema das **reformas** que o novo governo pretende liderar nos próximos dois anos. Isso certamente se explica pelo exíguo tempo que o vice-presidente teve para selecionar a equipe que o acompanharia até o Palácio do Planalto e para elaborar um plano de trabalho mínimo e comum a vários partidos. É de se notar que os **discursos do presidente em exercício e dos ministros estão concatenados**, como se constituíssem uma equipe há tempos. Isso é um bom sinal. **Todos parecem convictos da necessidade de realizar profundas alterações, por exemplo, na Previdência, cujas regras anacrônicas comprometem permanente as contas públicas**. Também parece não

haver dúvida de que é preciso encaminhar **mudanças significativas nas leis trabalhistas**, pois as que vigoram representam grande entrave para geração de empregos (*Estado de S. Paulo*, 14 maio 2016).

Assim, pela primeira vez depois que Michel Temer assumiu o poder, o *Estadão* mostrou qual era a causa que ele defendia, com o que concordava, quais eram os seus anseios. Em razão da defesa das reformas, tanto previdenciária quanto trabalhista, o interesse econômico do jornal ficou claro. E, além de apoiar os planos presidenciais, o impresso fez questão de elogiar o presidente e seus ministros, assim como ressaltar a importância de tais reformas.

Com a acirrada disputa entre os discursos de golpe contra a narrativa de *impeachment*, os ânimos voltaram a se exaltar, ainda inflamados pelos desdobramentos e resultado da eleição de 2014. Em razão da expressão do acontecimento e da disputa política instalada no Brasil, o argumento de que o que aconteceu no país foi um golpe, deixou o *Estadão* em alerta, tentando deslegitimar essa defesa de Dilma Rousseff:

No Brasil e no exterior têm sido promovidas algumas manifestações contra o processo de *impeachment* da presidente afastada Dilma Rousseff. Em claro desrespeito aos fatos, elas denunciam a existência de um golpe contra a democracia no Brasil. A divulgação no exterior de inverdades sobre o que ocorre internamente traz inegáveis prejuízos à imagem do Brasil, com **consequências diretas sobre a economia nacional**. É dever, portanto, do nosso governo esclarecer os fatos, com uma diligente campanha de neutralização desses **irresponsáveis protestos**. [...] O diligente esclarecimento dos fatos é também sinal de respeito para com a população. Os milhões de brasileiros que foram às ruas em todo o país pedir o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff não são golpistas. Lá estavam em defesa da lei, das instituições, da moralidade pública – enfim, do Estado Democrático de Direito. O mundo pode, portanto, estar muito tranquilo com a democracia brasileira (*Estado de S. Paulo*, 23 maio 2016).

Assim como aconteceu em 1964, quando o *Diário de Notícias*⁶² solicitou aos milhares que se manifestassem perante o mundo, explicando que a democracia estava assegurada, o *Estado de S. Paulo* apoiando o afastamento de Dilma, pediu para que

⁶² O *Diário de Notícias*, em matéria (contendo várias opiniões) publicada no dia 1º de maio de 1964, na página 04, mostrou seu apoio aos militares e descontentamento com Jango: “Bom seria que o Presidente Castelo Branco encarregasse o Itamarati, através de suas embaixadas, de esclarecer a opinião pública mundial sobre a verdadeira realidade brasileira das vésperas da fulminante revolução democrática de 31 de março. O que se está dizendo por aí afora, em jornais das mais variedades tendências, é que no Brasil o que aconteceu foi a deposição pelos ricos de um homem que outra intenção não tinha senão a de melhorar a sorte de um povo que vivia na maior miséria (*Diário de Notícias*, 1º de maio de 1964).

os novos governantes esclarecessem os ritos do *impeachment*, garantindo que não houve nenhuma ilegalidade.

O *Estadão*, na tentativa de arrefecer os protestos fora do Brasil e, para que eles não ganhassem maior repercussão interna, apostou na ameaça, no temor pelo bom estado da economia, dizendo que essa era uma atitude que levaria consequências à população brasileira. Ainda na argumentação de 23 de maio, o jornal solicitou que o governo respondesse as manifestações, e nisso, optou por desqualificar, chamando os protestos realizados internacionalmente de irresponsáveis.

No último dia do mês de maio, o *Estadão* não queria deixar o movimento insurgente ganhar força. Depois que o processo havia passado na Câmara dos Deputados, a população contrária ao *impeachment* estava começando a se organizar para uma grande mobilização pela permanência de Dilma Rousseff como presidente. Esse risco, o *Estado de S. Paulo* não queria correr. Então, no dia 31 de maio, o jornal publicou o editorial chamado “Por que Dilma não pode voltar”:

A presidente Dilma Rousseff parece acreditar que, ao se manifestar sobre o seu governo e seu afastamento, angaria simpatia e, assim, afasta a hipótese altamente provável de seu *impeachment*. Sempre que a petista abre a boca, porém, fica claro para o País que, se seu governo já foi **desastroso**, seu eventual retorno à presidência seria um **cataclismo**, pois a administração seria devolvida a quem se **divorciou completamente da realidade**. No mundo em que vive, Dilma se confunde com **Poliana** [...]. Foi essa herança, **maldita** em todos os sentidos, que criou o consenso político em torno do qual o Congresso faz avançar o *impeachment*. Assim, quando fala em seu “legado”, não é à realidade que Dilma está se referindo, mas sim à *farsa* segundo a qual seu governo beneficiou os mais pobres – justamente aqueles que mais sofrem com a crise que ela criou (*Estado de S. Paulo*, 31 maio 2016).

Com medo do retorno de Dilma Rousseff ao poder, o jornal apostou na desqualificação pessoal e de gestora da então presidente afastada. O impresso classificou o governo de Dilma como desastroso, desqualificando-o, diz ainda que ela está ausente da realidade, e completa, chamando seu legado de herança maldita. Em três momentos, a publicação desqualificou a ex-presidente.

Mas, além da adjetivação pura e simples, o editorial levantou a comparação com Poliana⁶³, livro de comédia escrito por Eleanor H. Porter, em que a personagem

⁶³ O título refere-se à protagonista Pollyanna Whittier, uma jovem órfã que vai viver em Beldingsville, Vermont, com a sua única tia viva, Paulina. A filosofia de vida de Pollyanna é centrada no que ela chama de "o Jogo do Contente", uma atitude otimista que aprendeu com o pai. Esse jogo consiste em encontrar algo para se estar contente, em qualquer situação que a atravessasse. Pollyanna (na

principal (Poliana) insiste em ver o lado positivo até mesmo nos casos mais negativos. E, para concluir, o *Estado* valeu-se da ameaça, quando apontou que a volta de Dilma Rousseff seria desastrosa, um cataclismo, como nominou.

Ao final do mês de junho, o jornal esqueceu, por um momento, o processo de *impeachment* que ainda seria votado no Senado. As reformas voltaram como assunto principal. Da mesma maneira que fez em 14 de maio, o jornal defendeu as propostas do governo Temer e alertou para os riscos da oposição:

Em tese, o governo provisório de Michel Temer preenche a seu favor duas condições para enfrentar com sucesso a crise em que o país está mergulhado: uma equipe econômica comprovadamente competente para apontar os novos rumos e experiência e habilidade políticas do presidente em exercício, essenciais para garantir o apoio do Congresso Nacional a suas iniciativas. O governo já passou nos primeiros testes no Congresso, com a aprovação de medidas como a Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a chamada Lei de Responsabilidade das Estatais. Mas o desafio maior está pela frente, quando o Congresso Nacional tiver que discutir e votar **medidas tão relevantes quanto impopulares, como a Reforma da Previdência e outras** que de alguma maneira afetam os interesses dos assalariados e por essa razão terão sua rejeição imediatamente transformada em bandeiras da oposição lulopetista (*Estado de S. Paulo*, 27 jun. 2016).

Os elogios a Temer e sua equipe econômica eram rotineiros nas linhas editoriais. A estratégia era mostrar que o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles⁶⁴, e seus colegas, possuíam capacidade e qualidade para lidar com a economia; e depois, defender as reformas, que, mesmo impopulares, são fundamentais, segundo o *Estado*⁶⁵.

Ao defender fervorosamente as reformas apresentadas por Temer e Henrique Meirelles, o *Estado de S. Paulo* mostra qual é o seu interesse econômico. Na eleição de 2014, no *impeachment* de 2016, e nas propostas de reforma apresentadas também

tradução, Poliana), escrito por Eleanor H. Porter, em 1913, foi publicado no Brasil pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Biblioteca das Moças (volume 89), com 1ª edição em 1934, a 6ª em 1958.

⁶⁴ No governo Lula, Henrique Meirelles, de 2003 a 2011, foi o presidente do Banco Central do Brasil. Antes, em 2002, Meirelles recebeu 183 mil votos como deputado federal pelo PSDB de Goiás. Em 2016, com a posse de Temer, Meirelles foi chamado para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda.

⁶⁵ Matéria publicada na *Folha de S. Paulo*, em 1º de maio de 2017: sete em cada dez brasileiros se dizem contrários à reforma da previdência, mostra pesquisa realizada pelo Datafolha. A rejeição chega a 83% entre os funcionários públicos, que representam 6% da amostra e estão entre os grupos mais ameaçados pelas mudanças nas regras para aposentadorias e pensões. Acesso em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/05/1880026-71-dos-brasileiros-sao-contrario-reforma-da-previdencia-mostra-datafolha.shtml>

em 2016, nesses três momentos, o Estadão tomou posição, afirmou seu desejo, e elaborou sua defesa.

Em 3 de julho, o jornal resolveu misturar tudo. O título escolhido foi “Meta para o pós Dilma”. Além de atacar Dilma Rousseff e lembrar que ela deveria ficar afastada, o impresso voltou a defender as reformas. A estratégia, dessa vez, contou com o auxílio de um especialista, que foi utilizado para solidificar o discurso anti PT e reformista:

Toda a aposta séria na **retomada** do crescimento econômico depende, hoje, de uma hipótese crucial: a transformação do governo provisório em definitivo [...]. Segundo um economista citado pela agência *Estado*, os números deverão flutuar em torno da estabilidade nos próximos meses. **A volta do crescimento**, acrescentou, dependerá de estímulos ainda inexistentes. A aprovação da **nova regra dos gastos públicos** poderá abrir caminho para esses estímulos e até para redução dos juros. Um pressuposto vital, esclareceu, é **o afastamento definitivo da presidente** (*Estado de S. Paulo*, 03 jul. 2016).

A argumentação fundamental para o afastamento de Dilma Rousseff, o que mais é levado em conta depois da votação na Câmara dos Deputados é, sem dúvida, a retomada, a volta do crescimento. E isso só seria atingido, conforme o *Estadão*, caso duas situações se confirmasse: o afastamento definitivo de Dilma Rousseff e a aprovação das reformas pelo Congresso.

Segundo a argumentação do jornal, as aprovações das reformas só aconteceriam caso Dilma fosse afastada. Então, nada mais lógico que pedir o *impeachment* da presidente para defender seus interesses econômicos. Pois, conforme o editorial, o pressuposto vital da retomada econômica é o *impeachment*.

No mês da votação final no Senado, o *Estadão* não esqueceu de alertar que a principal pauta, logo Dilma Rousseff fosse afastada, deveria ser a reforma da previdência. O jornal criou uma metáfora para dramatizar e enfatizar sua argumentação, além de deixar ainda mais claro sua preocupação, quando utilizou o título “Previdência, uma prioridade”:

O sistema de previdência em vigor no Brasil, é uma **bomba-relógio**, têm advertido os defensores de uma reforma dos critérios de aposentadoria. Os gastos previdenciários crescem seguidamente, e com muita rapidez, enquanto a proporção entre contribuintes e aposentados tende a diminuir por causa da mudança demográfica. A comparação com a bomba de efeito retardado é didática e defensável, mas um tanto otimista. Embora a parcela jovem da população ainda seja muito grande, as despesas previdenciárias já consomem, proporcionalmente, muito mais dinheiro no Brasil que nos países

avançados e com maior presença de idosos na população. Todas as projeções dos gastos previdenciários nas próximas décadas parte de uma situação já muito ruim [...]. A reforma da previdência é uma das **prioridades do governo**. A tarefa é politicamente difícil, mas inevitável. O tempo é curto e será prudente trabalhar pela aprovação final de um projeto no primeiro trimestre de 2017 (*Estado de S. Paulo*, 10 ago. 2016).

Esse foi o recado final, no mês de agosto, do *Estado de S. Paulo*, em relação à reforma da previdência. A metáfora utilizada pelo jornal, comparando a seguridade social brasileira com uma bomba relógio, dá o tom de ameaça, busca assustar o leitor, e convencê-lo, através do exagero, de que a proposta está correta e urge. Em razão do tema escolhido, em 10 de agosto, o impresso ressalta o seu interesse econômico com relação ao ajuste da previdência.

Mesmo com todo o alarde do *Estadão*, ainda no ano de 2016, pedindo que a reforma fosse realizada no máximo em 2017, o relatório da CPI não encontrou nenhum déficit nas contas do seguro social. O senador Hélio José (PROS-DF⁶⁶) apresentou, em 23 de outubro, o relatório final da Comissão, que investigou o seguro social do Brasil. No texto final, a conclusão apontou que inexistia déficit na previdência. O documento foi contra o relatório elaborado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), que assinalou, na época, um déficit previdenciário de R\$ 226,9 bilhões. Segundo o relator, os dados do TCU são imprecisos, inconsistentes e alarmistas. É oportuno destacar, que o *Estadão* não apresentou nenhum estudo contrário ao seu posicionamento. O impresso optou por ignorar.

Encerrando o mês de agosto, conseqüentemente a avaliação dos editoriais do *Estadão* no período Dilma, o jornal, em 31 de agosto de 2016, tratou sobre a votação final no Senado, que acabou com o quarto mandato em sequência do PT. O placar foi de 61 votos favoráveis, contra 20. Não houve abstenção.

Em editorial intitulado “Fim do torpor”, o *Estado de S. Paulo* comemorou a vitória antecipadamente. Pela apuração feita ao longo dos meses, não havia possibilidade de reversão da confirmação do *impeachment*. Mas, mais do que celebrar o fim do governo Dilma, a publicação estava satisfeita com o fim da “era PT”:

O *impeachment* da presidente Dilma Rousseff será visto como o ponto final de um período iniciado com a chegada ao poder de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, em que a consciência crítica da Nação ficou *anestesiada*. A partir de agora, será preciso entender como foi possível

⁶⁶ Partido Republicano da Ordem Social.

que tantos tenham se deixado enganar por um político que jamais se preocupou senão consigo mesmo, com a sua imagem e com seu jeito **projeto de poder**; por um **demagogo** que explorou de forma inescrupulosa a imensa pobreza nacional para se colocar moralmente **acima de instituições republicanas**; por um líder cuja **aversão à democracia implodiu seu próprio partido**, transformando-o em **sinônimo de corrupção e inépcia** [...]. Raros foram os que se deram conta de seus planos para **sequestrar a democracia e desmoralizar o debate político**, bem ao estilo do **gangsterismo sindical** que ele tão bem representa [...]. Assim, embora a história já tenha reservado a Dilma um lugar de destaque por ser a responsável pela mais profunda **crise econômica** que este país já enfrentou, será justo lembrar dela no futuro porque, com seu **fracasso retumbante**, ajudou a desmascarar Lula e o PT. Eis seu grande legado, pelo qual todo brasileiro de bem será eternamente grato (*Estado de S. Paulo*, 31 ago. 2016).

Chegado ao final do processo, o *Estado de S. Paulo* resolveu investir ainda mais contra o PT. Porém, quando o jornal ataca o Partido dos Trabalhadores, acaba agredindo todos aqueles que votaram nos candidatos petistas nas quatro eleições vencidas pelo PT. O *Estadão* chama, de forma indireta, os brasileiros de ignorantes, de pessoas que foram enganadas por um projeto de poder. Seguindo sua linha de perseguição, o impresso separa a população brasileira em duas, as “pessoas de bem” e os “petistas”, como se preferir o PT, ou ser oposição ao governo Temer, transformasse alguém em “brasileiro do mal”.

Na classificação de desqualificação entram: “projeto de poder”; “demagogo”; “aversão à democracia”; “sinônimo de corrupção e inépcia”; “desmoralização política”; “gangsterismo”; “fracasso retumbante”. Ao todo, a publicação reuniu diversos elementos, desde a desconstrução do Partido dos Trabalhadores, passando por Lula, até chegar em Dilma Rousseff. O impresso não contextualizou, colocou os quatro governos petistas como exploradores da pobreza nacional, como demagogos. Não há nenhuma evidência que o PT tenha explorado a pobreza nacional, pelo contrário, os programas sociais tiraram 26,3 milhões de pessoas da miséria⁶⁷.

Avançando na construção argumentativa do editorial, o *Estadão* criticou a validade democrática do partido e seus líderes, ferindo, assim, a ética e a moral dos citados. E, para encerrar, o jornal se referiu à economia de 2016, como a mais profunda crise brasileira, responsabilizando unicamente a presidente Dilma Rousseff

⁶⁷ No dia 12 de maio de 2016, o próprio *Estado de S. Paulo*, em matéria assinada por Luciana Nunes Leal, mostra que a proporção de pobres no Brasil caiu de 23,4%, em 2002, para 7%, em 2014. Acesso em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,combate-a-pobreza-foi-o-maior-feito-do-pt,10000050641>

pela derrocada. O interesse econômico, voltado às reformas, dependendo do afastamento presidencial, apareceu como destaque no fechamento da opinião do veículo.

Defendido pelo *Estado de S. Paulo*, o governo Temer está no poder desde maio de 2016, quando assumiu de forma interina. Até agora, o Brasil acompanhou: escândalos de corrupção, com ministros envolvidos, denunciados e removidos de seus cargos, programas sociais sendo cortados, outros exterminados⁶⁸, a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) foi aprovada, que congela os investimentos sociais em 20 anos, a aprovação do projeto que estava há duas décadas na Câmara dos Deputados, que autoriza a terceirização irrestrita do trabalho no Brasil, além da Reforma Trabalhista, conhecida como o desmanche da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), atingindo, assim, o presidente Michel Temer, uma popularidade de 6%⁶⁹.

⁶⁸ O programa “Minha Casa, Minha Vida” teve seu orçamento reduzido. O programa educacional “Ciência sem Fronteiras”, assim como o “Farmácia Popular”, foram cortados.

⁶⁹ A pesquisa Ibope divulgada no dia 20 de dezembro de 2017, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostrou que a aprovação do governo em 6% (ótimo/bom) e a reprovação, em 74% (ruim/péssimo). Acesso em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/com-aprovacao-em-6-temer-diz-esperar-popularidade-muito-maior-ate-maio.ghtml>

CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou dados, informações, pesquisas e opiniões que contribuem com o jornalismo e seu aperfeiçoamento através do estudo acadêmico. Tratar de política e imprensa não é tarefa das mais fáceis. Contudo, como se pôde perceber, ao longo do texto, esses dois temas estão entrelaçados, fazem parte da história do mundo, do Brasil.

No primeiro capítulo, notamos a evolução política, desde o período eleitoral até a chegada do momento de instabilidade, consumado com o *impeachment*. Percebemos que a abordagem da construção histórica de uma eleição, ainda mais uma eleição singular como foi a de 1989, detalhando até o afastamento presidencial, em 1992, mostra o surgimento da esperança até a chegada do fracasso. O princípio do governo Collor foi de apoio midiático, contou com a crença na reconstrução nacional, e se valeu do entusiasmo da abertura democrática. Já, a partir dos anos dois mil, surgiu a disputa que assistimos até hoje, entre PT e PSDB. Da mesma forma que vimos as manifestações de 2014, parecidas, em alguns aspectos, com a “Marcha da Família com Deus”⁷⁰. Essas duas eleições, os dois *impeachments*, mostram a complexidade da política, a efervescência da imprensa e, quanto o cenário social pode se modificar em questão de pouco tempo. Nota-se, em ambos os casos, a disputa entre esquerda e direita, debate que alguns davam como terminado. Porém, não foi isso que vimos nos últimos anos no Brasil.

A contextualização histórica, a volta ao passado apresentou, especificamente neste estudo, não só o conhecimento de duas eleições peculiares; mas, mais do que isso, esse regresso bibliográfico possibilitou enxergar o envolvimento da imprensa com a política.

A participação na vida pública já se manifestava nos jornais europeus no século XIX, época da imprensa opinativa. Depois houve a transformação de conteúdo, de enfoque dos jornais no século XX, passando para um jornalismo de informação; mas, mesmo assim, os jornais continuaram opinando politicamente. Os casos apresentados no subcapítulo 2.2, na exemplificação dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart,

⁷⁰ Nome dado a uma série de eventos ocorridos em Março de 1964, num movimento contrário ao governo do presidente João Goulart. A Marcha era uma reunião de ideias conservadoras, e alguns desses pensamentos/desejos também foram vistos em cartazes e cânticos nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff. Apenas um exemplo: pedido de intervenção militar.

desvelam o *modus operandi* dos grandes jornais brasileiros e demonstram que os impressos seguem interferindo na vida política.

Entretanto, para conseguir notar que a transformação dos jornais não tinha afetado a vontade de interferir na opinião pública, de conduzir a vida política, foi preciso adquirir conhecimento sobre a ação de opinar, e saber como ela funciona, especialmente, nos editoriais.

O editorial, espaço tradicional, lugar de representatividade do jornal, em que ele expõe suas ideias para o mundo, parece, por vezes, como um lugar esquecido, sem destaque. Contudo, ainda é uma página nobre, em que as linhas definem a verdadeira natureza do impresso. Completando a tríade, *impeachment* (política), jornal (editorial) e população (opinião pública), nota-se a importância da última citada, em que políticos e imprensa tentam modelá-la, e também são afetados por ela. Como foi demonstrado no trabalho, é difícil definir de onde parte a opinião pública e qual caminho ela percorre. O que se pode garantir é sua importância.

O assunto principal deste trabalho é o *impeachment*, ou melhor, os *impeachments* presidenciais (1992/2016), analisados através do olhar opinativo do jornal *Estado de S. Paulo*. É curioso notar quantas polêmicas surgem, a velocidade do processo e o engajamento do veículo por uma causa.

Quando aparece o tema *impeachment*, ele logo se torna o objeto central das discussões do país. Entretanto, não há como colocar em igualdade o tratamento dispensado pelo *Estadão* nos dois casos de afastamento presidencial. Fica evidente, nas linhas editoriais, a tomada de partido, a escolha por um dos lados pelo impresso paulista. Inexistiu imparcialidade na opinião. Algo difícil de ser realizado. O jornal se posicionou. Porém, comparando os casos, a incoerência destacou-se.

O jornal adjetivou negativamente e de diversas formas os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff, transformou o PT no câncer do país. Nada disso apareceu com Collor e seu partido; mesmo que a corrupção governamental tenha sido tão falada na Câmara, no Senado, nas ruas, os editoriais não tocaram no assunto, mesmo que a instabilidade econômica tenha afetado o Brasil, mesmo que o plano econômico tenha raptado o dinheiro da poupança dos brasileiros. Mesmo assim, o jornal não ousou criticar, retaliar, ou até realizar um *mea culpa*, já que o próprio *Estadão* apoiou Collor como candidato.

O *Estadão* tomou partido e isso não é problema. O veículo precisa se posicionar. A opinião apresentada claramente é também função do jornalismo. Contudo, o impresso apenas lamentou e levantou dúvidas sobre o processo de afastamento de Collor. O *Estadão* ao se posicionar, deveria ter no mínimo levantado as razões pelas quais Collor estava sendo julgado.

Assim como faltaram informações em 1992, o jornal não pontuou algumas questões no ano de 2016, posicionando-se raivosamente contra tudo o que lembrava o PT. Em nenhum momento, nos editoriais, o *Estadão* argumentou, apresentou dados, ou discursou sobre o motivo para afastar Dilma Rousseff. O impresso tangenciou o tema. O jornal falou da corrupção, da instabilidade econômica, dos defeitos pessoais da presidente, e esqueceu de abordar com profundidade as pedaladas fiscais.

Evidentemente, as principais tendências e correntes ideológicas estão inseridas em um jornal. Não há problema na parcialidade política em um veículo de imprensa. Isso pertence à democracia. Porém, quando um jornal decide se posicionar sempre de uma maneira, a chamada “neutralidade” não deveria mais ser invocada.

Algumas questões serviram como propulsoras da pesquisa e ajudaram a construir o roteiro deste estudo. O comportamento do *Estado de S. Paulo*, a maneira como ele decidiu apoiar uma causa, nos dois casos de *impeachment* no Brasil, foi semelhante? O discurso divulgado pelos editoriais foi o mesmo? O jornal defendeu os presidentes ou buscou incentivar a perda do cargo? Como o impresso se posicionou e de que maneira opinou durante os processos de *impeachment*? São essas perguntas que nortearam a análise.

Essas perguntas são respondidas ao longo do capítulo final, e não há como deixar de notar a diferença no discurso, a defesa de um presidente e o ataque ao outro presidente. Foram opções que marcaram as opiniões do *Estadão de S. Paulo*, que escolheu desqualificar, ameaçar, atacar a moral e ética dos personagens, deixando de lado alguns fatos vitais para compreensão total dos fatos políticos e sociais.

Contudo, nem só as diferenças de posicionamento opinativo são perceptíveis. Quando o *Estado de S. Paulo* é favorável a algum candidato, e quando ele é contrário a outro, notam-se algumas semelhanças. O impresso vale-se da mesma estratégia para atacar ou defender. Alguns dos recursos linguísticos empregados são: omissão dos fatos, generalização, desconsideração ao povo brasileiro, ofensas pessoais e

desqualificação. O *Estadão* utiliza recursos estratégicos de linguagem para defender seu ponto de vista, mesmo que acabe diminuindo sua qualidade de jornalismo.

Tabela 1 - Relação dos editoriais do Jornal *Estado de S. Paulo* de 1992 e 2016

Período	Ano	Data	Categoria	Direcionamento
Collor	1992	29 de setembro	Ameaça	O futuro da política nacional
Collor	1992	30 de setembro	Desqualificação	Políticos
Collor	1992	12 de outubro	Argumentação moral, ética e técnica	Políticos
Collor	1992	03 de novembro	Desqualificação	Políticos
Collor	1992	08 de novembro	Argumentação moral, ética e técnica	Políticos
Collor	1992	11 de novembro	Desqualificação	Políticos
Collor	1992	19 de novembro	Argumentação moral, ética e técnica	Políticos
Collor	1992	24 de dezembro	Interesse econômico	População
Collor	1992	29 de dezembro	Desqualificação	População
Collor	1992	30 de dezembro	Políticos	Políticos
Dilma	2016	17 de abril	Interesse econômico	População
Dilma	2016	17 de abril	Desqualificação	Dilma Rouseff
Dilma	2016	18 de abril	Ameaça	Partido dos Trabalhadores
Dilma	2016	18 de abril	Desqualificação	Partido dos Trabalhadores
Dilma	2016	24 de abril	Ameaça	Dilma Rouseff
Dilma	2016	24 de abril	Desqualificação	Partido dos Trabalhadores
Dilma	2016	03 de maio	Ameaça	Lula
Dilma	2016	03 de maio	Desqualificação	Dilma Rouseff
Dilma	2016	14 de maio	Partido dos Trabalhadores	Políticos
Dilma	2016	14 de maio	Interesse econômico	População
Dilma	2016	23 de maio	Ameaça	Economia brasileira
Dilma	2016	23 de maio	Desqualificação	Partido dos Trabalhadores
Dilma	2016	31 de maio	Ameaça	Dilma Rouseff
Dilma	2016	31 de maio	Desqualificação	Economia brasileira
Dilma	2016	27 de junho	Políticos	Políticos
Dilma	2016	03 de julho	Interesse econômico	População
Dilma	2016	03 de julho	Interesse econômico	Políticos
Dilma	2016	10 de agosto	Interesse econômico	População
Dilma	2016	10 de agosto	Interesse econômico	Políticos
Dilma	2016	31 de agosto	Desqualificação	Partido dos Trabalhadores
Dilma	2016	31 de agosto	Argumentação moral, ética e técnica	População
Dilma	2016	31 de agosto	Interesse econômico	Lula
Dilma	2016	31 de agosto	Interesse econômico	Dilma Rouseff

Fonte: Jornal Estado de São Paulo.

A partir do detalhamento encontrado na tabela acima, alguns pontos ficam ainda mais evidentes. Se em 1992 a população estava sendo traída, punida; em 2016 parte desta população era menosprezada, criticada, agredida pelo impresso. A

mesma oposição pode ser notada em relação aos políticos. No *impeachment* de Fernando Collor, os deputados e senadores faziam parte do “velho sistema”, não tinham moralidade para tal julgamento, não apresentavam os valores necessários, estavam traindo a Nação. Já no processo de Dilma Rousseff, os políticos estavam sendo conduzidos pela razão, optaram pelo caminho correto, escolheram o lado do “cidadão de bem”.

Também é possível notar as diferenças empregadas na contextualização - elemento primordial no editorial – que apareceram desfiguradas nos casos apresentados de Dilma Rousseff, enquanto simplesmente não foi apresentada nenhuma explicação do contexto no período Collor.

Além disso, em relação ao interesse econômico do jornal, percebe-se que o *Estado de S. Paulo* coloca a culpa pela má fase da economia na população que não soube prosperar sem o controle do estado. Em contrapartida, toda a responsabilidade pela crise econômica do segundo mandato de Dilma Rousseff caiu sobre a presidente, e o veículo avança na sua argumentação que a economia só se resolveria com o *impeachment*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alvez. “A participação da imprensa na queda do Governo Goulart”. IN: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; Martins, Ismênia de Lima et al. 1964-2004 – **40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004, pp. 15-25.

AB’SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

AUGRAS, Monique. **Opinião pública: Teoria e pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1974.

AMORIM, Paulo Henrique. **O Quarto Poder: Uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 1995.

BARRERO, María Ángeles Fernández. **El editorial: um género periodístico abierto al debate**. Sevilla: Comunicación Social, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BERGER, C. **Campos de confronto: Jornalismo e movimentos sociais - As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora**. 1996. Tese (Doutorado) -Escola de Comunicação da USP, São Paulo, 1996.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A forma bruta dos protestos:** Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BOITO JR, Armando. “Os atores e os enredos da crise política”. **Por que gritamos golpe?** In: SINGER, André (Org). São Paulo: Boitempo, 2016.

CAPPARELLI, Sérgio. “Zanzibar de novas tecnologias: Imprensa regional e *Zero Hora*”. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. (Ed.). **Temas contemporâneos em comunicação.** São Paulo: Intercom, 1997.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino:** Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa - Ômega, 1980.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. **Política, mercado de trabalho e democracia:** O segundo governo Dilma Rousseff. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, dec. 2015.

CAUDURO, Douglas Hinterholz. **Ditadura militar:** A cobertura de cinco jornais de Porto Alegre em 1964. Fechamento, nascimento e reviravolta. Lisboa: Chiado, 2016.

CHAUI, Marilena. “A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo”. In: SINGER, André (org). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto:** A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CUBINO, Rafael López; SABRINO, Begoña López; MORON, Natália Bernabeu. **El editorial, el suelto y la crítica:** La lectura de la prensa escrita en el aula. Madrid: Mediascopio, 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Rodrigo de Aguiar. **1989: A maior eleição da história**. Porto Alegre: Lorigraf, 2014.

GOMES, Wilson. A opinião pública hoje: uma investigação preliminar. In: (org) NETO, Antonio Fausto; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrell; HOHLFELDT, Antonio. **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.

LUZ, Thaíze Ferreira da. “Ascensão e queda de Fernando Collor sob o prisma da imprensa sul-rio-grandense”. (Org): Alves, Francisco das Neves. **Imprensa, política e história no Rio Grande do Sul** Rio Grande: FURG, 2004.

LAGO, Cláudia e ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

LAMOUNIER, Bolívar. **De Geisel a Collor: O balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, 1990.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. **A mídia e o Regime Militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LIMA, Vitória Thess Lopes da Silva. **Dilma Rousseff na imprensa brasileira: Da reeleição ao processo de *impeachment***. *Encontros*, Cariri, n.26, 2016.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. São Paulo: Global, 1991.

_____. **Quem manipula quem?** Poder e massas na indústria da cultura e da comunicação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

MCLELLAN, David. **A ideologia**. Lisboa: Estampa, 1987.

MATTOS, Sérgio. **Jornalismo, fonte e opinião**. Bahia: Quarteto, 2011.

_____. **Mídia controlada:** a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, Carlos. **Collor:** O ator e suas circunstâncias. São Paulo: Novo Conceito, 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELLO, Pedro Collor de. **Passando a limpo. A trajetória de um farsante:** Memórias/ Pedro Collor de Mello. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MORAES, Wilfrido. “Medalha do mérito Ranulfo Oliveira”, in: BOAVENTURA, Edivaldo (org.). **Cruz Rios:** jornalista por vocação. Salvador: P & A, 2005.

MORAES, Roque. “Análise de conteúdo”. *Revista Educação*. Volume 22, 1999. Disponível: http://cliente.argo.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html. Acesso em: 21 de julho. 2015.

OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves de. **Retrato das manifestações de rua no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff:** a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. *Pauta geral*, Ponta Grossa, v 3, n.2, 2016.

PILAGALLO, Oscar. **A história da imprensa paulista**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

RUBIM, Albino. “Comunicação, espaço público e eleições presidenciais”. *Revista Comunicação e Política*, CBELA, v.9, 1989.

_____. **Comunicação e política**: Conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA, 2004.

_____. **Comunicação e política**: Enigma contemporâneo. São Paulo: Cbela, 1990.

SAUVY, Alfred. **A opinião pública**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1959

SILVA, Iônio Alves. “A imprensa na ditadura: do golpe ao AI-5”. In: RÊGO, Ana Regina (org); EUGÊNIO, João Kennedy (org). **Regimes ditatoriais**: comunicação, cultura e memórias. Teresina: EDUFPI, 2016.

SILVA, Juremir Machado da. **O que pesquisar quer dizer**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____, Juremir Machado da. **Correio do Povo**: A primeira semana de um jornal centenário. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____, Juremir Machado da. **1964**: Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: De Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Weneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, Maria do Carmo C de. (1988). “A Nova República sobre a espada de Dâmocles”. In: STEPAN, Alfred (org). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KRIEGER, Gustavo; NOVAES, Luiz Antônio; Farias, Tales. **Todos os sócios do Presidente**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TORRES, Esteban Morán. **Géneros del periodismo de opinión**: Crítica, comentario, columna, editorial. Pamplona: Eunsa, 1988.